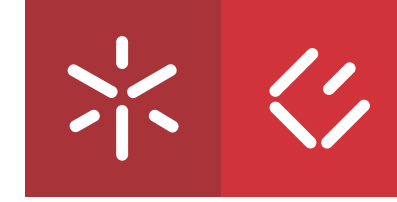




**A Influência das Políticas Desportivas de uma Autarquia
na Estratégia das suas Associações Desportivas:
Um Estudo de Caso da CIM Cávado**

Catarina Marafona Cardoso

UMinho | 2023

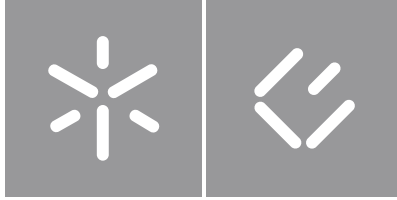


Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Catarina Marafona Cardoso

**A Influência das Políticas Desportivas de
uma Autarquia na Estratégia das suas
Associações Desportivas:
Um Estudo de Caso da CIM Cávado**

julho de 2023



Universidade do Minho

Escola de Economia e Gestão

Catarina Marafona Cardoso

**A Influência das Políticas Desportivas de
uma Autarquia na Estratégia das suas
Associações Desportivas:
Um Estudo de Caso da CIM Cávado**

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Marketing e Estratégia

Trabalho efetuado sob a orientação do

Professor Doutor António Joaquim Araújo Azevedo

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações

CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

AGRADECIMENTOS

Somos os lugares onde passamos e as pessoas com as quais convivemos, principalmente.

Finalizar esta dissertação não seria possível sem o apoio e auxílio de algumas pessoas, e que por isso merecem o seu reconhecimento.

Aos meus pais, Fátima e Jorge obrigada por me darem a força para finalizar esta etapa, e acreditarem em mim em todos os momentos, mesmo quando eu não tinha forças para tal.

Aos meus irmãos, André e João, obrigada por serem tão diferentes um do outro e me completarem tanto.

A toda a minha família, por fazer de mim a pessoa que sou hoje e a pessoa que serei amanhã, por ter me transmitido os valores que considero essenciais na minha vida: serviço, empatia, humildade e boa disposição.

Aos meus amigos e a todos aqueles que se sentiram, de alguma forma, parte desta jornada, o meu sincero agradecimento.

Ao Professor Doutor António Joaquim Araújo Azevedo, o meu agradecimento pela prontidão e disponibilidade na orientação desta dissertação.

“Foi o tempo que dedicaste à tua rosa que tornou a tua rosa tão importante”

Antoine de Saint-Exupéry

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

RESUMO

A Influência das Políticas Desportivas de uma Autarquia na Estratégia das suas Associações Desportivas: um Estudo de Caso da CIM Cávado

O desporto tem evoluído ao longo das últimas décadas, desde a importância que se lhe é associada ao nível social, até à forma como as instituições e associações que o promovem são geridas. Neste sentido, também as autarquias locais têm visto a necessidade de se adaptarem no que toca ao papel que podem ter como promotores e apoiantes institucionais da prática desportiva para a sociedade e comunidade que representam e da qual são responsáveis.

Em Portugal, as associações desportivas, têm assumido um papel bastante fulcral na formação do atleta, tanto na vertente desportiva, como também na comportamental, ética e dos valores. Por isso, são bastantes as exigências com que hoje estas associações se deparam, para poderem proporcionar e continuar a oferecer os seus serviços à comunidade onde se inserem.

A maioria das associações desportivas que conhecemos, como os clubes de futebol que representam as freguesias, são geridas por voluntários, que muitas vezes carecem de formação na área da gestão desportiva. Ora, estando o mundo do desporto tão desenvolvido, as associações são obrigadas a acompanhar essa evolução para sobreviverem, o que só se torna possível com uma base financeira estável.

Posto isto, procuramos perceber, através de um estudo qualitativo, como têm respondido as associações desportivas à maior exigência do mundo do desporto, e de que forma as políticas desportivas de uma autarquia influenciam a atividade destas mesmas associações, nomeadamente a sua estratégia.

Num estudo de caso à Comunidade Intermunicipal do Cávado, foram analisadas a realidade dos seis municípios que a constituem, assim como uma associação dos mesmos, através de entrevistas, questionários ou análise de informação constante nos sites oficiais.

Através deste estudo foi possível concluir que as associações desportivas dependem dos auxílios financeiros providenciados pela sua autarquia para a manutenção da sua atividade, e que é cada vez mais fulcral dotar os recursos humanos das associações de uma formação adequada para responder às exigências do desporto a nível de gestão.

Palavras-chave: Associativismo, Autarquias Locais, Desporto, Política Desportiva.

ABSTRACT

The Influence of the Sports Policies of a Local Authority on the Strategy of its Sports Associations: a Case Study of CIM Cávado

Sport has evolved over the last decades, from the importance associated with it at the social level, to the way in which the institutions and associations that promote it are managed. In this sense, local authorities have also seen the need to adapt in terms of the role they can play as promoters and institutional supporters of sports practice for the society and community they represent and for which they are responsible.

In Portugal, sports associations have assumed a very central role in the training of athletes, both in the sporting aspect, as well as in behavioural, ethical and values. Therefore, there are many demands that these associations face today, in order to be able to provide and continue to offer their services to the community where they operate.

Most of the sports associations we know, such as the football clubs that represent the parishes, are managed by volunteers, who often lack training in sports management. Now, as the world of sport is so developed, associations are obliged to keep up with this evolution in order to survive, which is only possible with a stable financial base.

That said, we seek to understand, through a qualitative study, how sports associations have responded to the greater demands of the world of sport, and how the sports policies of a municipality influence the activity of these same associations, namely their strategy.

In a case study of the Intermunicipal Community of Cávado, the reality of the six municipalities that constitute it, as well as an association of them, were analysed through interviews, questionnaires, or analysis of information on official websites.

Through this study it was possible to conclude that sports associations depend on the financial aid provided by their municipality to maintain their activity, and that it is increasingly crucial to provide the human resources of the associations with adequate training to respond to the demands of sport in terms of management.

Keywords: Associativism, Local Authorities, Sport, Sports Policy.

ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	XI
LISTA DE FIGURAS.....	XII
LISTA DE GRÁFICOS.....	XIII
LISTA DE QUADROS.....	XIV
INTRODUÇÃO.....	15
I. Enquadramento Teórico/Revisão da Literatura.....	18
1. O Desporto.....	18
1.1. Génese e evolução do seu conceito.....	18
1.2. O Desporto como um direito.....	20
1.3. A importância social do Desporto.....	23
2. As Autarquias Locais.....	26
2.1. Definição, enquadramento legal e conceitos associados.....	26
3. O Desporto e as Políticas Desportivas.....	28
3.1. O papel do Estado na promoção do Desporto e as suas políticas.....	28
3.2. O papel das Autarquias Locais na promoção do Desporto e as suas políticas.....	29
3.3. Os Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo.....	35
4. O Associativismo e o Associativismo Desportivo.....	40
4.1. A Formação dos Recursos Humanos nas Associações Desportivas.....	41
4.2. O futuro do Associativismo Desportivo e as SAD's.....	44
5. Associações Desportivas- Estratégia e Marketing.....	46
5.1. Missão, Visão, Valores e Fatores Críticos de Sucesso.....	46
5.2. As Associações Desportivas como Marcas Representativas dos seus Concelhos.....	46
II. Metodologia.....	48
1. Metodologia.....	48

2.	Instrumentos e Procedimentos de Recolha de Dados	50
3.	Caracterização dos participantes do estudo	54
3.1.	Caracterização dos Concelhos	54
3.2.	Caracterização das Associações Desportivas.....	54
III.	Análise e Discussão de Resultados	56
1.	Análise às Entrevistas, Questionários e outros dados	56
1.1.	Análise Individual.....	56
1.2.	Análise Comparativa.....	72
IV.	Conclusão	78
V.	Referências Bibliográficas	81
VI.	Legislação Consultada	86
	Anexo 1- Transcrição das Entrevistas	87
	ADRC Terras de Bouro- Miguel Rodrigues	87
	Dumiense Colégio João Paulo II- Abel Braga	97
	GD Prado- João Ferreira	103
	Município de Braga- Miguel Caldas.....	111
	Município de Esposende- Rui Losa	127
	Anexo 2- Respostas Escritas ao Guião	149
	FC Amares- Paulo Maia	149
	MARCA- Rui Miranda.....	152
	FC Marinhãs- João Temporão.....	154
	Município de Vila Verde- Adelino Machado.....	157
	Município de Terras de Bouro- António Soares.....	160
	Anexo 3- Caracterização Detalhada da Amostra.....	162
	Comunidade Intermunicipal do Cávado	162
	Concelhos.....	164

Associações Desportivas	171
Anexo 5- Documentos de interesse.....	177

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AF: Associação de Futebol

CE: Conselho Europeu

CIM: Comunidade Intermunicipal

CPDD: Contratos Programa de Desenvolvimento Desportivo

CRP: Constituição da República Portuguesa

FPF: Federação Portuguesa de Futebol

IPDJ: Instituto Português do Desporto e da Juventude

SAD: Sociedade Anónima Desportiva

SDUQ: Sociedade Desportiva Unipessoal por Quotas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa da Comunidade Intermunicipal do Cávado	162
Figura 2- Organograma da CIM Cávado.....	163
Figura 3- Brasão da Vila de Amares	164
Figura 5- Brasão da Cidade de Barcelos.....	165
Figura 4- Brasão da Cidade de Braga.....	167
Figura 6- Brasão da Cidade de Esposende	168
Figura 7- Brasão da Vila de Terras de Bouro.....	169
Figura 8- Brasão da Cidade de Vila Verde.....	170
Figura 9- Símbolo do Futebol Clube de Amares	171
Figura 11- Símbolo do MARCA Futebol Clube de Vila Cova	172
Figura 10- Símbolo do Dumiense/Colégio João Paulo II.....	173
Figura 12- Símbolo do Futebol Clube de Marinhãs.....	174
Figura 13- Símbolo da Associação Desportiva, Recreativa e Cultural de Terras de Bouro	175
Figura 14- Símbolo do Grupo Desportivo de Prado	176
Figura 15- Mapa dos Subsídios para as Associações/Instituições Concelhias-2023-Município de Amares	177

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Valor alusivo aos CPDD no Município de Esposende de 2013/14 a 2022/23	61
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Autarquias Locais e seus órgãos representativos	27
Quadro 2 -Direitos conexos na Constituição da República Portuguesa sobre desporto e autarquias	30
Quadro 3- Elementos do Programa de Desenvolvimento Desportivo	38
Quadro 4- Pontos do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo.....	38
Quadro 5- Guião para Associações Desportivas e Autarquias Locais	51
Quadro 6- Opção dos intervenientes representantes das autarquias e das associações desportivas na modalidade de participação do estudo	53
Quadro 7- Análise Comparativa das questões quantitativas feitas aos Concelhos da CIM Cávado	72
Quadro 8- Análise SWOT Concelhos de Braga, Esposende e Vila Verde.....	73
Quadro 9- Análise Comparativa das questões quantitativas feitas às Associações Desportivas representativas dos Concelhos da CIM Cávado	74
Quadro 10- Análise Comparativa das questões qualitativas feitas às Associações Desportivas representativas dos Concelhos da CIM Cávado	75
Quadro 11- Abordagem de conceitos/temas pelas autarquias locais e associações desportivas	76
Quadro 12- Fatores Críticos de Sucesso das Associações Desportivas participantes do estudo	77
Quadro 13- Relações entre instituições governamentais e não governamentais a nível nacional, regional e local, participantes do fenómeno desportivo da modalidade de futebol.....	79
Quadro 14- Caracterização do Concelho de Amares	164
Quadro 15- Caracterização do Concelho de Barcelos.....	166
Quadro 16- Caracterização do Concelho de Braga.....	167
Quadro 17- Caracterização do Concelho de Barcelos.....	168
Quadro 18- Caracterização do Concelho de Terras de Bouro	169
Quadro 19- Caracterização do Concelho de Vila Verde.....	170

INTRODUÇÃO

A presença do desporto na sociedade portuguesa tem se tornado, ao longo dos anos, cada vez mais visível. Por estar enraizado na cultura do nosso país, as associações desportivas têm assumido um papel fundamental a nível social, na medida em que são vistas como um complemento à educação das crianças e jovens.

As associações desportivas, por marcarem cada vez mais uma presença assumida no processo educativo e na respetiva evolução física e mental dos atletas, estas têm critérios cada vez mais exigentes, que para serem cumpridos carecem de esforços financeiros. Assim, a profissionalização dos clubes amadores, através de uma organização interna mais definida a nível de cargos e departamentos capazes de dar resposta às novas necessidades, da contratação de recursos humanos qualificados na área do treino desportivo e do cumprimento de critérios ao nível das infraestruturas, tem-se mostrado preponderante para a sobrevivência dos mesmos.

Cientes da importância que o desporto tem vindo a assumir no quotidiano da sua comunidade, as autarquias têm também elas desenvolvido esforços para promover a prática do desporto, mais concretamente para o estudo deste caso, nas associações desportivas existentes, através não só da sua divulgação, mas também como parceira das próprias.

Mediante isto, pretendeu-se neste estudo de caso que se pudessem analisar as políticas de apoio ao desporto praticadas nos concelhos da Comunidade Intermunicipal do Cávado, adiante designada CIM Cávado, o planeamento e execução das políticas desportivas, o funcionamento relativo à atribuição de apoios, a gestão dos fundos por parte das associações desportivas e da respetiva autarquia, a comunicação entre as duas partes e, sobretudo, a influência destas políticas na estratégia e sobrevivência das associações desportivas, analisando sobre um olhar crítico se são adequadas ou não.

Já alguns estudos foram realizados sobre a temática da política desportiva local, tanto em Portugal, como noutros países, que serviram também de referência neste estudo de caso. São exemplos os trabalhos realizados por Silva (2015) (S. João da Madeira), Fernando (2011) (Seia), Sousa (2013) (Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa), Vicente (2022) (Rio Maior) e ainda por Hoekman, Elling, & Poel (2019), Jeanes, Spaaij, Penney, & O'Connor (2022) e Poppel, Claes, & Scheerder (2018) (Flanders, Bélgica).

Para a concretização deste estudo, recorreu-se à revisão de literatura existente, à análise de

cartas desportivas municipais para efeitos de comparação, às informações presentes no site oficial dos municípios da CIM Cávado, e a entrevistas junto dos executivos e das direções das associações desportivas, fazendo também a devida ligação e enquadramento histórico dos clubes e da pasta desportiva dos municípios, de forma a responder às seguintes questões:

- De que forma é que as políticas desportivas autárquicas são preponderantes para a sobrevivência das associações desportivas?
- Qual o retorno para o Município, financeiro e social, no apoio às associações desportivas?
- Em que grau difere a realidade dos municípios da CIM Cávado na matéria de apoios das Câmaras Municipais às suas associações desportivas?

E provando ou não a veracidade das seguintes proposições:

- O apoio financeiro e não financeiro das autarquias é preponderante para a sobrevivência das associações desportivas;
- A formação dos dirigentes associativos é cada vez mais importante para as associações desportivas responderem aos desafios do panorama desportivo da atualidade;
- As autarquias locais reconhecem a importância do desporto na sociedade, e por isso o investimento na promoção do mesmo tem e pretende ser aumentado ao longo dos tempos

A presente dissertação dividiu-se em três capítulos principais: *Enquadramento Teórico/Revisão da Literatura, Metodologia e Análise e Discussão dos Resultados*, que foram posteriormente divididos em subcapítulos.

No primeiro capítulo, *Enquadramento Teórico/Revisão da Literatura*, procurou-se fazer uma análise dos conceitos e temas base do estudo, como o Desporto, as Autarquias Locais, as Políticas Desportivas, o Associativismo Desportivo e ainda a Estratégia e Marketing das Associações Desportivas.

O segundo capítulo, *Metodologia*, expôs a metodologia, instrumentos e procedimentos de recolha de dados, de forma a podermos chegar a respostas e a uma conclusão sobre as questões e hipóteses formuladas. Também neste capítulo foi feita uma caracterização dos participantes do estudo, nomeadamente dos concelhos e das associações desportivas.

Já no terceiro capítulo, *Análise e Discussão de Resultados*, elaborou-se em primeiro lugar, um estudo individual das autarquias locais e das associações desportivas, e posteriormente uma análise comparativa das mesmas.

Este estudo procurou compreender a realidade das Associações Desportivas e das Autarquias Locais da CIM Cávado relativamente à promoção do desporto, mas principalmente ao nível do seu funcionamento, processos e sinergias trocadas, de modo a perceber quais as semelhanças e diferenças, quais as políticas que se mostram preponderantes para o sucesso de ambas as partes na concretização dos seus objetivos e qual o caminho futuro que devem percorrer de modo a dar resposta ao desporto na sua forma atual.

I. Enquadramento Teórico/Revisão da Literatura

1. O Desporto

1.1. Génese e evolução do seu conceito

O desporto tal como é conhecido hoje difere bastante daquele que era praticado na sua génese e há alguns séculos, por isso, a realidade de outrora nada tem que ver com a realidade social do desporto atual (Marivoet, 2002).

A génese do desporto remonta à sociedade grega, e este era sobretudo usado como manifestação religiosa e preparação guerreira (Constantino, 1999). O próprio conceito de desporto surge essencialmente no final da segunda metade do século XIX, onde a nível social, ganha um significado totalmente diferente.

É, portanto, fruto do desenvolvimento da sociedade industrial, a sociedade pós-Revolução Industrial, que surge o desporto moderno como produto social, que apesar de também estar ligado a polémicas, como a dopagem dos atletas, a instrumentalização do homem face ao rendimento desportivo e o treino intensivo, é essencialmente visto como um movimento crescente nas sociedades modernas, onde existe uma progressiva integração no universo das políticas nacionais e internacionais.

Na sua génese o desporto centrava-se nos valores da ética e, ainda, na cultura do protestantismo religioso, onde a competição e o rendimento eram vistos como fatores em construção; na sociedade industrial, os fatores competição e rendimento são vistos como elementos centrais do desporto, com o treino e a preparação desportiva a ocuparem já um papel de relevo na sua definição, e é neste período que ganha uma conotação política; já no século XX, nas sociedades pós-industriais, assiste-se a uma evolução, nomeadamente pela planetização das competições desportivas (Jogos Olímpicos, Campeonatos Mundiais e Continentais) e pela liberalização e generalização da prática desportiva, sendo praticado pelos vários grupos etários e sociais, sexos e não apenas nos tradicionais territórios (Constantino, 1999)

Muitas foram as modalidades desportivas criadas nos meados do século XIX e no princípio do século XX, no entanto, entre o final da II Guerra Mundial e os anos 70, poucas foram as novas modalidades criadas. Podemos afirmar, sem hesitação, que a prática desportiva foi sendo assumida na própria sociedade, onde a razão da mesma deixou de estar subjacente única e exclusivamente ao fator agonístico, passando o valor social e cultural a impor-se também como tal (Constantino, 1999).

Uma coisa é certa: o conceito de desporto varia mediante a linha que os vários autores usam para o definir, seja ela lógica, científica, histórica ou filosófica.

A definição mais usual e consensual para o conceito de desporto consta na *Carta Europeia do Desporto*, estabelecida pelo Conselho da Europa, nomeadamente pelo artigo 2º, como “*todas as formas de atividade física que, através da participação ocasional ou organizada, visam exprimir ou melhorar a condição física e o bem-estar mental, constituindo relações sociais ou obtendo resultados nas competições a todos os níveis*” (Carta Europeia do Desporto, 1992).

Já Salomé Marivoet (1998), define o desporto “*como um sistema institucionalizado de práticas competitivas, com dominante física, delimitadas, codificadas, regulamentadas convencionalmente, cujo objetivo é apurar o melhor concorrente, ou registar a melhor performance*”.

Gustavo Pires (2007), expõe variadas definições para o conceito de desporto, nomeadamente: o de Pierre Coubertin (1934) como “*um culto voluntário e habitual de exercício muscular intenso suscitado pelo desejo de progresso e não hesitando em ir até ao risco*”; o de Bernard Gillet (1949), que o entende como “*atividade física intensa, submetida a regras precisas e preparada para um treino físico metódico*”; o de George Magname (1964) como “*atividade de lazer cuja dominante é o esforço físico, praticada por alternativa ao jogo e ao trabalho, de uma forma competitiva, comportando regras e instituições específicas, e suscetível de se transformar em atividades profissionais*”; o de Michel Bouet (1968) como “*a procura competitiva (atual ou potencial) da performance no campo do movimento físico afrontado intencionalmente com dificuldades*”; o de Pierre Laguillaumie (1970) como “*uma organização mundial dominada por um governo internacional desportivo, o Comité Olímpico Internacional, pelas Federações Internacionais e por todos os organismos desportivos privados ou públicos que gerem, administram, dirigem e controlam o desporto*”; e ainda a exposta por P.C. MacIntosh (1970) “*Desporto refere-se a todas as atividades físicas que não são necessariamente para a sobrevivência do indivíduo ou da raça e que são dominadas por um elemento compulsório*” que diz também que uma classificação “*deve estar de acordo com a satisfação que cada desporto dá e não sobre a estrutura da atividade que ele determina*”.

Importante ressaltar que a evolução e desenvolvimento da sociedade é uma constante, e por isso, também o é o desporto e o seu conceito. A este propósito, Bento (1995) diz-nos que o desporto hoje se reveste de pluralidade, remetendo-nos para o facto de que todos o podem praticar, e não apenas um grupo específico, ou elite. Já Carvalho (1994), defende que o desporto é o reflexo da própria modernidade, seguindo a linha mais social, e define-o como o desporto do “*tempo livre, da educação,*

da manutenção, recuperação e reeducação, da melhoria de saúde, de recomposição da capacidade psicofísica de trabalho, do espetáculo e do profissionalismo, invadiu a realidade social".

1.2. O Desporto como um direito

Pela própria evolução do desporto e do conceito de desporto, histórica e socialmente, é revestida de importância, a necessidade de perceber como é que esta evolução é acompanhada da associação ao desporto como um direito, e conseqüentemente, às próprias políticas governamentais.

É necessário recuar até ao final da primeira metade do século XX, em 1948, onde na *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, o acesso ao desporto consta através de referências indiretas, como defende Mário Teixeira (2019, p. 34), pelo conceito de lazer, através do artigo 24º “[t]oda a pessoa tem direito (...) aos lazeres...”, e também pelas matérias social, cultural, educativa e de saúde da atividade física e desportiva, pelo artigo 22º “[t]oda a pessoa (...) pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos económicos, sociais e culturais indispensáveis (...)” e pelo artigo 26º “[t]oda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar (...)”.

Anos mais tarde, em 1966, surge na Europa o Movimento Desporto para Todos (movimento Trim), que (Claeys, 1987) defende que é marcado pela democratização do seu conceito e pelo alargamento do âmbito de intervenção, ou seja, o desporto passou a poder ser praticado por qualquer cidadão, sem a necessidade de um vínculo propriamente dito, e como era visto exclusivamente, através dos clubes e da competição. Pelo Conselho da Europa², surge o “Desporto para Todos” (DpT), com o mote de que o desporto tem de estar ao alcance de todos, independentemente da idade, do género ou do estatuto económico.

No entender de Teixeira (2019, p. 35), foi o facto do Conselho da Europa ter reconhecido no desporto, em 1970, uma necessidade fundamental do cidadão e que deveria ser acessível a todos, que

¹ A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a 10 de dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, “como ideal comum a atingir por todos os povos e nações, a fim de que todos os indivíduos e todos os órgãos da sociedade, tendo-a constantemente no espírito, se esforcem, pelo ensino e pela educação, por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades e por promover, por medidas progressivas de ordem nacional e internacional, o seu reconhecimento e a sua aplicação universais e efetivos tanto entre as populações dos próprios Estados membros como entre as dos territórios colocados sob a sua jurisdição”.

² O Conselho da Europa é uma organização de defesa dos direitos humanos no continente europeu, fundada em 1949, à qual pertencem atualmente 46 Estados-membros, 27 pertencentes simultaneamente à União Europeia. Tem como principais realizações a *Abolição da pena de morte*, o *Reforço dos direitos humanos*, a *Não-discriminação e a luta contra o racismo*, a *Defesa da liberdade de expressão*, a *Igualdade entre homens e mulheres*, a *Proteção dos direitos das crianças*, a *Defesa da diversidade cultural*, a *Observação das eleições*, a *Educação em direitos humanos e na democracia* e a *Qualidade dos medicamentos e dos cuidados de saúde*. (Conselho da Europa, s.d.)

viria a desencadear uma intervenção das autoridades regionais e municipais, em matéria de desporto, dirigida à generalidade da população.

Assim, tal como defende Constantino (1999, p. 24) a partir dessa década existe uma transformação na forma de ver o desporto, “[a]lteraram-se os entendimentos, os sentidos e as motivações para a prática do desporto. Transformaram-se os próprios modelos (...) registou-se uma crescente importância das práticas desportivas, transportando uma dinâmica portadora de outras motivações e comportamento no plano do exercício corporal, do rendimento desportivo, da simples manutenção da condição física. Ao lado do modelo formal surgiram outros modelos em que o desporto se começou a afirmar como um novo direito urbano ao alcance de todos, independentemente da idade, do sexo ou da capacidade de rendimento desportivo”, o que fez com que houvesse “um reordenamento doutrinário, concetual e político (...) uma reatualização do próprio conceito, a uma reavaliação do seu papel social”.

Em 1976, através da *Carta Europeia do Desporto para Todos*³, focada no exercício físico, revestido de objetivos recreativos e de lazer e ignorando a matéria competitiva alusiva ao desporto, faz com que o desporto cimente a sua importância ao nível social e ao nível individual de cada um praticar desporto (Teixeira, 2019).

Nesse mesmo ano, em Portugal, é também assumido o papel crescente do desporto na sociedade. Veja-se, a este propósito, a opção do legislador constituinte ao ter consagrado, no artigo 79.º da Constituição da República Portuguesa⁴ o reconhecimento que “[t]odos têm direito à cultura física e ao desporto” (n.º 1), acrescentando que “[i]ncumbe ao Estado, em colaboração com as escolas e as associações e coletividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, bem como prevenir a violência no desporto” (n.º 2)⁵.

³ Conforme o considerando no n.º 5 do Preâmbulo da Carta Europeia do Desporto, a “[c]omissão dos Ministros do Conselho da Europa adotou a Resolução (76) 41 respeitante aos princípios para uma política de desporto para todos, definidos pela Conferência dos Ministros Europeus responsáveis pelo Desporto aquando da sua primeira reunião em 1975, sob o título “Carta Europeia do Desporto para Todos”, e que esta Carta tem constituído uma base essencial para as políticas governamentais no domínio do Desporto, permitindo a muitos indivíduos exercerem o seu “direito de praticar desporto”.”.

⁴ O direito à cultura física e desporto consagrado no artigo 79.º da Constituição da República Portuguesa é um direito enquadrado nos direitos económicos, sociais e culturais aos quais se aplica o regime dos direitos, liberdades e garantias por revestir natureza análoga, nos termos do disposto no artigo 17.º da lei fundamental.

⁵ Cfr., ainda, o disposto na alínea d) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, na qual se estipula que é uma tarefa fundamental do Estado “[p]romover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, bem como a **efetivação dos direitos económicos, sociais e culturais** e ambientais, mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais” (destacado nosso).

É também assumida pela UNESCO, na *Carta Internacional da Educação Física e do Desporto* (1978, p. 3), a associação do desporto como um direito do ser humano, nomeadamente por exemplo, no artigo 1.º em que “[t]odas as pessoas humanas têm o direito à educação física e ao desporto, indispensáveis ao desenvolvimento da sua personalidade” (n.º 1.1), “[t]odas devem ter a possibilidade de praticar educação física, de melhorar a sua condição física e de atingir o grau de aptidão desportiva correspondente às suas capacidades” (n.º 1.2), mas também no artigo 3.º com especial foco nos grupos mais carenciados, ressaltando que “[o]s programas de educação física e de desporto devem ser concebidos em função das necessidades e das características pessoais dos praticantes, assim como das condições institucionais, culturais, socioeconómicas (...) devem dar prioridade às necessidades dos grupos especialmente carenciados no seio da sociedade” (n.º 3.1).

Em consequência das mudanças políticas, económicas, sociais e outras ocorridas na Europa desde 1976, ano da *Carta Europeia do Desporto para Todos*, o ritmo rápido dessas mudanças e o seu impacto no Desporto, fez com que houvesse a carência de analisar as mesmas de modo a fazer face aos desafios futuros, e por isso, em 1992 é elaborada uma nova *Carta Europeia do Desporto* (Conselho da Europa, 1992).

A *Carta Europeia do Desporto* foi criada com o intuito de ser um documento orientador para os governos na elaboração das suas políticas para a promoção e prática do desporto na sociedade, com especial atenção aos benefícios individuais e sociais, aliadas ao cumprimento e promoção dos direitos humanos, da democracia e do Estado de direito, de modo a “[d]ar a cada indivíduo a possibilidade de praticar desporto” (n.º1) num ambiente que seja “seguro, protegido e saudável” (n.º1, alínea b)), dando ênfase também a que o desporto seja “inclusivo, avaliado e monitorizado regularmente” (n.º1, alínea c)) e seguindo a base da *Carta Europeia do Desporto para Todos*, fazendo com que este (o desporto) esteja ao alcance de todos. (Council of Europe, 2021).

É precisamente com a elaboração desta carta que se dá um novo marco na afirmação do desporto como um direito, um direito individual e de qualquer ser humano. Constantino (1999, p. 12) enfatiza que a *Carta Europeia do Desporto*, veicula uma “nova ordem desportiva”, e, por isso, vem fazer

º A Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, reuniu na 20ª sessão, a 21 de novembro de 1978, em Paris (França), onde se proclamou o documento com o propósito de colocar a educação física e o desporto ao serviço do progresso da humanidade, promover o seu desenvolvimento e incitar os governos, as organizações não governamentais competentes, os educadores, as famílias e os próprios indivíduos a nela se inspirarem, a difundí-la e pô-la em prática.

º Os Ministros europeus responsáveis pelo Desporto, reuniram, pela primeira vez com a representatividade de todos os países europeus, para a sua 7ª Conferência, nos dias 14 e 15 de maio de 1992, em Rhodes (Grécia). Foi revista em 2001 e 2021.

com que haja uma transição dos esforços políticos na satisfação das necessidades coletivas de poucos, para as necessidades individuais de muitos, acrescentando ainda que o desporto é um direito de todo o cidadão e que este deve ser a base do sistema desportivo.

Fruto da evolução do desporto e da própria sociedade desde a criação da *Carta Europeia do Desporto* em 1992, a mesma foi revista em 2001 e mais recentemente em 2021. Na mais recente revisão, o direito ao desporto volta a ser enfatizado, assumindo-o como um direito fundamental, nomeadamente no artigo 10º, onde se consagra que “[o] acesso ao desporto para todos é considerado um direito fundamental. Todos os seres humanos têm um direito inalienável de acesso ao desporto num ambiente seguro, tanto dentro como fora da escola, o que é essencial para o seu desenvolvimento pessoal e para o exercício dos direitos à saúde, educação, cultura e participação na vida da comunidade” (Council of Europe, 2021).

1.3. A importância social do Desporto

A nível social e académico, há uma generalizada unanimidade no reconhecimento do desporto como um elevador social. A prática do desporto já não é unicamente associada à saúde, mas também a aspetos ligados ao foro económico e social, sendo que “[c]ontribui, nomeadamente, para a inserção e integração sociais; participa no processo de educação não formal; propicia os intercâmbios inter-culturais e cria empregos, promovendo formas de subsistência” (Nunes, 2010).

Pierre de Coubertin⁸ diz-nos que “[o] desporto faz parte da herança de todos os homens e mulheres e a sua ausência nunca poderá ser compensada”. Já na perspetiva de Néelson Mandela⁹ “[o] desporto consegue unir as pessoas como mais nenhuma atividade. O desporto pode fazer surgir esperança onde havia desespero. O desporto elimina os obstáculos raciais. O desporto ri da discriminação. O desporto fala às pessoas numa linguagem que todos podem compreender.”

A demonstração da cultura através do ato desportivo, e o seu acompanhamento de uma ética e moral de princípios, são aspetos que Constantino (1999, p. 16) defende que concedem ao desporto uma

⁸ Pierre de Coubertin (1863-1937), nasceu em Paris (França) e faleceu em Genebra (Suíça), foi um pedagogo e historiador francês e fundador do Comité Olímpico Internacional.

⁹ Néelson Mandela (1918-2013), nasceu em Mvezo (África do Sul) e faleceu em Johannesburgo (África do Sul), ativista anti-apartheid, presidente da África do Sul entre 1994 e 1999, conhecido como o pai da nação moderna sul-africana, Prémio Nobel da paz em 1993.

determinada dimensão social, reconhecendo-o ainda como “(...) *uma expressão de cultura (...) um objeto de conhecimento e um fator de desenvolvimento*”.

Da mesma forma, o peso do desporto no desenvolvimento e realização pessoal do ser humano, que se repercute na própria evolução da sociedade, está implícito na sua crescente e regular prática, assim como no fomento de valores como o espírito de equipa, solidariedade, tolerância e o fair play (Comissão das Comunidades Europeias, 2007).

A *Carta Internacional da Educação Física e do Desporto* reconhece no desporto a capacidade deste auxiliar no bem-estar e na capacitação social, estabelecendo e fortalecendo vínculos com a comunidade e as relações familiares, entre amigos e colegas. Isto acontece porque o desporto cria um sentimento de pertença e aceitação, bem como desenvolve atitudes e comportamentos sociais positivos, congregando pessoas de diferentes contextos culturais, sociais e económicos na busca de objetivos e interesses comuns (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 1978).

O desporto vem afirmando-se como um elemento fundamental na promoção da comunhão entre povos e países, tal como é defendido no preâmbulo da *Carta Europeia do Desporto* (2021, p. 2): “*o desporto é uma atividade social, educativa e cultural baseada na escolha voluntária que favorece o contacto entre os países europeus e os seus cidadãos, e desempenha um papel fundamental na realização do objetivo do Conselho da Europa, reforçando os laços entre os povos e desenvolvendo a consciência de uma identidade cultural europeia*”.

Ao nível da educação, o desporto também foi assumindo um papel cada vez mais vincado na sociedade moderna, através da sua integração nos *curricula* dos vários níveis de ensino. Para além de se ter tornado, através da Educação Física, uma disciplina autónoma, é ainda, fomentado, através do programa do desporto escolar, assumindo, assim, a sua importância no desenvolvimento das crianças e jovens

A fomentação de um espírito mais motivador e de maior confiança, assim como a capacitação para as crianças e jovens se tornarem cidadãos mais felizes, contribuiu significativamente para os jovens, albergarem em si valores como a tolerância, o respeito, o espírito de equipa, a disciplina, a obediência, a autoconfiança e o saber perder e ganhar, passa pela combinação do desporto na educação (Covas, 2021).

De igual forma, é reconhecido o valor que o desporto desempenha na educação formal e não formal do cidadão, pela Comissão das Comunidades Europeias no *Livro Branco Sobre o Desporto*¹⁰ (2007, p. 5), defendendo que os valores que estão diretamente ligados ao desporto e à sua prática, desenvolvem “*os conhecimentos, a motivação, as competências e a disponibilidade para fazer esforços pessoais*”. O documento infra refere, para além de *Reforçar o papel do desporto na educação e na formação* (ponto 3), mais sete pontos como medidas que potencializadores da Função Social do Desporto:

- 1) Melhorar a saúde pública graças à atividade física;
- 2) Unir esforços na luta contra a dopagem;
- 4) Promover o voluntariado e a cidadania ativa através do desporto;
- 5) Utilizar o potencial do desporto para favorecer a inclusão social, a integração e a igualdade de oportunidades;
- 6) Reforçar a prevenção e a luta contra o racismo e a violência;
- 7) Partilhar os nossos valores com outras regiões do mundo;
- 8) Apoiar o desenvolvimento sustentável.

Assim, podemos concluir que o fenómeno desportivo e as diferentes formas que ele tem assumido ao longo das últimas décadas, tem sido também vincado pelo seu crescimento na vertente social, preconizando valores como inclusão, fair-play, espírito de equipa, integração, igualdade, equidade, voluntariado, respeito, ética, entre outros.

¹⁰ O Livro Branco Sobre o Desporto, da Comissão das Comunidades Europeias, foi apresentado pela Comissão em Bruxelas, a 11 de julho de 2007. Na conclusão deste documento, a Comissão assume apresentar os resultados aos ministros do desporto da União Europeia até final desse ano.

2. As Autarquias Locais

2.1. Definição, enquadramento legal e conceitos associados

Para o efeito do estudo, torna-se importante compreender a base das autarquias, principalmente desde abril de 1974, assim como conceitos associados, como Administração Pública, Estado, Governo, Autarquias Locais e Comunidades Inter Municipais.

A Administração Pública compreende todas aquelas entidades que atuam ao abrigo de poderes públicos ou ao abrigo de disposições especiais de direito administrativo, seja qual for a sua natureza. A Administração Pública em Portugal está organizada da seguinte forma: (i.) Administração Central do Estado, (ii.) a Administração Periférica, (iii.) a Administração Local do Estado, (iv.) a Administração Estadual Indireta, (v.) A Administração Autónoma e (vi.) a Administração Regional Autónoma. (Amaral, 2016)

Com particular interesse para o objeto da presente investigação, focar-nos-emos, apenas e só, no estudo das pessoas coletivas públicas que se enquadram na Administração Central do Estado – em especial, na pessoa coletiva pública do próprio Estado –, e na Administração Local do Estado – nomeadamente, nas Autarquias Locais.

O Estado alberga várias aceções, nomeadamente, entre outras, a aceção *internacional*¹¹, a aceção *constitucional*¹² e a aceção *administrativa*. Reveste-se, para o estudo, de importância especial, a terceira aceção, a administrativa. O Estado é uma organização permanente e uma pessoa coletiva, ou seja, o Estado não são os governantes, as pessoas que lá exercem funções, nem os seus funcionários.

Relativamente às atribuições do Estado, pese embora, não se encontrarem definidas de forma integrada, este só pode fazer algo que seja permitido por lei (Amaral, 2016, p. 204).

São quatro os órgãos que a Constituição da República Portuguesa (1976) define ter o Estado: Presidente da República, Assembleia da República, Governo e Tribunais.

O Governo é o principal órgão permanente e direto do Estado, e para além de ter um carácter administrativo, é também um órgão político. Segundo o artigo 182.º da Constituição da República Portuguesa, “[o] *Governo é o órgão de condução da política geral do país e o órgão superior da*

¹¹ Pela aceção internacional, o Estado é visto como a figura soberana, “*titular de direitos e obrigações na esfera internacional*”. (Amaral, 2016)

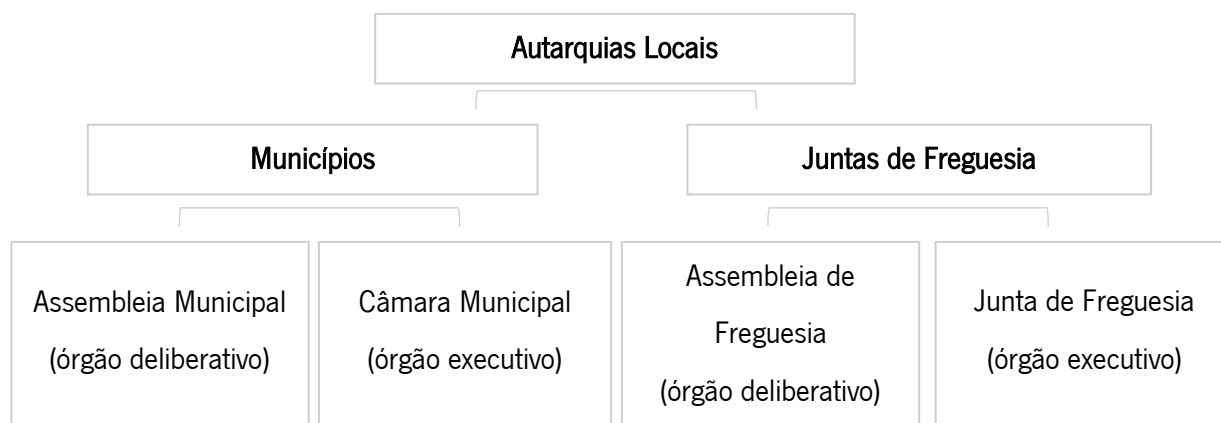
¹² O Estado, pela aceção constitucional, surge “*como comunidade de cidadãos que, nos termos do poder constituinte que a si própria se atribui, assume uma determinada forma política para prosseguir os seus fins nacionais*” (Amaral, 2016)

administração pública” e do ponto de vista funcional, tem como principais funções: *Garantir a execução das leis, Assegurar o funcionamento da Administração Pública e Promover a satisfação das necessidades coletivas.* (Amaral, 2016)

Já as Autarquias Locais¹³, conforme se dispõe no artigo 235.º da Constituição da República Portuguesa (1976), “(...) *são pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas*” (n.º 2), assumindo também no n.º 1 que a organização democrática do Estado compreende a existência das mesmas.

Amaral (2016), defende que a definição que consta na *Constituição da República Portuguesa*, não está completa, carecendo de alguns esclarecimento, e por isso usa a definição que consta para as Autarquias Locais no *Manual de Direito Administrativo* de Marcello Caetano (1973), como “*pessoas coletivas públicas de população e território, correspondentes aos agregados de residentes em diversas circunscrições do território nacional, e que asseguram a prossecução dos interesses comuns resultantes da vizinhança mediante órgãos próprios, representativos dos respetivos habitantes*”.

Tendo em conta que as Autarquias Locais têm património e finanças próprios, é importante também referir que estas têm autonomia, na medida em que as atribuições, a sua organização e a competência dos seus órgãos, são reguladas por lei, nos termos do princípio da descentralização administrativa (Constituição da República Portuguesa, 1976). São, assim, entidades que não fazem parte do Estado nem lhe pertencem, e apesar de poderem ser fiscalizadas, controladas e subsidiadas por ele, revestem-se de independência (Amaral, 2016).



Quadro 1- Autarquias Locais e seus órgãos representativos
(Fonte: Constituição da República Portuguesa (1976); [elaboração própria])

¹³ Cfr., ainda, o disposto no n.º 1 do artigo 236.º da Constituição da República Portuguesa, no qual se estipula que “[n]o continente as autarquias locais são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas”.

3. O Desporto e as Políticas Desportivas

Abordados individualmente os conceitos de Desporto e de Autarquias Locais e toda a vertente circundante, torna-se fulcral perceber de que forma os dois se associam e se relacionam. De que forma é visto o Desporto pelo Estado e pelas Autarquias Locais? De que forma é que este pode ou deve intervir? E de que forma o próprio Desporto e as Associações Desportivas se apoiam do próprio Estado?

Estando o Desporto consagrado na *Constituição da República Portuguesa* (1976) como um direito fundamental, tal como o são, por exemplo, o trabalho (artigo 58.º), a proteção da saúde (artigo 64.º), a segurança social (artigo 63.º) e o ensino (artigo 74.º), é essencial perceber quais as políticas que o concretizam como tal, sejam elas políticas do Poder Central (o Estado) ou do Poder Local (as Autarquias Locais).

3.1. O papel do Estado na promoção do Desporto e as suas políticas

Nos termos da legislação portuguesa vigente, nomeadamente a *Constituição da República Portuguesa*, é inerente às funções do Estado a garantia, promoção e defesa do desporto na vida social. Em primeiro lugar, sendo o desporto consagrado como um direito fundamental, podemos afirmar, com clareza, que é um imperativo do Estado garantir o mesmo, tal como consta no artigo 9.º, alínea b) da *CRP* (1976). Conforme o disposto no artigo 79.º da *CRP* (1976), é incumbido ao Estado “(...) *promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, bem como prevenir a violência no desporto*”. Não obstante, pode fazer-se referência a outros parâmetros e conceitos que podem estar direta e indiretamente ligados ao desporto, como por exemplo o constante no artigo 9.º, alínea d), que aborda a promoção do bem-estar e qualidade de vida e a “*efetivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais*”.

Constantino (1999, p. 17), defende que é requerido ao Estado uma intervenção maior no domínio do desporto, nomeadamente na criação de “(...) *disposições normativas que imponham limites às ações e atitudes que pervertem o sistema desportivo*”, levantando aqui um novo tema, o da corrupção desportiva, e acrescenta ainda que “[q]uando o Estado se vê na necessidade de legislar em matérias como as que salvaguardam a integridade e honestidade da ação dos agentes desportivos, é precisamente porque o movimento associativo desportivo não esteve à altura das suas responsabilidades”.

Ainda no sentido da intervenção do Estado na promoção do desporto, destacamos da maior relevância a publicação de três diferentes leis-quadro do Desporto: a Lei de Bases do Sistema Desportivo¹⁴ (1990), a Lei de Bases do Desporto¹⁵ (2004) e a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto¹⁶ (2007).

A Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto assume, desde logo, a inserção do conceito de atividade física e não só do desporto propriamente dito, nas políticas a desenvolver. A lei remete para a intervenção do Estado, mas também para a das Autarquias Locais¹⁷. É competência do Estado “(...) *adotar as medidas tendentes a prevenir e a punir as manifestações antidesportivas, designadamente a violência, a dopagem, a corrupção, o racismo, a xenofobia e qualquer forma de discriminação*” (artigo 3º, n.º 2), é ainda delegado neste e nas Autarquias Locais “(...) *a promoção e a generalização da atividade física, enquanto instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos*” (artigo 6º, n.º 1), o que remete precisamente, segundo Teixeira (2019, p. 54) para a necessidade de coordenação, descentralização e colaboração entre eles (Estado e Autarquias Locais).

3.2. O papel das Autarquias Locais na promoção do Desporto e as suas políticas

Defende Constantino (1999, p. 28) que qualquer setor da atividade social, económica, política, desportiva ou cultural do país invoca ou requer a participação das autarquias. Posto isto, é certo que existem variadas linhas de pensamento no que diz respeito àquele que deve ser o papel e a atuação das Autarquias Locais no domínio do desporto e da sua promoção. Não obstante, são muitos os autores que acreditam e defendem que a potencialização da presença do desporto na sociedade é concretizada através da atuação das Autarquias Locais.

Importa fazer referência, em primeiro lugar, a *Constituição da República Portuguesa* (1976) e, mais pormenorizadamente, os direitos que ao desporto estão ligados. Na perspetiva de Teixeira (2019, p. 53), sendo a ação das autarquias permitida nas matérias de desenvolvimento do desporto, “(...) o direito constitucional fundamental ao desporto entende-se através do desenvolvimento integral do

¹⁴ Lei n.º 1/90, de 13 de janeiro.

¹⁵ Lei n.º 30/2004, de 21 de julho.

¹⁶ Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro.

¹⁷ O artigo remete de igual forma para a intervenção das Regiões Autónomas.

cidadão, pelo que é complementado por direitos constitucionais anexos (...)”, e que apresenta na seguinte tabela.

Área	Direitos
TRABALHO	Todos os trabalhadores têm direito aos lazeres (artigo 59º, alínea d), n.º 1).
SAÚDE	O direito à proteção da saúde é concretizado pela promoção da cultura física e desportiva, escolar e popular (artigo 64º, alínea b), n.º 2).
HABITAÇÃO E URBANISMO	Todos têm direito a uma rede adequada de transportes e de equipamento social (artigo 65º, alínea a), n.º 2).
AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA	Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio e promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana (Artigo 66º, alínea c e e), n.º 2).
INFÂNCIA	As crianças têm direito ao seu desenvolvimento integral (Artigo 69º, n.º 1).
JUVENTUDE	Os jovens gozam de proteção especial para efetivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais, nomeadamente na educação física e no desporto (Artigo 70º, alínea d), n.º 1); no aproveitamento dos tempos livres (artigo 70º, alínea e), n.º 1).
PORTADORES DE DEFICIÊNCIA	O Estado obriga-se a realizar uma política de integração dos cidadãos portadores de deficiência (artigo 71º, n.º 2).
TERCEIRA IDADE	A política de terceira idade engloba medidas de carácter económico, social e cultural tendentes a proporcionar às pessoas idosas oportunidades de realização pessoal, através de uma participação ativa na vida da comunidade (Artigo 72º, n.º 2).
EDUCAÇÃO, CULTURA E CIÊNCIA	O Estado promove a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades (artigo 73º, n.º 2)

Quadro 2 -Direitos conexos na Constituição da República Portuguesa sobre desporto e autarquias; Fonte: TEIXEIRA, 2019, p. 53.

A evolução positiva da presença das autarquias no sistema desportivo, é reconhecida por Constantino (1999, p. 19), que assume ainda que o trabalho das mesmas não se reflete apenas e só nos equipamentos e nas acessibilidades à prática desportiva, mas também noutros fatores de desenvolvimento, e que por isso, as torna “(...) *um elemento indispensável ao sistema desportivo.*”. O mesmo autor defende ainda que, sendo o desporto um direito urbano, exigir-se-á que se desenvolvam

sistemas e modelos que garantam a acessibilidade a todos, o que remete para a criação de novas e diferentes posturas concetuais, organizativas e políticas.

Carvalho (2007, p. 114) afirma que os municípios se mostraram nos últimos 30 anos (ou seja no pós 25 de abril), como entidades responsáveis e integrantes do desenvolvimento do desporto local e como consequência, também do desporto ao nível nacional, por responderem às necessidades dos seus munícipes no que diz respeito às matéria das infraestruturas desportivas, associações, mas também no desenvolvimento de programas desportivos que respondam diretamente a certos setores das suas populações.

No que concerne ao peso e intervenção das Autarquias Locais, Constantino (1994) expõe o seguinte “(...) *é verdade que o desenvolvimento desportivo local não passa apenas pela intervenção das autarquias (...)*”, no entanto, acrescenta “(...) não é menos verdade reconhecer que, sem a sua ação, não existirá desenvolvimento desportivo possível.”.

Na mesma vertente, Carvalho (1994) defende que a atuação das Câmaras Municipais passa pela política desportiva local e pela sua preparação, tendo em conta a sua realidade e que estas devem ter assente como objetivo primordial o acesso dos seus cidadãos ao maior número de práticas desportivas.

Fazendo novamente a ligação entre o desporto e a atividade física como fatores de promoção da saúde, qualidade de vida e bem-estar, as autarquias, defende Constantino (1999), terão de centrar o seu trabalho mais no cidadão e menos no espetáculo desportivo, fazendo referência para o esforço que deve ser feito para o desporto estar ao acesso de todos e não só de alguns. Acrescenta ainda que “(...) *o fundamental é a criação de uma onda de envolvimento e comunicação com as populações, em que a mensagem da atividade física e do desporto estejam permanentemente associadas à cultura do tempo livre, à manutenção da condição física, à saúde individual, à valorização da qualidade de vida, à promoção do bem-estar.*” e defende que é papel das autarquias a dinamização de soluções de desenvolvimento desportivo local, a fim de generalizar e democratizar a prática do desporto entre os cidadãos, o desporto para todos. Para isso, expõe as seguintes linhas orientadores para o garantir:

- Foco na Educação Física do Ensino Primário (1ºciclo do ensino básico);
- Criação de uma política de cooperação juntamente com o Ministério da Educação para a prática desportiva escolar;

- Criação, desenvolvimento e apoio aos projetos que incentivem à prática regular de atividade física desportiva, tendo em vista o bem-estar e a saúde;
- Apoio a projetos de alargamento da prática desportiva a cidadãos portadores de deficiência;
- Criação, desenvolvimento e apoio aos projetos que levem ao interesse dos idosos para a prática desportiva com o intuito da manutenção da condição física;
- Criação e apoio aos projetos que têm como objetivo a ocupação dos tempos livres dos jovens, como são as férias escolares;
- Apoio aos projetos que numa matéria de desporto para todos, ofereçam de uma forma acessível à população e regularmente, a possibilidade da prática desportiva;
- Criação de infraestruturas com impacto direto sobre o crescimento desportivo.

Posto isto, é importante perceber onde e como está consagrada, a intervenção das Autarquias Locais, na promoção do desporto e no acesso da população ao mesmo. Iremos analisar mais profundamente a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, onde o Estado delega bastante intervenção às Autarquias Locais no domínio da promoção do desporto e gestão ao acesso do mesmo.

Primeiramente, no artigo 2º, *Princípios da Universalidade e da Igualdade*, onde assumido que “[t]odos têm direito à atividade física e desportiva, independentemente da sua ascendência, sexo, raça, etnia, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual” e que a “(...) atividade física e o desporto devem contribuir para a promoção de uma situação equilibrada e não discriminatória entre homens e mulheres”.

Relativamente aos valores da ética e do saber estar no desporto, o disposto no n.º 2 do artigo 3º. *Princípio da Ética Desportiva*, afirma que é incumbido ao Estado a adoção das medidas que previnam e punam comportamentos antidesportistas, no entanto, podemos fazer referência ao Princípio da coordenação, da descentralização e da colaboração, disposto no n.º 1 do artigo 5º, que deixa claro que Estado, Regiões Autónomas e Autarquias Locais “(...) articulam e compatibilizam as respetivas intervenções que se repercutem, direta ou indiretamente, no desenvolvimento da atividade física e no desporto, num quadro descentralizado de atribuições e competências”, podendo, assim, as Autarquias Locais terem um papel, por exemplo, de consciencialização nesta matéria, no n.º2 do mesmo artigo, é exposto que os três órgãos já enumerados são quem promove “(...) o desenvolvimento da atividade física e do desporto em colaboração com as instituições de ensino, as associações desportivas e as demais entidades, públicas ou privadas, que atuam nestas áreas.”.

Relativamente às políticas públicas, como já referido no capítulo *d'O Papel do Estado na Promoção do Desporto*, diz-nos o artigo 6º que incumbe às Autarquias Locais a promoção da atividade física, através, conforme enumerado pelo nº2 do mesmo artigo, da criação de espaços aptos para a mesma (alínea a)), do incentivo à sua integração nos hábitos de vida quotidianos, bem como da adoção de estilos de vida ativos (alínea b)), e por fim, da promoção da conciliação da atividade física com vida pessoal, familiar e profissional (alínea c)).

Já no artigo 7º, n.º 1, há nova referência ao papel da Administração Pública no desporto, incumbindo à mesma "(...) apoiar e desenvolver a prática desportiva regular e de alto rendimento, através da disponibilização de meios técnicos, humanos e financeiros, incentivar as atividades de formação dos agentes desportivos e exercer funções de fiscalização, nos termos da lei".

O apoio das Autarquias Locais para a gestão de infraestruturas e equipamentos desportivos, matéria revestida de grande importância para a prática desportiva e também para as associações desportivas que deles carecem e para os cidadãos que deles usufruem, está previsto no artigo 8º n.º 1: "[o] Estado, em estreita colaboração com as Regiões Autónomas e com as autarquias locais e entidades privadas, desenvolve uma política integrada de infraestruturas e equipamentos desportivos com base em critérios de distribuição territorial equilibrada, de valorização ambiental e urbanística e de sustentabilidade desportiva e económica, visando a criação de um parque desportivo diversificado e de qualidade, em coerência com uma estratégia de promoção da atividade física e desportiva, nos seus vários níveis e para todos os escalões e grupos da população".

Em matéria de educação e ensino, tal como a *Constituição da República Portuguesa*, também a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto faz a devida referência, no artigo 28º n.º1 "[a] educação física e o desporto escolar devem ser promovidos no âmbito curricular e de complemento curricular, em todos os níveis e graus de educação e ensino, como componentes essenciais da formação integral dos alunos, visando especificamente a promoção da saúde e condição física, a aquisição de hábitos e condutas motoras e o entendimento do desporto como fator de cultura" e a articulação que deve ser feita com a matéria do desporto e a participação que as Autarquias Locais devem ter, no n.º 2 do mesmo artigo "[a]s atividades desportivas escolares devem valorizar a participação e o envolvimento dos jovens, dos pais e encarregados de educação e das autarquias locais na sua organização, desenvolvimento e avaliação".

Encontramos no artigo 29º, a atenção direcionada para a inclusão, nomeadamente das pessoas com deficiência, o que, de certa forma, prova o cumprimento da política do desporto para todos e não

apenas para alguns, onde se expõe que “[a] atividade física e a prática desportiva por parte das pessoas com deficiência é promovida e fomentada pelo Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais com as ajudas técnicas adequadas, adaptada às respetivas especificidades, tendo em vista a plena integração e participação sociais, em igualdade de oportunidades com os demais cidadãos”.

Outra matéria onde existe a responsabilidade de intervenção das Autarquias Locais, consta no artigo 30º “[o]s jogos tradicionais, como parte integrante do património cultural específico das diversas regiões do País, são fomentados e apoiados pelo Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais”.

Ao nível do financiamento, componente importante no desenvolvimento da atividade daqueles que proporcionam às populações o gozo do direito ao desporto, como o são por exemplo, as associações desportivas, esse apoio está consagrado no artigo 46º n.º 1 que enuncia que “podem beneficiar de apoios ou participações financeiras por parte do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais as associações desportivas, bem como os eventos desportivos de interesse público como tal reconhecidos por despacho de membro do Governo responsável pela área do desporto”. No entanto, o mesmo artigo expõe as situações onde este apoio não é aplicável “[o]s clubes desportivos participantes em competições desportivas de natureza profissional não podem beneficiar, nesse âmbito, de apoios ou participações financeiras por parte do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais, sob qualquer forma, salvo no tocante à construção ou melhoramento de infraestruturas ou equipamentos desportivos com vista à realização de competições desportivas de interesse público, como tal reconhecidas pelo membro do Governo responsável pela área do desporto”(n.º2). É especificado ainda no n.º 3 a forma em que é materializado este apoio financeiro: contratos-programa de desenvolvimento desportivo “[o]s apoios ou participações financeiras concedidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas e pelas autarquias locais, na área do desporto, são tituladas por contratos-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da lei”, e a fiscalização sujeita a estes apoios “[a]s entidades beneficiárias de apoios ou participações financeiras por parte do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais na área do desporto, ficam sujeitas a fiscalização por parte da entidade concedente, bem como à obrigação de certificação das suas contas quando os montantes concedidos sejam superiores ao limite para esse efeito definido no regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo” (n.º 4) e os casos em que não se pode beneficiar de tais apoios financeiros “(...) as entidades que estejam em situação de incumprimento das suas obrigações fiscais ou para com a segurança social, devendo ser suspensos os benefícios financeiros decorrentes de quaisquer contratos-programa em curso enquanto a situação se mantiver.

Teixeira (2019, p. 57) considera que é pela transferência gradual de competência na matéria desportiva, do Estado para o poder local, ou seja, as Autarquias Locais, que tem levado a um maior desenvolvimento do desporto no nosso país, acrescentando ainda que “[o] *quadro normativo em vigor reforça as atribuições e competências das autarquias locais*”.

3.3. Os Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo

Os Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo são uma forma de comparticipação financeira por parte das Autarquias Locais às associações desportivas, tal como disposto no n.º 3 do artigo 47º da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto.

A celebração dos contratos-programa, conforme o disposto no artigo 47º, n.º 1 do mesmo documento, depende do cumprimento de uma série de requisitos, nomeadamente:

- a apresentação de programas de desenvolvimento desportivo com uma caracterização pormenorizada, onde se especifiquem formas, meios e prazos para o cumprimento dos mesmos;
- a apresentação dos custos e aferição dos graus de autonomia financeira, técnica, material e humana inerentes a esses mesmos programas;
- a identificação de outras fontes de financiamento que sejam concedidas ou previstas.

Para além de estarem consagrados na Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, os contratos-programa de desenvolvimento desportivo e o seu regime jurídico são estabelecidos no Decreto-Lei n.º 273/2009¹⁸, que viu a sua terceira alteração a 26 de março de 2019 pelo Decreto-Lei n.º 41/2019¹⁹, de modo a responder às novas exigências e requisitos no que toca ao financiamento público do sistema desportivo consagrados na Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto.

Este documento dá-nos uma definição mais afinçada do que é o contrato-programa de desenvolvimento desportivo: “(...) *o contrato celebrado com vista à atribuição, por parte do Estado, das Regiões Autónomas ou das autarquias locais, diretamente ou através de organismos dependentes, de apoios financeiros, materiais e logísticos, bem como de patrocínios desportivos*” conforme o artigo 2º.

¹⁸ Visto e Aprovado em Conselho de Ministros de 5 de agosto de 2009, publicado a 1 de outubro de 2009, promulgado a 17 de setembro de 2009 e referendado a 18 de setembro de 2009. A primeiras alterações deram-se pelas Lei n.os 74/2013, de 6 de setembro, e 101/2017, de 28 de agosto. Encontra-se em vigor o Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março.

¹⁹ Visto e Aprovado em Conselho de Ministros de 28 de fevereiro de 2019, promulgado a 19 de março de 2019 e referendado a 21 de março de 2019.

Para efeitos do estudo em questão, revela-se pertinente analisar as partes do referido documento, que entendemos serem, as mais relevantes no apoio direto às associações desportivas.

Desde logo, no artigo 3º, podemos constatar que, destes apoios, podem beneficiar várias entidades, nomeadamente no n.º 1, alínea d), “[a]s associações ou confederações de praticantes, de treinadores e de árbitros, bem como os clubes desportivos e as associações promotoras de desporto”, e ainda de notar que o objeto destes apoios só podem ser planos ou projetos específicos fora das atribuições próprias das associações de clubes, e que não constituam um encargo ordinário dos mesmos, como disposto no n.º 2.

O documento aborda também a matéria de interesse público de eventos ou competições desportivas que abrange os contratos-programa de desenvolvimento desportivo, reconhecendo-os como aqueles, que “(...) integrem os quadros competitivos regulares das respetivas federações desportivas nacionais ou internacionais”, segundo o artigo 5º²⁰. Ou seja, o apoio à participação dos atletas nos variados campeonatos e competições, pode ser aqui enquadrado.

Torna-se assim perceber a finalidade dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo, e o porquê de os mesmos serem celebrados, no caso deste estudo de caso, entre os municípios e as suas associações desportivas. A resposta encontra-se listada em objetivos no artigo 8º:

- a) *Enquadrar a execução de programas concretos de promoção da atividade física e do desporto;*
- b) *Fazer acompanhar a concessão dos apoios por uma avaliação completa dos custos de programa ou projeto, assim como dos graus de autonomia financeira, técnica, material e humana previstos para a sua execução;*
- c) *Permitir a intervenção e mútua vinculação de diversas entidades interessadas na realização de um mesmo programa de desenvolvimento desportivo;*
- d) *Reforçar o sentido de responsabilidade dos outorgantes relativamente ao cumprimento das obrigações por eles livremente assumidas;*
- e) *Assegurar a plena publicidade e transparência das condições com base nas quais os apoios são concedidos.*

O objeto dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo, são precisamente os programas de desenvolvimento a eles inerentes, que se entendem, conforme o disposto no n.º2 do artigo

²⁰ O referido artigo inclui ainda como eventos ou competições de interesse público aqueles reconhecidos por despacho do membro do Governo responsável pela área do desporto.

11º, ser: “[o]s planos regulares de ação das entidades que fomentam e dirigem, no plano nacional, regional ou local, a prática das diversas modalidades desportivas” (alínea a)); “[o]s planos de ação específica destinados a promover e divulgar a atividade física e o desporto, a organizar competições com interesse social ou desportivo relevante ou a apoiar a participação de praticantes portugueses em provas internacionais” (alínea b)), como o são por exemplo os torneios de futebol em que a associação desportiva seja a entidade organizadora ou nos casos em que seja representada pela participação de uma das suas equipas; “[o]s projetos de construção ou melhoramento de instalações e equipamentos desportivos” (alínea c)); e ainda “[a]s iniciativas que visem o desenvolvimento e a melhoria da prática da atividade física e do desporto, nomeadamente nos domínios da formação, da documentação, da investigação ou das relações com organismos internacionais” (alínea d)).

Nos seguintes quadros, estão expostos, os elementos e pontos que devem constar nos programas de desenvolvimento desportivo e nos contratos-programa de desenvolvimento desportivo, tal como constante no nº1 do artigo 12º, e no n.º 2 do artigo 12º, respetivamente e que as Autarquias Locais e as associações desportivas que os celebram, devem fazer por cumprir.

Elementos do Programa de Desenvolvimento Desportivo
Descrição e caracterização específica das atividades a realizar.
Justificação do programa, nomeadamente do ponto de vista do desenvolvimento das modalidades em causa e das provas, competições ou eventos desportivos a realizar.
Quantificação dos resultados esperados com a execução do programa.
Previsão de custos e das necessidades de financiamento público, com os respetivos cronogramas ou escalonamentos.
Demonstração do grau de autonomia financeira, técnica, material e humana oferecido pela entidade proponente para a execução do programa, incluindo, se for caso disso, a indicação de outras participações, financiamentos ou patrocínios e respetivas condições.
Identificação de quaisquer entidades eventualmente associadas à gestão e execução do programa, definindo a natureza da sua intervenção, os seus poderes e as suas responsabilidades.
Relações de complementaridade com outros programas já realizados ou em curso de execução na mesma área ou em áreas conexas, se os houver.
Calendário e prazo global de execução do programa de desenvolvimento desportivo.

Destino dos bens adquiridos ou construídos ao abrigo do programa, se a sua titularidade não ficar a pertencer à entidade outorgante do contrato, bem como a definição da entidade responsável pela sua gestão e manutenção.

Articulação do programa de desenvolvimento desportivo com os programas de prevenção, formação e educação relativos à defesa da integridade das competições da respetiva federação desportiva.

Quadro 3- Elementos do Programa de Desenvolvimento Desportivo (FONTE: Decreto-Lei n.º 41/2019)

Pontos do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo
Objeto do contrato.
Obrigações assumidas pela entidade responsável pela execução do programa de desenvolvimento desportivo.
Entidades eventualmente associadas à gestão do programa, seus poderes e suas responsabilidades.
Início e termo de execução do programa.
Custo previsto do programa e definição das responsabilidades de financiamento.
Candidatura à realização de eventos internacionais.
Regime de comparticipação financeira.
Destino dos bens adquiridos ou construídos ao abrigo do programa e responsabilidade pela sua gestão e manutenção, bem como as garantias de afetação futura dos mesmos bens aos fins do contrato.
Sistema de acompanhamento e controlo da execução do programa.
Condições de revisão do contrato e, sendo caso disso, a respetiva fórmula.

Quadro 4- Pontos do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo (FONTE: Decreto-Lei n.º 41/2019)

Alguns aspetos também importantes para o estudo, constam, por exemplo, no artigo 19º que aborda o controlo feito perante a execução dos contratos-programa, onde é dada ao Município (entidade concedente da comparticipação financeira), a competência para fiscalizar a associação desportiva (entidade responsável pela realização do programa), e também explícito o dever da mesma em incluir nos seus relatórios anuais de atividade uma referência à execução destes contratos; o mesmo artigo sublinha ainda que é enviada pela entidade beneficiária (as associações desportivas), para a entidade concedente (os municípios), um relatório que constate a realização do contrato-programa de desenvolvimento desportivo. No que diz respeito à revisão destes contratos, tal situação está prevista no artigo 21º, onde se prevê que estes podem ser “*modificados ou revistos nas condições que neles se encontrarem estabelecidas e, nos demais casos, por livre acordo das partes*” (n.º 1) e ainda sempre que “*em virtude de alteração superveniente e imprevista das circunstâncias, a sua execução se torne*

excessivamente onerosa para a entidade beneficiária da comparticipação financeira ou manifestamente inadequada à realização do interesse público” (n.º 2). Já no artigo 24º, n.º 1, estamos perante nova referência ao papel que o desporto, e neste caso as associações desportivas como entidades promotoras do mesmo, podem ter na sensibilização para assuntos do foro ético, através da suspensão de todos os apoios concedidos por parte do Estado, caso as mesmas não cumpram a legislação alusiva “à defesa da integridade das competições, à luta contra a dopagem, à corrupção e à viciação de resultados, à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos”.

Os contratos-programa de desenvolvimento desportivo cessam a sua vigência, segundo o artigo 26º, n.º 1, quando:

- se conclua o programa de desenvolvimento desportivo;
- se torne impossível a execução dos principais objetivos;
- a entidade concedente proceda à resolução do contrato;
- quando não forem cumpridos os prazos estipulados pela entidade concedente, para apresentar os documentos mencionados no artigo 25º, n.º 2²¹.

Está prevista ainda a publicitação dos contratos-programa na página eletrónica dos Municípios, as entidades concedentes dos apoios, conforme o artigo 27º, n.º 1.

²¹ “(...) a entidade que pretende beneficiar de apoios financeiros deve prestar consentimento expreso para a consulta da respetiva situação tributária e contributiva pelos serviços da entidade concedente, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de abril, na sua redação atual”.

4. O Associativismo e o Associativismo Desportivo

É recorrente ouvirmos falar do movimento associativo quando falamos de desporto, soando conceitos como *clubes*, *associações desportivas*, e até *associações recreativas e culturais*. Para a pertinência do estudo e como falamos de associações desportivas, referimo-nos às associações cujo objetivo primordial não é a obtenção de lucro para os seus associados, mas sim àquelas que vincam a sua presença através do serviço que prestam socialmente²². Podemos assim pensar, por exemplo, nos clubes de futebol locais, em que o serviço que prestam à comunidade é aquele essencialmente ligado à formação e prática desportiva das crianças e jovens, tendo o seu foco tanto na vertente desportiva como humana.

O movimento associativo está diretamente ligado às pessoas, precisamente por a ele estar intrínseco a liberdade de associação, tal como o disposto no artigo 46º, n.º 1 da *CRP* (1976) “[o]s cidadãos têm o direito de, livremente e sem dependência de qualquer autorização, constituir associações”²³.

Ao conceito de associativismo, junta-se naturalmente o de voluntariado²⁴. Em matéria de desporto, a importância do voluntariado desportivo é reconhecida na Declaração de Nice²⁵, onde no Anexo IV, n.º 6, consta que “[o]s Estados-Membros incentivam o voluntariado desportivo, através de medidas que favoreçam uma proteção pertinente e um reconhecimento do papel económico e social dos voluntários, eventualmente com o apoio da Comunidade, no âmbito das suas competências”.

O associativismo desportivo, pelo peso que tem localmente, é visto como promotor da oferta de atividades desportivas para os jovens, e como espaço de fomento de hábitos de cidadania ativa, assumindo um papel estratégico no Sistema Desportivo, Cultural e Juvenil. Dentro deste universo, é possível identificar os diferentes tipos de associativismo no desporto: *clubes de praticantes*; *clubes desportivos*; *sociedades desportivas*; *associações de clubes*; *associações de agentes desportivos*;

²² Conforme o disposto no artigo 157º do Código Civil “[a]s disposições do presente capítulo são aplicáveis às associações que não tenham por fim o lucro económico dos associados, às fundações de interesse social, e ainda às sociedades, quando a analogia das situações o justifique.”

²³ Cfr, ainda, no disposto no n.º 2 “[a]s associações prosseguem livremente os seus fins sem interferência das autoridades públicas e não podem ser dissolvidas pelo Estado ou suspensas as suas atividades senão nos casos previstos na lei e mediante decisão judicial”.

²⁴ De acordo com a Lei 71/98 de 3 de novembro- Lei de Bases do Enquadramento Jurídico do Voluntariado, “[v]oluntariado é o conjunto de ações de interesse social e comunitário realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas”.

²⁵ O Conselho Europeu reuniu de 7 a 9 de dezembro em Nice (França), reconhecendo a responsabilidade e a função social do desporto na Europa.

associações promotoras de desporto; federações desportivas; entidades de índole confederativa e outras entidades com intervenção na área do desporto. (Instituto Português do Desporto e Juventude, 2020).

Tal como consta no n.º 1 do artigo 26º da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto “[s]ão clubes desportivos as pessoas coletivas de direito privado, constituídas sob a forma de associação sem fins lucrativos, que tenham como escopo o fomento e prática direta de modalidades desportivas”²⁶

O Instituto Português do Desporto e Juventude, assume em Portugal, e para o efeito deste estudo de caso, especial importância, na medida em que “tem por missão a execução de uma política integrada e descentralizada para as áreas do desporto e da juventude, em estreita colaboração com entes públicos e privados, designadamente com organismos desportivos, associações juvenis, estudantis e autarquias locais”, tal como o disposto no artigo 3º do Decreto-Lei n.º 98/2011, de 21 de setembro.

4.1. A Formação dos Recursos Humanos nas Associações Desportivas

Como já dito anteriormente, as associações desportivas locais contam na maioria das vezes com a colaboração e o trabalho não remunerado dos cidadãos da comunidade a que pertencem, seja ou não nos cargos de órgãos sociais. Por reinar o regime de voluntariado, no intuito de garantir a atividade dos clubes desportivos, por exemplo, estamos perante uma situação de falta de recursos humanos qualificados na área do desporto e da gestão desportiva no exercício de funções ligadas precisamente à gestão e administração destes clubes, o que leva a que muitas vezes estes clubes e associações sejam geridas de uma forma amadora e pouco profissional.

A gestão desportiva teve a sua génese na América do Norte, essencialmente virada para a vertente do negócio. No continente europeu, esta surgiu derivada do movimento Desporto para Todos, e tem sido impulsionada pela indústria do entretenimento desportivo, movimentos de desporto aventura e indústria do fitness, e por isso, assumiu novos contornos de intervenção e desenvolvimento. (Instituto Português do Desporto e Juventude, 2017).

Existem diversas entidades para atuação do gestor desportivo, segundo Pires e Sarmiento (2001), que destacam as seguintes:

- Estruturas descentralizadas segundo uma dinâmica territorial mais ou menos orgânica;

²⁶ Cfr, ainda, no disposto no n.º2 “[o]s clubes desportivos participantes nas competições profissionais ficam sujeitos ao regime especial de gestão, definido na lei, salvo se adotarem a forma de sociedade desportiva com fins lucrativos.”

- Estruturas profissionais de acolhimento tanto a nível internacional como nacional;
- Estruturas de poder local com capacidade de intervenção no mundo do desporto;
- Federações desportivas internacionais e nacionais;
- Associações regionais de modalidades;
- **Clubes, grandes, médios e pequenos;**
- Ginásios e centros de fitness;
- Empresas de serviços desportivos;
- Empresas de marketing e publicidade;
- Instalações desportivas de diversos tipos.

“O gestor desportivo é o responsável máximo por tudo quanto se passa nas organizações desportivas.

Essa é a sua grande missão: planejar e implementar políticas ou estratégias que orientem todos os restantes agentes desportivos no sentido de se atingirem os objetivos previamente definidos”

José Pires

Apesar de não terem formação específica na área da gestão desportiva, os voluntários destas associações acabam por desempenhar cargos de um gestor desportivo. Aqueles que trabalham neste setor, têm de se preocupar com a organização e coordenação de um conjunto de atividades, com diferentes âmbitos de atuação, que vão desde a gestão de instalações à organização de eventos, gestão de recursos humanos, relações-públicas e laborais, legislação desportiva e execução de tarefas (Chelladurai, 1995)

A Recomendação CM/Rec(2021)5 do Comité de Ministros aos Estados-Membros sobre a Carta Europeia do Desporto revista (2021) dá especial ênfase precisamente à questão dos recursos humanos e sua formação no contexto desportivo, nomeadamente no artigo 16º, onde consta que “[o] desenvolvimento, por organismos adequados, de cursos de formação conducentes a diplomas e qualificações que abranjam todos os aspetos do desporto, incluindo a sua conformidade com os direitos humanos, a ética, a integridade e a sustentabilidade, deve ser incentivada. Esses cursos devem ser adequados às necessidades dos participantes de todas as origens envolvidos em diferentes tipos e níveis de desporto e concebidos para aqueles que trabalham tanto a título voluntário como profissionalmente (instrutores, treinadores, gestores, funcionários, médicos, responsáveis pela segurança, arquitetos, engenheiros, responsáveis pela proteção das crianças, etc.)” (n.º 1), “[a]s pessoas envolvidas na direção ou supervisão de atividades desportivas devem possuir qualificações adequadas, com especial ênfase na proteção dos valores éticos, da integridade e dos direitos humanos, incluindo a proteção da dignidade

humana, da segurança e da saúde das pessoas a seu cargo.” (n.º 2), e ainda que “[d]everá ser dada especial atenção ao voluntariado. O pessoal voluntário, se receber formação e supervisão adequadas, pode dar um contributo inestimável para o desenvolvimento do desporto no seu conjunto e incentivar a participação de todos na prática e na organização de atividades desportivas. O recrutamento, a formação e a manutenção dos voluntários devem ser incentivados através do reconhecimento do trabalho voluntário, do apoio à formação holística dos treinadores voluntários e de outras medidas.” (n.º 3)

Através de um estudo desenvolvido por André Sesinando e Mário Teixeira (2021), podemos constatar que a formação em gestão do desporto aumenta as competências enquanto técnico superior de desporto nos municípios, a formação em gestão do desporto é importante para uma melhor liderança no âmbito das organizações desportivas e que a formação em gestão do desporto melhora as competências na área da liderança.

Por reconhecer a importância do associativismo e da formação dos dirigentes associativos, e por a ele estar subjacente a competência de regular a formação do sistema desportivo, o IPDJ desenvolveu o Programa de Apoio à Formação de Recursos Humanos²⁷, que através da celebração de um Contrato Programa entre federações desportivas e administração pública, visa a concretização do Plano Anual de Formação.

José Pires (2017, p. 6) defende que a existência de dirigentes mal preparados ou sem uma formação mínima para desempenhar funções e alcançar os resultados pretendidos é cada vez menos aceite, acrescentando que a incompetência e irresponsabilidade é negativamente avaliada nas organizações, sejam estas ou não com fins lucrativos, ou do setor público ou privado.

Por estas razões, é relevante entender de que forma as associações desportivas e os dirigentes associativos voluntários que as mantêm em funcionamento, conseguem acompanhar a evolução do desporto e de todos os processos e exigências que este carece atualmente e no futuro, e de que forma a formação dos dirigentes associativos dos clubes pode ser tão preponderante.

²⁷ O Programa de Apoio à Formação de Recursos Humanos “*pressupõe a identificação prévia das necessidades de formação dos agentes desportivos da modalidade e uma particular atenção à complementaridade entre candidaturas, numa lógica de continuidade com o trabalho anteriormente efetuado, devendo ser um processo integrado que implique a interligação de processos, pessoas, estrutura organizacional, cultura da modalidade, sistemas de informação e os próprios recursos materiais.*” (Instituto Português do Desporto e Juventudo, l. P., 2021)

4.2. O futuro do Associativismo Desportivo e as SAD's

As sociedades anónimas desportivas, mais comumente conhecidas como SAD's, surgiram em Portugal em 1995 através do Decreto-Lei n.º 146/95, que regulamentou esta matéria em termos que foram geralmente considerados inadequados, por interditar às sociedades desportivas a distribuição de lucros, retirando-lhes, assim, um dos principais atrativos para a sua constituição, e por isso, acabou por ser revogado em 1997 através do Decreto-Lei n.º 67/97, de 3 de abril. Atualmente, vigora o Decreto-Lei n.º 10/2013, de 25 de janeiro que estabelece o regime jurídico das sociedades desportivas a que ficam sujeitos os clubes desportivos que pretendem participar em competições desportivas profissionais²⁸.

Podemos, desde logo, definir Sociedade Anónima Desportiva como “[a] *pessoa coletiva de direito privado, constituída sob a forma de sociedade anónima, cujo objeto é a participação numa modalidade, em competições desportivas de carácter profissional (...) a promoção e organização de espetáculos desportivos e o fomento ou desenvolvimento de atividades relacionadas com a prática desportiva profissionalizada dessa modalidade*”, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 2º do Decreto-Lei n.º 10/2013. Ao abrigo do artigo 3º do mesmo diploma, as sociedades desportivas podem ser constituídas de raiz, por transformação de um clube desportivo ou pela personalização jurídica de uma equipa que participe ou pretenda participar em competições desportivas.

Na época 2022/2023, em Portugal, a maioria dos clubes que participaram na I e II Liga de futebol regiam-se por uma SAD, havendo apenas seis SDUQ²⁹ (Arouca, Casa Pia, Gil Vicente, Paços Ferreira e Rio Ave e Sporting da Covilhã) (Rodrigues, 2023). Na Comunidade Intermunicipal do Cávado, área geográfica onde se insere o nosso estudo, identificamos os seguintes clubes com SAD- SC Braga e Dumense CJPII (Braga); LANK Vilaverdense (Vila Verde).

Desde a sua criação, que as SAD's têm estado em volta de polémicas e em alguns casos, associadas ao insucesso dos clubes, podendo identificar casos como o d'Os Belenenses (onde houve a separação entre SAD e clube), Beira-Mar, União de Leiria e Atlético (onde se deu a falência da SAD e o clube fundador se viu obrigado a recomeçar dos escalões mais baixos, ao invés de assumir a SAD e continuar no escalão onde esta se encontrava) (Delgado, 2018).

²⁸ Desde a implementação do Decreto Lei n.º 63/97, de 3 de abril, até ao Decreto Lei n.º 10/2013, de 25 de janeiro, ocorreram, ainda, algumas alterações ao regime jurídico das SAD's, através da Lei n.º 107/97, de 16 de setembro, e pelos Decretos-Leis n.os 303/99, de 6 de agosto, e 76-A/2006, de 29 de março.

Em março de 2023, a Assembleia da República aprovou o novo regime jurídico das sociedades desportivas³⁰. A Proposta de Lei 62/XV/1 prevê a criação de um regime contra-ordenacional, uma entidade fiscalizadora e um reforço dos direitos dos clubes (Lusa, 2023). Sobre esta reforma do regime jurídico das sociedades anónimas desportivas, o secretário de Estado da Juventude e Desporto, João Paulo Correia, assumiu a sua importância declarando que “[m]ais de 30% das sociedades desportivas criadas em Portugal caíram na insolvência, dissolução ou extinção. É um número assustador e quase todos eles são exemplos de maus investimentos e investidores. Sendo um setor de atividade económica, precisa de maior regulação e que seja atrativa para um bom investimento” e assume, ainda, que “vem estabelecer uma relação de confiança entre clube e SAD. Procuramos reduzir conflitos de interesse e introduzir requisitos de idoneidade. Quem quiser ser administrador, tem de cumprir requisitos mínimos de idoneidade, prová-los e não pode exercer quem tenha interesses incompatíveis. Atualmente, um administrador que esteja ligado a apostas desportivas ou até que seja agente de jogadores pode assumir essas funções, havendo um conflito de interesses. A maioria acabou por ter como motivação negócios de intermediação de jogadores. É algo que não queremos que aconteça no desporto português. Cumprir um conjunto de requisitos de idoneidade afastarão esse mau investidor” (ABOLA, 2023).

Assim, pode questionar-se se passará o futuro das associações desportivas em Portugal pela constituição de SAD's (ou até mesmo SDUQ's). Como será gerida a expectativa que a criação destas no presente, está associada a uma maior profissionalização do setor desportivo, mas também popularmente ao “futebol como negócio” e à perda da identidade do clube fundador? Estarão os clubes preparados e com recursos humanos formados e informados para dar este salto de modo que não se torne um falhanço?

³⁰ O novo regime havia sido aprovado em Conselho de Ministros no dia 12 de janeiro.

5. Associações Desportivas- Estratégia e Marketing

Como qualquer empresa, as associações desportivas também são geridas através de um plano base para alcançarem os seus objetivos, não só desportivos, mas também financeiros e estratégicos.

Neste capítulo introduziremos conceitos bases da Estratégia e do Marketing de forma a no estudo poder relacioná-los com a realidade dos participantes do mesmo.

5.1. Missão, Visão, Valores e Fatores Críticos de Sucesso

A missão, assim como a visão e valores, devem estar bem explícitos no seio de qualquer organização, nomeadamente através do seu funcionamento. A missão traduz-se nos ideais e orientações globais para o futuro e deve ter um carácter estratégico e operacional; já a visão é o conjunto de intenções e aspirações para o futuro; os valores traduzem os princípios e comportamentos que devem fazer parte da atuação diária da empresa/organização. (Freire, 2020)

Os fatores críticos de sucesso são as atividades que mais valor proporcionam aos clientes (fatores chave de compra) e que melhor diferenciam os concorrentes na criação desse valor (fatores de competição). Os fatores chave de compra são obtidos através de questões como “[p]orque é que os clientes adquirem os produtos ou serviços da indústria?” “[o] que os leva a preferir uns produtos ou serviços em detrimento de outros?”, já os fatores de competição questionando “[c]omo é que os concorrentes procuram cativar os clientes?” ou “[o] que diferencia os competidores melhor sucedidos?” (Freire, 2020)

5.2. As Associações Desportivas como Marcas Representativas dos seus Concelhos

A definição de marca varia consoante a visão dos diferentes autores, seja ela mais idealista ou realista. A perspetiva realista foca-se na marca numa dimensão mais jurídica e tangível; já a perspetiva idealista surge precisamente pela evolução do marketing e associação à marca de um outro simbolismo e valores (Ruão & Farhangmer, 2000).

A imagem de marca é definida por Kotler (2001) como “o conjunto de crenças, ideias e impressões que uma pessoa tem sobre um objeto”, já Keller (1993) considera que é “o conjunto de percepções sobre uma marca na memória do consumidor”.

Posto isto, as associações desportivas, tal como as empresas, podem também ser vistas como marcas, o que faz com que a elas estejam associados valores e formas de atuar no mundo do desporto.

Quando falamos sobre a promoção do concelho através do desporto, logicamente que é bastante sonante a temática dos eventos desportivos e do turismo desportivo.

São inúmeros os artigos que nos falam sobre o impacto que estes eventos têm para a comunidade, e a maioria da literatura garante que o impacto económico é positivo, aconselhando a sua realização (Papanikos, 2015).

Não obstante, podemos questionar se serão também as associações desportivas uma forma de promoção dos concelhos a que pertencem.

As associações, sejam elas desportivas, culturais, recreativas, ou de outro carácter, são muitas vezes fundadas com o mote de representarem a sua localidade. No caso específico das associações desportivas, faz até com que a sua denominação mais tradicional seja o próprio nome da mesma, podendo exemplificar com algumas das mais conhecidas em Portugal como o Benfica (Sport Lisboa e Benfica), Porto (Futebol Clube do Porto) ou Braga (Sporting Clube de Braga).

A estratégia de marca do lugar deve reconhecer que o principal recurso da maioria dos lugares são as pessoas que vivem, e as coisas feitas e realizadas nesse lugar (Barros & Barros, 2022). Posto isto, podemos supor que, os feitos das pessoas ligadas diretamente ao sucesso das associações desportivas, nomeadamente os seus *stakeholders* (atletas, patrocinadores, parceiros, dirigentes associativos, associados, adeptos e autarquias locais), são também os feitos da própria Autarquia. Podemos ainda pensar na promoção das associações desportivas por parte de uma autarquia e vice-versa numa perspetiva de *co-marketing*, na medida em que simultaneamente as duas partes se promovem mutuamente e por se tratar de uma “*estratégia promocional em que uma organização colabora com outra para atingir em conjunto um público mais vasto*” (Spiric, 2023)

II. Metodologia

1. Metodologia

Para a definição da metodologia a utilizar no presente estudo, optamos numa primeira fase por fundamentar a revisão de literatura efetuada através de entrevistas aos vereadores do desporto (ou seus representantes) e aos dirigentes associativos dos municípios que compõem a área objeto de estudo, a CIM Cávado.

A abordagem utilizada foi de natureza qualitativa e interpretativa, na medida em que se tratando de um estudo de caso que acolhe matérias como o desporto e o Estado, mais especificamente a gestão desportiva e uma autarquia, é necessário perceber como é que têm sido desenvolvidas as políticas desportivas locais em cada um dos municípios em estudo, a própria evolução do mesmo a nível demográfico e de participação a nível desportivo, assim como a gestão feita pelas associações selecionadas ao longo dos últimos anos, os seus desenvolvimentos mas também as dificuldades a eles inerentes, no fundo, a caracterização das associações selecionadas e a do próprio município.

A investigação baseou-se no recurso a dados secundários através da literatura disponível para analisar a evolução do desporto, os acontecimentos relevantes para a sua afirmação na sociedade, o papel do Estado e, essencialmente, das Autarquias Locais, na promoção da prática desportiva.

O estudo qualitativo teve por base, em primeiro lugar, as autarquias que constituem a Comunidade Intermunicipal do Cávado - Amares, Braga, Barcelos, Esposende, Terras de Bouro e Vila Verde - através de entrevistas semiestruturadas ao vereador responsável pelo pelouro do desporto ou, na impossibilidade deste, num funcionário do gabinete do desporto dessa Câmara Municipal; e, em segundo lugar, às associações desportivas, uma por município, em que a modalidade desportiva principal praticada objeto de análise pormenorizada foi o futebol. Para esta análise pormenorizada realizamos também uma entrevista semiestruturada a um dirigente associativo, tendo optado, na maioria dos casos, por presidentes da direção.

Verificamos, ao longo da nossa investigação, constrangimentos de várias ordens, decorrentes do grau de disponibilidade de alguns dos inquiridos, pelo que foi necessária a adaptação da recolha de dados, em alguns casos, para questionários, e, em último caso pelo recurso aos canais oficiais dos municípios, como o são os seus websites onde estão disponibilizados os documentos oficiais, nomeadamente plano de atividades, orçamentos, relatórios e contas, e Cartas Desportivas Municipais.

Por se tratar de uma abordagem numa dupla perspetiva (a visão da autarquia que promove e apoia e a visão da associação que promove e é apoiada), com visões por vezes divergentes, considerou-se adequada a escolha desta forma de recolha de dados, por ser englobante da visão global do fenómeno. As visões de ambas as partes, nem sempre coincidentes, permitiu-nos fazer uma análise mais aprofundada e próxima da realidade da influência das políticas desportivas de uma autarquia na estratégia das suas associações desportivas, com relação a uma leitura sobre o valor económico e social que o desporto representa em cada um dos concelhos.

2. Instrumentos e Procedimentos de Recolha de Dados

O processo de recolha de dados iniciou-se com o contacto para as autarquias, o qual foi feito através de chamada telefónica e/ou e-mail, com o objetivo de chegar à pessoa responsável pelo pelouro do desporto ou seu representante para a colaboração no estudo desta dissertação. De igual forma, o mesmo procedimento foi adotado para as associações desportivas, até se chegar ao interlocutor de cada uma delas.

Identificado o interlocutor, tomamos como fonte fidedigna toda a informação transmitida, classificando-a como representativa do município/associação desportiva.

Relativamente às entrevistas, estas foram efetuadas via videochamada, maioritariamente, ou presencialmente, tendo sido gravado o áudio das mesmas para posterior transcrição integral. Os interlocutores que optaram por colaborar através de resposta escrita às questões de um guião previamente elaborado, enviaram remetendo-as via e-mail.

No seguinte quadro, podemos ver como se estruturou o Guião para as Associações Desportivas e para as Autarquias Locais.

<p>Associações Desportivas</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Qual o número de atletas federados no total das associações desportivas do seu concelho? Qual a percentagem dos atletas a praticar futebol, no total dos atletas do concelho? 2. Quantas associações tem o seu concelho? 3. Qual o peso percentual do investimento em desporto relativamente ao orçamento anual do Município, em 2023? 4. Do orçamentado para o desporto em 2023, qual a percentagem alocada ao apoio direto à atividade das associações desportivas? 5. Do valor orçamentado em 2012 e 2022 para as associações, qual a percentagem de execução? 6. Na última década tem havido um aumento ou uma diminuição por parte do município do investimento em desporto? (concretize em números) 7. Que políticas desportivas se mostraram preponderantes no passado para o desenvolvimento do desporto no concelho? Qual o caminho futuro a percorrer? 8. Quais as forças e fraquezas do seu concelho comparativamente aos restantes municípios da CIM Cávado? Quais as principais oportunidades da oferta desportiva no seu concelho? E quais as principais ameaças? 9. Qual considera ser o retorno deste apoio prestado às associações para o Município e os seus municípios? 10. As associações caminham para uma dependência dos auxílios financeiros do município para a sua sobrevivência?
<p>Autarquias Locais</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Qual o número de atletas efetivos/federados atualmente na associação e o número de associados? 2. Como classifica o apoio do município para a manutenção da atividade desportiva dentro da sua associação? Acha suficiente e adequado? 3. Muitos destas associações são geridas por voluntários sem qualquer tipo de formação na área. Hoje, os clubes carecem cada vez mais de uma maior profissionalização, na medida em que são cada vez mais as exigências a nível de legalização, processos e condições. Considera que o município poderia dar um maior apoio nesta profissionalização ou deve ser inteira responsabilidade da associação? 4. Considera que a sensibilização para a segurança e bem-estar nos transportes e nas instalações, os seguros, a responsabilidade civil, os exames médicos, e outros tipos de pasta são questões negligenciadas pelas autarquias? 5. Qual a percentagem do apoio do município no total da receita do exercício dos últimos cinco anos da associação? 6. Caminham as associações desportivas para uma dependência dos auxílios financeiros do município para a sua sobrevivência? 7. Nos últimos 10 anos, quais foram os maiores desafios na gestão desta associação? De que forma o município auxiliou na sua resposta/resolução? 8. Quais as forças e fraquezas da sua associação relativamente às restantes do concelho? Quais as oportunidades, mas também ameaças que esta enfrenta atualmente?

Quadro 5- Guião para Associações Desportivas e Autarquias Locais

Embora haja pontos similares e convergentes nas questões enviadas às autarquias e às associações desportivas, procuramos diferenciar o guião por forma a obtermos uma perceção global do fenómeno desportivo e sua relação com as entidades em estudo.

O guião conteve questões de resposta aberta e fechada, e dividiu-se da seguinte forma:

- a) Associações Desportivas: questão relativa à realidade humana do clube; questões sobre o apoio e sensibilização do município para com algumas pastas geridas diariamente nos clubes; questões sobre o apoio e dependência financeira dos clubes sobre as autarquias; questões sobre a estratégia e gestão do clube no passado e para o futuro.
- b) Autarquias Locais: questões que permitem ter uma quantificação do número de atletas e associações do concelho; questões que procuram a quantificação do investimento em desporto e do apoio direto às associações; questão sobre as políticas desportivas do passado; questão que procura perceber de que forma o município se vê perante os restantes municípios da CIM Cávado; questões que abordam as sinergias que municípios e associações trocam e de que forma entendem os municípios existir ou não uma dependência das associações para com os seus apoios financeiros.

Já no quadro que se segue apresenta-se a opção dos intervenientes representantes das autarquias e das associações desportivas na modalidade de participação do estudo.

	Concelho	Entidade	Modalidade de Participação
Associações Desportivas	Amares	Futebol Clube de Amares	Questionário
	Braga	Dumiense/Colégio João Paulo II	Entrevista (videochamada)
	Barcelos	MARCA	Questionário
	Esposende	Futebol Clube de Marinhas	Questionário
	Terras de Bouro	Associação Desportiva, Recreativa e Cultural de Terras de Bouro	Entrevista (videochamada)
	Vila Verde	GD Prado	Entrevista (videochamada)
Autarquias Locais	Amares	-	-
	Braga	Gabinete do Desporto da Câmara Municipal de Braga	Entrevista (videochamada)
	Barcelos	-	-
	Esposende	Vereação do Desporto da Câmara Municipal de Esposende	Entrevista (presencial)
	Terras de Bouro	Divisão de Turismo, Educação, Cultura e Desporto da Câmara Municipal de Terras de Bouro	Questionário

	Vila Verde	Divisão de Promoção Social da Câmara Municipal de Vila Verde	Questionário
--	------------	--	--------------

Quadro 6- Opção dos intervenientes representantes das autarquias e das associações desportivas na modalidade de participação do estudo

No decorrer das entrevistas surgiram novas questões que se entendeu serem pertinentes para complementar e completar o estudo em questão. Consideramos que estas ajudaram a enriquecer o nosso estudo.

No questionário/entrevista feitos às associações desportivas e às autarquias, as questões quantitativas/numéricas, foram feitas com o intuito de posteriormente, no tratamento dos dados, poder fazer uma comparação entre as diferentes realidades que fizeram parte do estudo; já as questões de resposta aberta, tiveram objetivos definidos, nomeadamente de comprovar ou não certas proposições que a literatura fundamenta.

3. Caracterização dos participantes do estudo

Pelo facto de se tratar de um estudo de caso direccionado à área geográfica da CIM Cávado, os participantes deste estudo foram representantes das Autarquias Locais. Já o critério da escolha das associações desportivas, objeto de estudo, foi a ordem de aceitação ao convite formulado, de forma aleatória, ao conjunto de associações de cada município.

A caracterização mais detalhada dos participantes (CIM Cávado- seus municípios e associações desportivas representantes), encontra-se no anexo 3, nomeadamente com informações demográficas, territoriais, processuais e históricas.

3.1. Caracterização dos Concelhos

Nesta secção, de modo a condensar os dados mais relevantes para o estudo e para caracterização de cada um dos concelhos, a informação será disposta em quadros, no anexo 3, e conterá os seguintes aspetos:

- População³¹ (residente (n.º), Densidade Populacional (n.º de pessoas por Km²) e estrutura etária);
- Território³², (área limites e composição a nível de freguesias).

3.2. Caracterização das Associações Desportivas

À semelhança do exposto anteriormente, também os dados desta secção, relativos à caracterização das Associações Desportivas, serão expostos por quadros, também no anexo 3, com os seguintes elementos³³:

- Data de fundação;
- Sede (freguesia);
- N.º de atletas;
- Principais feitos;

³¹ A informação data aos Censos 2021.

³² A informação é de acordo com o constante no website da Associação Nacional dos Municípios Portugueses.

³³ Os dados *data de fundação, sede, principais feitos e nível de competição da equipa sénior ou de outros relevantes* foram consultados no website zerozero.pt; o n.º de atletas e modalidades foi recolhido na entrevista/questionário, e a certificação entidade formadora FPF e outros selos foi consultada nas redes sociais dos clubes e posteriormente confirmada no site da Federação Portuguesa de Futebol.

- Modalidades;
- Certificação Entidade Formadora FPF³⁴;
- Nível de competição da equipa sénior ou de outra equipa relevante.

³⁴ A Entidade Formadora FPF refere-se à época 2021/22 e modalidade Futebol Masculino, as disponibilizadas publica e oficialmente no website da Federação Portuguesa de Futebol à data do estudo.

III. Análise e Discussão de Resultados

1. Análise às Entrevistas, Questionários e outros dados

Feita a recolha de dados, procuramos, em seguida, analisar o conteúdo das entrevistas e questionários efetuados de forma a: analisar genericamente cada realidade, efetuar uma leitura relacional de dados e, ainda comparar as visões e perceções dos representantes das autarquias e das associações desportivas.

1.1. Análise Individual

1.1.1. Autarquias Locais

a. Amares

A recolha de dados relativa ao município de Amares teve como fonte principal a consulta do seu website institucional. Mediante a informação constante do mesmo, não foi possível fazer uma análise tão completa deste município. Comparativamente com outros municípios, a informação aqui recolhida não tem o mesmo grau de abrangência, pelo que poderá carecer de alguma fundamentação.

O valor global do orçamento municipal para 2023 excede os 23 milhões de euros (23 005 678,00), sendo que a pasta do Desporto, Recreio e Laser, tem uma verba de cerca de 2 milhões (1 919 263,00)” (amares.pt, 2023). Assim, podemos concluir que o município de Amares, no ano 2023 prevê investir em *Desporto, Recreio e Lazer*, o montante global de quase 2 milhões de euros, o que representa 8,34% do total do orçamento.

Segundo o Relatório de Introdução ao Orçamento 2023 (pp. 22, 61), o município contempla “uma verba significativa destinada às associações”, num total de 441 350 euros, 136 700 euros destinam-se às associações desportivas³⁵ (aproximadamente 1,92% do orçamento). Pode ainda constatar-se que a percentagem relativa ao apoio dado às associações desportivas no bolo do apoio às associações do concelho, representa 30,97% do apoio dado às associações, mostrando a importância que é dada ao desporto.

Em 2022 1,9 milhões de euros foram alocados nos serviços recreativos, culturais, religiosos e desportivos, investidos no apoio a instituições (500 mil euros), requalificação da piscina coberta (680 mil euros) e projeto da mobilidade (700 mil euros)” (amares.pt, 2023)

³⁵ Consultar, em anexo, a página 61 do documento que orçamenta o montante alusivo às associações.

b. Barcelos

À semelhança do município de Amares, foi necessário recolher os dados quantitativos nos canais de comunicação do município, nomeadamente o seu website institucional, onde constam documentos de interesse como Grandes Opções do Plano e Orçamento 2023, relatórios e contas, assim como a Carta Desportiva Municipal (2019).

Através dos dados recolhidos, pudemos, desde logo, concluir o peso que a prática da modalidade de futebol tem no concelho de Barcelos, sendo que o número de atletas representa mais de 60% do total (4 669 atletas federados e 1 402 não federados; 3 723 no futebol) (Município de Barcelos, 2019)

O município contabiliza ainda, segundo a Carta Desportiva Municipal (2019), 89 associações desportivas com representação de 34 modalidades diferentes (individuais e coletivas).

Foi possível perceber o peso do apoio ao desporto no orçamentado para o ano de 2023, representado pelo montante de aproximadamente 470 000€ para contratos programa de desenvolvimento desportivo, o que representa 0,48% do orçamento, e de 200 mil para outras associações sociais, culturais e recreativas, o que no agregado, representa 0,96% do orçamento para o apoio às associações³⁶. (2023)

Em 2022, podemos constatar o apoio às associações desportivas, pela análise da rubrica *Despesas com transferências- correntes e capital- Associações e organizações desportivas, recreativas e lazer* que representou o montante de 550 000 euros (p. 55), assim como a *Despesa em Associações e organizações desportivas, recreativas e lazer* no valor de 50 000 euros (p. 111). Pudemos também fazer a comparação entre o nível/grau de execução orçamental nos anos de 2012 e 2022, onde nas rubricas *Subsídios a organizações desportivas, recreativas, de lazer e outros* e *Despesa em Associações e organizações desportivas, recreativas e lazer*, respetivamente, foi de 88,63% (p. 112) e 41,37% (p. 207).

³⁶ Associações desportivas, sociais, culturais e recreativas.

c. Braga

O estudo do município de Braga revelou-se um dos mais completos no universo dos seis municípios que compõem a CIM Cávado, não só pelo grau de pormenor dos dados fornecidos, mas também pela fundamentação e justificação técnica veiculada pelo nosso interlocutor, responsável pelo Gabinete do Desporto da Câmara Municipal.

Foi possível, no decorrer e após a entrevista, perceber a força do associativismo desportivo no município de Braga, com 169 associações desportivas em atividade. Constatou-se, igualmente, que a aposta que este município efetua em matéria de promoção do desporto, é muito diversificada, não só pelo apoio ao futebol profissional de topo (ao dar o devido destaque ao Sporting Clube de Braga, bandeira da própria cidade), como também pelo apoio ao associativismo desportivo, destacando a importância do futebol de formação através de processos bem definidos, organização e concretização dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo, assim como a forte aposta que têm feito nas instalações desportivas que apoiam o crescimento do desporto, não só formal, mas também informal, acessível a todos.

O futebol, tal como é tradicional no nosso país, representa uma fatia considerável no bolo da realidade do município de Braga, representando os atletas federados desta modalidade 29% do total dos atletas federados praticantes de desporto no concelho.

No que toca ao investimento feito pela autarquia no desporto, no orçamentado para o ano de 2023, este representa entre 6 e 7% do total. Já ao nível do apoio ao associativismo desportivo, podemos retirar a importância de 1 200 000 euros no apoio direto ao mesmo, através do asseguramento do processo de inscrição nas federações, filiações e os próprios seguros, com os contratos-programa destinados a cada tipo de clube (mediante o seu nível competitivo). A evolução deste investimento tem decorrido de uma forma constante, salvo eventos de natureza excecional que justifiquem a oscilação do seu valor.

Já em matéria da profissionalização do desporto e conseqüente necessidade da formação dos próprios dirigentes desportivos, o município, na pessoa do interlocutor, assume que tem de haver todo o interesse e atenção nesta matéria, assumindo que se os municípios, e neste caso específico, o de Braga, quer ter um desporto melhor, cabe a ele também ajudar aqueles que são os parceiros para a promoção do desporto e a prática da educação física, ou seja, capacitando os dirigentes das associações desportivas. O inquirido assumiu ainda que para o efeito, iam avançar com uma parceria com Instituto Português do Desporto e da Juventude, precisamente com esse mesmo objetivo.

Relativamente à constituição das Sociedades Anónimas Desportivas, o inquirido foi muito claro no que pensa acerca deste assunto e do apoio ou não que a autarquia deve dar aos clubes que acabem por recorrer às mesmas. O apoio que o município está incumbido de dar, legalmente, é precisamente às associações, logo, a partir do momento em que o clube se torna uma SAD, o município já não tem mais essa obrigação.

Questionado também acerca da visão relativa ao ambiente interno e externo do município, enumerou as principais forças, fraquezas, oportunidades e ameaças de Braga.

- Forças: dimensão e valências desportivas que faz com que tenham mais instalações desportivas e hoteleiras para resposta a eventos desportivos;
- Fraquezas: número baixo de recursos humanos que dá resposta à dimensão do desporto no município; não possuem um pavilhão desportivo voltado para o alto rendimento;
- Oportunidades: inserção na rede que promove os Jogos do Eixo Atlântico³⁷, que os torna parceiros;
- Ameaças: não considerou haver.

Levantado o assunto sobre que políticas existem na CIM sobre o desporto, assumiu não haver uma comunhão a esse nível dos municípios que a constituem, não existindo de momento qualquer ação ou política para a promoção do desporto em forma conjunta. No entanto, assumiu que poderia ser uma situação interessante, reunir os responsáveis do desporto para esse mesmo efeito.

A dependência das associações perante os apoios do município foi também uma questão abordada na entrevista. Este referiu-se ao tema da sustentabilidade das associações e defendeu que, dependendo da modalidade que praticam, algumas podem tornar-se sustentáveis, nomeadamente o futebol. Não obstante, frisou que há elementos como os preços que são praticados nos processos de filiações, e de organização de calendários competitivos das equipas dos escalões mais elevados, que podem dificultar a resolução desta equação, e que, também por isso, é necessário capacitar os dirigentes associativos desportivos (para melhores práticas de gestão).

³⁷ Os Jogos do Eixo Atlântico destinam-se à promoção do desporto, à convivência entre os jovens e, também ao melhor conhecimento entre os cidadãos das duas regiões. Foram criados em 1995 e realizam-se de dois em dois anos, constituindo um evento desportivo transfronteiriço e considerado único na Europa, contando atualmente com mais de 2000 participantes. As cidades que fazem parte desta rede são: A Coruña, Amarante, **Barcelos**, **Braga**, Bragança, Carballo, Culleredo, Deputación Provincial de Lugo, Deputación Provincial de Ourense, **Esposende**, Felgueiras, Ferrol, Gondomar, Guimarães, Lalin, Lugo, Maia, Matosinhos, Mirandela, Monforte de Lemos, Narón, O Barco de Valdeorras, O Carballiño, Ourense, Peso da Régua Pontevedra, Pontearreas, Porto, Póvoa de Varzim, Ribeira, Santa Maria da Feira, Santiago de Compostela, Sarria, Valongo, Viana do Castelo, Vila do Conde, Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Gaia, Vila Real, Vilagarcía de Arousa e Vigo. (Interreg España-Portugal, s.d.)

d. Esposende

Por também a recolha dos dados relativos ao município de Esposende se ter realizado através de entrevista, a análise a esta autarquia também se revestiu de relativa facilidade para a concretização dos objetivos do presente estudo de caso.

A entrevista feita para perceber a realidade do concelho do Esposende a nível desportivo e a participação da autarquia na promoção do mesmo, foi bastante benéfica para o estudo, não só pelo fornecimento dos dados quantitativos, mas essencialmente pela exposição da visão do inquirido para com o desporto ao nível local.

O universo de atletas do município de Esposende fixa-se no valor de 1737 atletas (registados para a época 2022/23 ao abrigo dos contratos-programa de modalidades coletivas), sendo que os atletas a praticar futebol representam mais de metade deste valor: 67%. Neste momento, o município assiste à prática de 20 modalidades diferentes, asseguradas pelas suas 32 associações desportivas.

No que toca ao montante orçamentado para o desporto, este foi aprovado em 1 788 500 euros, ou seja, cerca de 4% do total do orçamento do município de Esposende para o ano de 2023. Desse valor, aproximadamente 20% representam o apoio às associações desportivas em forma de contratos programa de desenvolvimento desportivo (329 649 euros). Já no panorama geral do orçamento, representa 0,74%.

Ainda em matéria de financiamento, em 2022, a execução destes apoios foi de 92%, ressalvando que a execução em pleno não é revestida de muita dificuldade em se concretizar, na medida em que o apoio às associações chega em forma de contratos-programa. Estes, têm vindo o seu valor a ser aumentado de ano para ano, precisamente pela aposta que se assume em querer fazer cada vez mais ao nível do desporto através das associações desportivas, canal mais direto de fornecimento deste direito para as crianças e jovens. O valor total para os contratos-programa, entre as épocas 2013/14 e 2022/23 apresentou a evolução que podemos ver no gráfico abaixo.

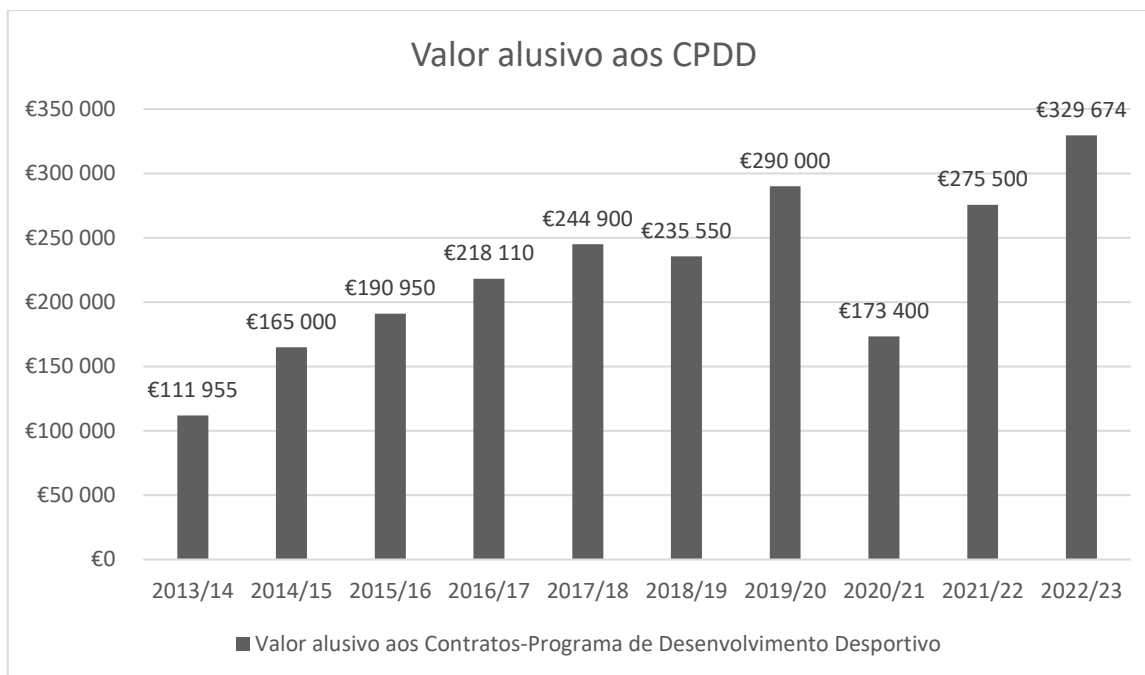


Gráfico 1- Valor alusivo aos CPDD no Município de Esposende de 2013/14 a 2022/23 [elaboração própria]

Foi também salientada a importância, para a concretização do desporto como um direito para o cidadão, que pressupõe o próprio sucesso das associações desportivas, a necessidade de existir um Plano de Estratégia e Desenvolvimento, que foi, precisamente, segundo o inquirido “estruturado, validado e definidos eixos estratégicos, como a visão, a orientação”.

Quanto às sinergias e qualquer tipo de parcerias que pudessem existir entre os concelhos da CIM Cávado, saíram pontos importantes a salientar nesta questão, desde logo o facto de o inquirido defender que a CIM poderia ter uma comissão estratégica ao nível desportivo, entendendo ainda que estes municípios não se podem ver como ameaças uns dos outros, mas que devem olhar para a CIM (nomeadamente a área geográfica) como um todo, podendo haver complementaridade entre eles. Este ponto de vista faz questionar realmente qual tem sido o caminho que a CIM Cávado tem desenvolvido em matéria de potencialização da sua área através do desporto, através da própria comunhão entre os seus municípios e das sinergias que dela poderiam tirar.

A Análise SWOT foi também realizada, assumindo assim:

- Forças: proximidade de grandes cidades e ponto estratégico de passagem; localidade forte para o turismo desportivo, nomeadamente o equestre e futebolístico; clima.
- Fraquezas: falta de infraestruturas desportivas e hoteleiras para receber grandes eventos desportivos;
- Oportunidades: zona desportiva norte de Esposende

- Ameaças: criação de mais atividades/associações sem as infraestruturas próprias para dar resposta a tal

Durante a entrevista assumiu-se várias vezes a grande importância que o associativismo desportivo tem, considerando as associações fundamentais para a prática desportiva regular, o que vem vincar ainda mais o papel que as associações desportivas têm na vida da comunidade municipal, e o reconhecimento que estas devem ter.

Não obstante o reconhecimento dessa importância, foi importante de igual forma, abordar-se a questão da dependência financeira que as associações podem ter, muitas vezes fruto da própria falta de formação para gerirem os clubes. Questionado sobre isto, o inquirido assumiu que para a questão da dependência financeira, não acredita que, no caso de Esposende, essa dependência exista, no entanto, vincou que a chave está na ligação constante entre o município e os clubes, mas que o estatuto de dirigente associativo deveria ser reformulado, e que não poderia só ser o município a financiar tal formação. Assumiu ainda, levantando outro assunto relacionado, que poderá haver um grande problema no Desporto ao nível do seu funcionamento nacional, defendendo inclusive que tem, com carácter urgente, de haver uma reformulação das políticas desportivas nacionais, nomeadamente toda a Lei de Bases do Desporto. Como sabemos, a Lei de Bases do Desporto

No que toca ao eventual surgimento das SAD's no município, a posição foi bastante clara, assumindo que não é papel do município financiar uma SAD, assim como que é muito mais forte para o mesmo ter um clube, do que uma SAD. Enfatizou-se de igual forma o poder que o clube acaba por ter na gestão do mesmo quando este se torna uma SAD, e o risco existente na gestão do património, podendo passar este para a SAD.

e. Terras de Bouro

O estudo do Município de Terras de Bouro, realizado através das respostas ao questionário, foi completo no que toca às questões quantitativas, na medida em que apenas se obteve resposta a estas. De um ponto de vista mais qualitativo e de opinião, as questões do foro político não tiveram resposta, ficando o estudo nessa vertente incompleto.

Terras de Bouro tem 31 associações, contando com 2 associações desportivas federadas, num total de 135 atletas (35 atletas seniores e 85 atletas da formação), sendo 105 destes, atletas a praticar a modalidade de futebol, o que perfaz um peso de 77,78%.

No que toca ao orçamentado pelo município em 2023, 1,18% do total é alocado ao investimento em desporto, sendo que 0,35% deste é para o apoio direto à atividade das associações desportivas.

Em 2021, do orçamentado para as associações, o grau de execução foi de 99,39% enquanto que em 2022 foi de 90,91%.

f. Vila Verde

A participação do município de Vila Verde foi feita através de resposta ao questionário, participando apenas em algumas questões, maioritariamente as de resposta aberta.

Atualmente, o concelho conta com 1300 atletas federados, representando os atletas da modalidade de futebol, neste universo, uma percentagem de 80%.

São cerca de 120 as associações legalmente constituídas no concelho de Vila verde, sendo elas de índoles desportiva, cultural e recreativa.

Segundo o documento Grandes Opções do Plano e Orçamento, o total do Orçamento da Despesa é de 44 569 247 euros (p. 4), sendo que para a rubrica *Desporto, Recreio e Lazer* estão alocados 796 000 euros (p. 18), ou seja, o peso percentual para esta matéria é de 1,79%.

Do orçamentado para o desporto em 2023, 330 000 euros são para as associações desportivas (p. 10), assim, a percentagem alocada ao apoio direto à atividade das associações desportivas é de 41,46% (0,74% do orçamento total do município).

Em 2013, o grau de execução orçamental despesa na rubrica associações-desporto, segundo a Prestação de Contas foi de 94,42% (p. 160) enquanto em 2022 foi de 90,49% (p. 206).

No que diz respeito à *Execução Anual das Atividades mais Relevantes*, em 2013, na rubrica *Desporto, Recreio e Lazer*, esta representou um valor de 839 815,39 euros (p. 189), enquanto que em 2012 foi de 746 432 euros (p. 468)

O inquirido sublinhou como preponderante para o desenvolvimento do desporto no concelho a “*aposta na dinamização do desporto não apenas do ponto de vista da competição, mas, sobretudo, como fator de promoção da saúde e bem-estar e de desenvolvimento integral da pessoa, a (re)qualificação das infraestruturas desportivas e de lazer e o apoio à formação desportiva, entre outras*” e que “[m]anter a relação de proximidade com os clubes, associações e sociedade civil no que toca ao apoio aos seus

anseios e preocupações, no sentido de valorizar o desporto como uma dimensão essencial da felicidade e do desenvolvimento humano” faz parte do caminho futuro a percorrer.

A Análise SWOT foi respondida parcialmente, assumindo assim:

- Forças: diversidade e dinamismo das associações desportivas e qualidade das instalações e infraestruturas;
- Ameaças: capacidade de regeneração futura das coletividades ao nível das lideranças, uma vez que, na sua maioria, dependem da boa-vontade, da disponibilidade e do esforço individual de um grupo de pessoas para levar a cabo a sua missão

Ao nível do retorno para o município, do apoio prestado às associações, assumiu-se que este se reflete na sociedade ao nível do bem-estar, saúde, coesão e solidariedade, assim como ao da própria conservação e dinamização dos espaços e recintos desportivos.

Sobre se estas associações caminham cada vez mais para a dependência dos auxílios da autarquia, considerou o inquirido que o apoio dos municípios e do Estado “é necessário e nunca poderá ser descurado”, mas que a sobrevivência das associações também “depende da forma como estas se organizam e existem” e pela sua “capacidade de gerar receitas próprias” de forma a diminuir essa dependência.

Relativamente ao crescimento na criação das SAD's e sobre a resposta que o município passa a dar ao clube em questão, muito claramente o inquirido fez a distinção entre uma associação e de uma SAD: “(...) *há que distinguir o que é o apoio a uma associação, sem fins lucrativos e gerida por voluntários, de um apoio a uma sociedade com capitais que é gerida de forma profissional e, neste caso, as limitações legais são para ter em consideração*”

Por último, na matéria da profissionalização destas associações e dos seus voluntários, expôs-se a necessidade de haver uma maior formação dos voluntários e o “*imperativo de profissionalizar a vertente gestonária dessas organizações*”

1.1.2. Associações Desportivas

a. Futebol Clube de Amares

O Futebol Clube de Amares, através de um seu representante, colaborou para o estudo através de resposta escrita ao questionário, o que fez com que a maioria das respostas, sucintas e claras, auxiliassem para entender a realidade do clube e a sua posição nas matérias abordadas.

O clube conta com 165 atletas em atividade, incluindo equipa sénior.

Relativamente à classificação sobre o apoio prestado pelo município, considerou-se uma mais-valia, fez-se ênfase que este tem de ser aceite no valor em que é atribuído, competindo aos próprios clubes que desse apoio usufruem, arranjar outras formas de receita, e ainda que a não ser que haja investidores, ou que o clube seja gerido por uma SAD, que “*seria impossível sobreviver*”.

O inquirido defendeu, sobre a necessidade de maior profissionalização no meio, que “[o] *mundo atual exige de todos nós que sejamos mais qualificados por isso nos clubes deve de ser igual, defendo também que tem de haver mais formação para os dirigentes de forma que os clubes e as estruturas possam ser mais capacitados*”, enfatizando que os municípios devem assumir o seu papel nesta matéria.

No que toca à sensibilização para a segurança e bem-estar nos transportes e nas instalações, e outros tipos de pasta, a verificação do desporto foi considerada dedicada, presente e colaborativa, representando o apoio do município no total da receita do Futebol Clube de Amares, uma percentagem de 60%.

Já quanto à dependência das associações nestes mesmos apoios para a sua sobrevivência, o inquirido considerou que por vezes sim, acrescentando que pela má gestão destes clubes, o município é obrigado a injetar capital para os mesmos não entrarem em processos de insolvência ou até mesmo a fecharem.

No que diz respeito aos maiores desafios dos últimos 10 anos e sobre o auxílio do município, sublinhou-se que perante as más gestões anteriores, as ajudas não financeiras também foram muito importantes.

A Análise SWOT foi respondida apenas do ponto de vista interno, assumindo assim:

- Forças: o maior clube do Concelho de Amares; posse das melhores estruturas; ser um clube eclético; clube certificado; formação em todos os escalões; ambiciosos; articulação com algum

clube da Primeira Liga onde possamos ceder o nosso relvado para jogos dos mesmos nos escalões de Sub 23³⁸; clube ambicioso, com história e apetecível para vários atletas.

- Fraquezas: dependência da ajuda do município; ter de corrigir erros de más gestões anteriores; tecido empresarial limitado a nível de ajudas; falta de pessoas que queiram mesmo que voluntárias ajudar este clube;

b. MARCA Futebol Clube de Vila Cova

A participação do, representante do concelho de Barcelos realizou-se através de resposta a questionário.

O MARCA conta atualmente com 218 atletas.

Relativamente ao apoio do município, considerou-se suficiente e adequado, atribuindo um valor de 7 numa escala de 0 a 10, no entanto, relativamente ao que dá ou deveria dar na formação dos voluntários, defendeu que o município poderia intervir mais, na medida em que os recursos da associação “*são limitados*” e que só com a ajuda do município poderiam “*melhorar a referida profissionalização*”, assim como que são insuficientes os meios alocados às matérias de segurança e bem-estar nos transportes e nas instalações, seguros, responsabilidade civil, exames médicos e outros, apesar de se esforçar o Pelouro do Desporto.

No total da receita do exercício dos últimos cinco anos da associação, a verba de apoio do município representou 10% na área da atividade desportiva e 60% na área das instalações.

O inquirido defendeu, sobre a dependência dos auxílios financeiros do município para a sobrevivência das associações, que “as exigências na certificação e formação no desporto/educação são cada vez mais elevadas, o que obriga à necessidade de a associação renumerar parte dos intervenientes e com isto aumentar a dependência do auxílio financeiro do município”, acreditando assim que caminham as associações desportivas para a esta dependência.

Sobre os desafios da associação nos últimos 10 anos, estes foram do foro orçamental, associados à resposta ao elevado número de participantes nas atividades da associação.

³⁸ Apesar de ter sido considerado uma força pelo inquirido, podemos supor que seja antes uma oportunidade.

A Análise SWOT foi respondida da seguinte forma:

- Força: resiliência da direção;
- Fraqueza: falta de meios materiais e por vezes humanos;
- Potencialidade: escola de formação das camadas jovens e a dimensão da freguesia;
- Ameaça: falta de motivação dos dirigentes e voluntários.

c. Dumienne/Colégio João Paulo II

O estudo à associação que representou Braga nesta dissertação, realizou-se através de entrevista, o que permitiu fazer questões mais elaboradas e pormenorizadas sobre a realidade do Dumienne CJPII.

Desde logo pudemos perceber que esta associação é a primeira SAD³⁹ amadora do país e que foi criada há cerca de 1 ano, e que o grande projeto passa pela subida à Liga 3 “o mais rápido possível”.

Atualmente a associação conta com 600 atletas, sendo cerca de metade praticantes da modalidade de futebol, e 900 associados.

O apoio que o município dá vai ao encontro do que o clube necessita, no entanto, o inquirido considera que o clube precisava de “*um pouco mais de apoio*”.

Acerca da formação dos voluntários que gerem a associação, defendeu-se que o Dumienne CJPII tenta já ter diretores formados, mas que poderia haver um auxílio por parte do município, providenciando e ajudando estes voluntários a realizarem formações.

Não se considerou que a sensibilização para a segurança e bem-estar nos transportes e nas instalações, os seguros, a responsabilidade civil, os exames médicos, e outros tipos de pasta sejam negligenciados pela autarquia.

O apoio do município ao Dumienne CJPII nos últimos 5 anos, foi de “*cerca de 15 000€, o que dá 3000€ por época*”. O inquirido acrescentou ainda que “*este ano temos um orçamento mais elevado, porque estamos numa divisão superior, por isso anda à volta de 10/15%, não é mais que isso*”.

³⁹ A SAD alberga apenas a equipa sénior, os restantes escalões e modalidades são do clube.

Apesar de ter uma SAD na gestão da equipa sénior, questionado sobre se caminham os clubes para uma maior dependência financeira dos municípios, ou se os mesmos passarão por optar pela criação de SAD's para dar resposta à evolução que o desporto está a ter e também à maior profissionalização do mesmo, considerou-se que apesar de não ser fácil (ou provável) a aposta nos clubes de pequena dimensão, poderá ser uma opção, no entanto, frisou que será “*mais certo as associações terem futuro com o apoio do município*” e que “*só assim é que a maioria delas conseguiriam sobreviver*”.

A Análise SWOT foi respondida apenas em matéria de força e fraqueza.

- Força: apoio e organização.
- Fraqueza⁴⁰: junção com o colégio (na medida em que desagregou as pessoas no que diz respeito ao trabalho voluntário e apoio ao clube)

No final da entrevista, foi considerado que é necessário um maior apoio às associações, pela importância que tem o desporto e a juventude.

d. Futebol Clube de Marinhas

O Futebol Clube de Marinhas, representante do concelho de Esposende, e que conta com 300 atletas e mais de 1400 associados, também optou pela participação através de questionário.

O inquirido representante desta associação desportiva considera que o apoio do município é bem definido, por ter em conta o número de atletas e a competição em que participam, acrescentando ainda que o município é o “grande patrocinador” de todos os clubes do concelho.

Já no assunto da formação dos voluntários do clube, a análise a este tema foi bastante completa, assumindo que é “um dos grandes problemas das associações desportivas ao nosso nível, o excesso de vontade para fazer, mas a falta de formação para tal (...) não apresentando planos de atividades e orçamentos ou relatórios de atividades e contas, estando a gestão do clube centrada em alguns elementos da direção que assumem várias responsabilidades”, acrescentando ainda que “todos os elementos da direção devem participar da definição dos objetivos estratégicos para o clube, assim como devem ser enquadrados num determinado departamento com funções e responsabilidade bem definidas, preferencialmente com um manual de procedimentos interno”. O município de Esposende

⁴⁰ Apesar do entrevistado considerar este aspeto como ameaça, no decorrer da entrevista assume como uma fraqueza.

apresentou aos clubes um plano de formação que incluía a formação para os dirigentes desportivos, de cariz gratuito, aberto a todos os interessados.

Já sobre as pastas da sensibilização para a segurança e bem-estar nos transportes e nas instalações, os seguros, a responsabilidade civil, os exames médicos, e outros, considerou que não são negligenciados, mas que consideram as necessidades de cada um, alocando as verbas precisamente a essas necessidades e outras despesas. Informou ainda sobre os procedimentos de candidatura a estes apoios: *“para que um clube se candidate aos apoios municipais deve apresentar todos esses comprovativos no portal web criado pelo município para esse efeito”*. Acrescentou ainda formas de apoio como o transporte das equipas, apoios extraordinários para a manutenção das instalações, e por último, frisou que em *“ todos os processos é necessário o bom senso das partes”*.

O apoio do município no total da receita do exercício dos últimos cinco anos da associação representou o montante de 20%.

No que toca à dependência das associações sobre os auxílios financeiros, o inquirido entendeu que não se caminha para esse destino, uma vez que se assim for, se os clubes regerem a sua atividade por esses apoios, *“ mais tarde ou mais cedo acabam por suspender a sua atividade ou no limite restringem aos escalões de formação”*.

Nos últimos 10 anos, o grande desafio na gestão da associação foi a resposta à pandemia, que *“ obrigou a muitos esforços financeiros e organizacionais de associações com extremas limitações”*. Sobre o auxílio que o município deu neste desafio, o inquirido assumiu que o município atribui um apoio financeiro extraordinário de 2500€, acrescido da cedência de material sanitário e apoio na construção e aplicação dos planos de contingência e devidos aditamentos.

Por último, a análise SWOT do Futebol Clube de Marinhas, foi realizada da seguinte forma:

- Forças: massa adepta consistente e participativa; direções mobilizadoras e ativas.
- Fraquezas: baixo orçamento para pessoal; dificuldade em manter os quadros por muitos anos.
- Oportunidades: capacidade para manter escalões do departamento juvenil em campeonatos nacionais; grande aposta e valorização da nossa formação nos seniores.
- Ameaças: falta de espaço de treino; falta de transporte para treinos de jogadores mais deslocados.

e. Associação Desportiva, Recreativa e Cultural de Terras de Bouro

A recolha de dados relativa à Associação Desportiva, Recreativa e Cultural de Terras de Bouro procedeu-se através de entrevista, o que permitiu perceber de uma forma mais pormenorizada a realidade desta associação.

Atualmente, o universo de atletas é de 76, sendo 56 da formação e 20 da equipa sénior, enquanto o de associados é de 211.

O apoio dado fornecido pelo município não foi considerado suficiente, apesar de não estar “muito fora do necessário”, sendo que o apoio financeiro e logístico é garantido quando solicitado. No geral, há satisfação relativamente a este ponto, sendo objetivo assumido do inquirido que melhore de ano para a ano.

Já relativamente ao facto deste tipo de associações serem geridas muitas vezes por voluntários sem qualquer tipo de formação na área, a posição assumida revelou-se muito clara, defendendo o inquirido que *“tem de haver muito mais cuidado e formar essas pessoas (...) Acho que já estava na altura da AF Braga obrigar os clubes a certas coisas, aquando da inscrição dos diretores, não deixar que fosse “qualquer um”, ter o cuidado para serem pessoas formadas, ou dar a formação”*, não obstante, assumiu que o controlo sobre quem presta os seus serviços ao clube (mesmo que voluntários) tem de ser da parte de quem está no topo da administração.

Quanto à sensibilização para a segurança e bem-estar nos transportes e nas instalações, os seguros, a responsabilidade civil, os exames médicos, o apoio dado nesta vertente foi considerado muito bom, enfatizando o que é dado na questão dos transportes, ao ceder o mesmo para os jogos do clube.

É de 80% a percentagem relativa ao apoio do município no total da receita dos últimos 5 anos da associação, o que diz bastante sobre o peso que a autarquia tem para a atividade deste clube, posição também assumida para o panorama geral, afirmando que *“sem os municípios, têm os dias contados”* (os clubes amadores) e que *“só vão sobreviver com os apoios do município ou se tiverem umas boas academias de formação”*.

Relativamente ao surgimento das SAD's, e se estas são o futuro, o inquirido assumiu que sim, mas que os municípios, apesar de colaborarem, não terão a mesma abertura para subsidiarem a atividade dos clubes.

Os grandes desafios na gestão da associação nos últimos 10 anos, foi precisamente no trabalho voluntário e na dificuldade em arranjar pessoas que o queiram fazer, assim como a atividade decorrer

num campo fora do concelho durante 3 anos, situação na qual o executivo da altura, do ponto de vista do inquirido, não auxiliou da forma pretendida.

A Análise SWOT do ADRC Terras de Bouro, foi entendida da seguinte forma:

- Fraqueza: parque desportivo.
- Força: maior clube do concelho.
- Oportunidades: formação de jogadores de modo a no futuro serem lançados em clubes com outras garantias e valor profissional.
- Ameaça: conjuntura socioeconómica; comportamentos da sociedade.

No final da entrevista, o inquirido culminou a mesma frisando precisamente o papel da juventude, sendo esta o futuro do amanhã.

f. Grupo Desportivo de Prado

O Grupo Desportivo de Prado viu a sua participação no estudo também através de entrevista. O clube representante de Vila Verde conta com 240 atletas e 300 associados.

O apoio do município para a manutenção da atividade do clube, considera o inquirido que “não chega”, e que este “poderia ser mais”, no entanto, assume que esse apoio não pode falhar.

Já no que concerne à formação dos voluntários deste tipo de associações, assumiu-se que “toda a valorização das pessoas que entrem para o associativismo e neste caso concreto do futebol, deveriam ter uma pequena, e não querendo dizer que deviam ser profissionais, ter uma formação”, sendo que esta deveria ser fornecida não pelo município, mas sim pelos agentes desportivos da Associação de Futebol de Braga ou da Federação Portuguesa de Futebol. Ainda sobre a importância dos recursos humanos, assumiu que seria necessário para a associação ter uma pessoa em part-time ou full time em funções administrativas e de secretaria, dada toda a burocracia e contactos que hoje, o futebol, mesmo sendo ele distrital, envolvem.

No que toca à segurança e bem-estar nos transportes e nas instalações, os seguros, a responsabilidade civil, os exames médicos, estas pastas são da inteira responsabilidade do GD Prado, e que não existe, atualmente, muita abertura para a discussão destes assuntos.

A percentagem do apoio do município no total da receita do exercício dos últimos cinco anos da associação foi acima de 70%.

Sobre a dependência das associações nos auxílios financeiros do município, o inquirido respondeu afirmativamente, e que sem eles o próprio clube não conseguiria sobreviver.

Os maiores desafios do GD Prado nos últimos 10 anos estiveram ligados à gestão das infraestruturas e do financiamento para a construção das mesmas.

A Análise SWOT desta associação apenas foi feita do ponto de vista dos fatores negativos.

- Fraqueza: poucos recursos humanos.
- Ameaça: outros clubes que se servem do “GD Prado como ara de arremesso”

1.2. Análise Comparativa

1.2.1. Autarquias Locais

No quadro seguinte é possível fazer uma análise comparativa da realidade das autarquias que compõem a CIM Cávado em matéria de desporto e apoio às associações desportivas, ao nível quantitativo.

	Amares	Barcelos	Braga	Esposende	Terras de Bouro	Vila Verde
Nº atletas federados (2022)	-	4669	10912	1737	135	1300
% atletas de futebol	-	79,74%	29%	67%	77,78%	80%
Nº associações	-	89	169	32	2	120
% orçamento 2023 para o investimento em desporto	8,34%	0,48% ⁴¹	7%	4%	1,18%	1,79%
% orçamento 2023 para o apoio às associações	1,92%	0,96%	0,73%	0,74%	0,35%	0,74%

Quadro 7- Análise Comparativa das questões quantitativas feitas aos Concelhos da CIM Cávado

Analisando muito sucintamente o quadro acima, percebemos desde logo que o concelho de Braga apresenta um número bastante maior de atletas que os restantes. Já no que toca à percentagem de atletas a praticar futebol, é o concelho que precisamente se distancia dos grandes valores

⁴¹ Montante alusivo apenas ao alocado aos Contratos Programa de Desenvolvimento Desportivo.

apresentados pelos concelhos de Barcelos, Esposende, Terras de Bouro e Vila Verde, que rondam os 67% a 80%.

Já em matéria de financiamento para o desporto, os valores variaram de concelho para concelho, sendo mais díspares no investimento em desporto, mas bastante similares no apoio às associações.

Nas questões qualitativas, onde se pedia uma resposta mais aberta e uma posição mais argumentada, pudemos concluir que as autarquias que participaram (quer em regime de entrevista quer em questionário), reconhecem a importância das associações desportivas na promoção e no acesso ao desporto, tendo um papel formador ao fomentarem a sua prática com as crianças e jovens. Para além disso, foi clara a posição assumida na matéria de apoio aos clubes com SAD, defendendo que o município não pode continuar a financiar, ou financiar da mesma maneira os mesmos. Já sobre a dependência financeira dos clubes sobre os auxílios do município, a posição dos inquiridos também foi convergente, ao exporem que esta não existirá se houver uma capacitação gradual dos dirigentes associativos, e a importância que a formação dos mesmos tem para a resposta que a associação pode dar à evolução que o desporto está a ter.

No decorrer das entrevistas e posterior análise às mesmas e respostas dos questionários, pudemos perceber que a Análise SWOT feita pelos inquiridos às suas autarquias, tocava em matérias comuns, coincidindo em alguns casos, as forças de uns, serem as fraquezas de outros. No quadro seguinte, podemos ver sucintamente a Análise SWOT de todos os municípios, à exceção do de Amares Barcelos e Terras de Bouro.

	Braga	Esposende	Vila Verde
Forças	Dimensão Instalações Desportivas e Hoteleiras	Localização Clima	Diversidade e dinamismo das associações Qualidade das instalações e infraestruturas
Fraquezas	Nº de recursos humanos baixo Falta de um pavilhão de alto rendimento	Falta de Instalações Desportivas e Hoteleiras	-
Oportunidades	Inserção na rede promotora dos Jogos do Eixo Atlântico	Zona desportiva norte	-
Ameaças	-	Criação de associações sem infraestruturas próprias	Capacidade de regeneração futura das coletividades ao nível das lideranças

Quadro 8- Análise SWOT Concelhos de Braga, Esposende e Vila Verde

1.2.2. Associações Desportivas

No quadro seguinte, podemos constatar em que medida diferem as associações desportivas que participaram no estudo, no que toca a aspetos como nº atletas, nº associados e percentagem de apoio do município no total da receita da associação nos últimos 5 anos.

	FC Amares	MARCA	Dumiense CJPII	FC Marinhas	ADRC Terras de Bouro	GD Prado
Nº atletas	165	218	600	300	76	240
Nº associados	-	-	900	1400	211	300
% do apoio do município no total da receita da associação nos últimos 5 anos	60%	⁴²	10%-15%	20%	80%	70%

Quadro 9- Análise Comparativa das questões quantitativas feitas às Associações Desportivas representativas dos Concelhos da CIM Cávado

Pudemos logo constatar que a associação com o maior número de atletas é o Dumiense CJPII, com 300 atletas, seguindo-se do FC Marinhas, GD Prado, MARCA, FC Amares, e por fim, ADRC Terras de Bouro, com apenas 76 atletas.

Já relativamente ao apoio que o município dá e aquilo que este representa na receita total dos últimos 5 anos da associação, aquela que apresenta uma maior percentagem é a ADRC Terras de Bouro e a que tem a menor é o Dumiense CJPII, curiosamente no sentido inverso ao número de atletas.

	FC Amares	MARCA	Dumiense CJPII	FC Marinhas	ADRC Terras de Bouro	GD Prado
Classificação do apoio do município ⁴³	Suficiente e adequado	Suficiente e adequado	Não suficiente e não adequado	Suficiente e adequado	Não suficiente e adequado	Não suficiente e não adequado

⁴² O inquirido não quantificou a percentagem de apoio no total da receita, mas afirmou que se fixou nos 10% para a área da atividade desportiva e 60% para a área das instalações, o que para o estudo comparativo das associações, não se tornou claro.

⁴³ Tendo em conta as respostas justificadas dos inquiridos, classificamos o apoio do município para a análise comparativa como suficiente/não suficiente e adequado/não adequado.

Negligência na sensibilização para a segurança e bem-estar nos transportes e nas instalações, seguros, responsabilidade civil, exames médicos.	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim
Caminho para a dependência das associações nos auxílios financeiros do município	Sim	Sim	Sim ⁴⁴	Não	Sim	Sim

Quadro 10- Análise Comparativa das questões qualitativas feitas às Associações Desportivas representativas dos Concelhos da CIM Cávado

No que toca à classificação atribuída ao apoio do município à sua associação, esta não foi homogénea nas associações participantes do estudo, no entanto, 3 delas consideraram suficiente e adequado, 2 consideraram não suficiente e não adequado, e apenas 1 considerou não suficiente e adequado. Quanto à sensibilização para a segurança e bem-estar nos transportes e nas instalações, seguros, responsabilidade civil, exames médicos, apenas 2 clubes consideraram ser numa matéria negligenciada pela sua autarquia. Por último, no que concerne ao caminho para a dependência destas associações nos auxílios financeiros do município para a sua sobrevivência, apesar de não ter sido total, foi a questão que mais unanimidade assumiu, tendo apenas 1 dos inquiridos defendido que não caminham as associações para esta dependência.

Não obstante, foi possível concluir que todas as associações, mesmo não concordando com a forma ou montante do apoio, consideraram de extrema importância o mesmo para a manutenção da sua atividade.

⁴⁴ A conclusão a esta questão apenas foi possível na pergunta seguinte, onde o inquirido declarou que “[e]ra mais certo as associações terem futuro com o apoio do município, só assim é que a maioria delas conseguiriam sobreviver.”

1.3. Análise Autarquia-Associação Desportiva

Foi possível durante a recolha de dados, perceber quais os conceitos e temáticas que mais eram abordados e levados a discussão. Nesta secção, pretendemos agregar os conceitos e temas mais abordados durante o estudo, assim como perceber, através do seguinte quadro, se o foram simultaneamente pela autarquia e pela associação representativa da mesma.

	CPDD	Formação	Associativismo	Juventude	Infraestruturas/ Instalações	Financiamento	SAD
Amares	-						
FC Amares	N	S	N	N	N	S	S
Barcelos	-						
MARCA	N	S	N	N	S	S	N
Braga	S	S	S	S	S	S	S
Dumiense CJPII	N	S	S	S	N	N	S
Esposende	S	S	S	S	S	S	S
FC Marinhas	N	S	S	N	S	S	N
Terras de Bouro	-						
ADRC Terras de Bouro	N	N	S	S	N	S	S
Vila Verde	N	S	S	N	S	S	S
GD Prado	N	S	S	N	S	S	N

Quadro 11- Abordagem de conceitos/temas pelas autarquias locais e associações desportivas. (S- Sim; N- Não)

Constatamos assim que os temas mais abordados foram a formação e o financiamento, e que o estudo mais completo, por abordar todos estes conceitos, foi feito através da participação das Autarquias de Braga e Esposende, ambas por entrevista.

No que toca à simultaneidade na abordagem das temáticas entre autarquia e associação, os representantes das autarquias de Braga, Esposende e Vila Verde, concelhos onde participaram simultaneamente (nas questões qualitativas) um representante da autarquia local e da associação desportiva, foram bastante homogéneos, uma vez que são 4 os conceitos que ambos abordam.

Foi possível no decorrer do estudo, perceber de uma forma geral como funciona a estratégia de cada uma das associações desportivas, podendo assim relacionar algumas matérias desta área, como por exemplo missão, visão, valores, fatores críticos de sucesso, cadeia de valor e imagem de marca.

A missão, visão e valores das associações desportivas acabam por ser muito parecidos, na medida em que existe o propósito de dar uma resposta ao nível de formação formal e informal às crianças e jovens, através da prática desportiva, promovendo valores como os do fair-play, respeito pelo adversário e espírito de equipa.

Os fatores críticos de sucesso comuns às associações desportivas que participaram no estudo são apresentados sucintamente no seguinte quadro.

	Fatores chave de compra (valor para os clientes)	Fatores de Competição (variáveis de competição)	Fatores Críticos de Sucesso
Associações Desportivas	Preço Qualidade da formação Competitividade dos campeonatos onde atuam	Preço Nível de Entidade Formadora Certificada FPF Instalações Recursos Humanos formados e disponíveis	Preço Qualidade da formação Instalações Recursos Humanos

Quadro 12- Fatores Críticos de Sucesso das Associações Desportivas participantes do estudo [elaboração própria]

A conclusão dos fatores críticos de sucesso das associações desportivas advém das manifestações por parte dos participantes de valorizarem bastante a qualidade das suas instalações e da sua formação para a captação das suas crianças e jovens, que no fundo só acaba por ser possível se existir uma boa gestão da associação como um todo, nomeadamente a nível financeiros, quer da base de apoios das empresas patrocinadoras como das Autarquias Locais.

Já relativamente à imagem de marca destas associações, mais especificamente à imagem da própria associação como uma marca para o seu município, pudemos constatar, desde logo, que os clubes são autênticas bandeiras dos seus municípios, pelo facto de carregarem o nome da sua freguesia ou município na sua denominação. De igual forma, entendeu-se que os municípios vêm na atividade dos seus clubes o reflexo da importância dada ao desporto, na medida em que sucesso das associações desportivas é, de certo modo, fruto do apoio dado pelas autarquias, assim como a comprovação de que os subsídios financeiros, ou apoios logísticos, são de facto sustentados e justificados.

IV. Conclusão

É certo o peso que hoje o desporto e a atividade física têm na sociedade. As associações desportivas, como as entidades promotoras da atividade desportiva mais próximas da sua comunidade, têm nelas também inerente a responsabilidade de providenciar não só a atividade desportiva em si, mas também a educação formal e não formal às crianças e jovens.

Pelo conteúdo estudado e defendido pelos diversos autores, pela evolução histórica no que toca à importância dada ao desporto como um direito do cidadão, mas também, pela própria ação ligada à promoção do mesmo através da aprovação e reformulação de diversos diplomas com o intuito de dar resposta às necessidades do próprio, de quem o promove, e de quem dele usufrui, faz precisamente crer a importância que tem o poder local na matéria do desporto.

No caso concreto deste estudo, percebemos que as realidades das associações desportivas não diferem assim tanto, representando os apoios financeiros da sua autarquia uma alta percentagem no total da receita da associação, e assumindo as próprias que sem estes auxílios, assim como os logísticos, a sobrevivência e gestão da mesma seria muito complicada.

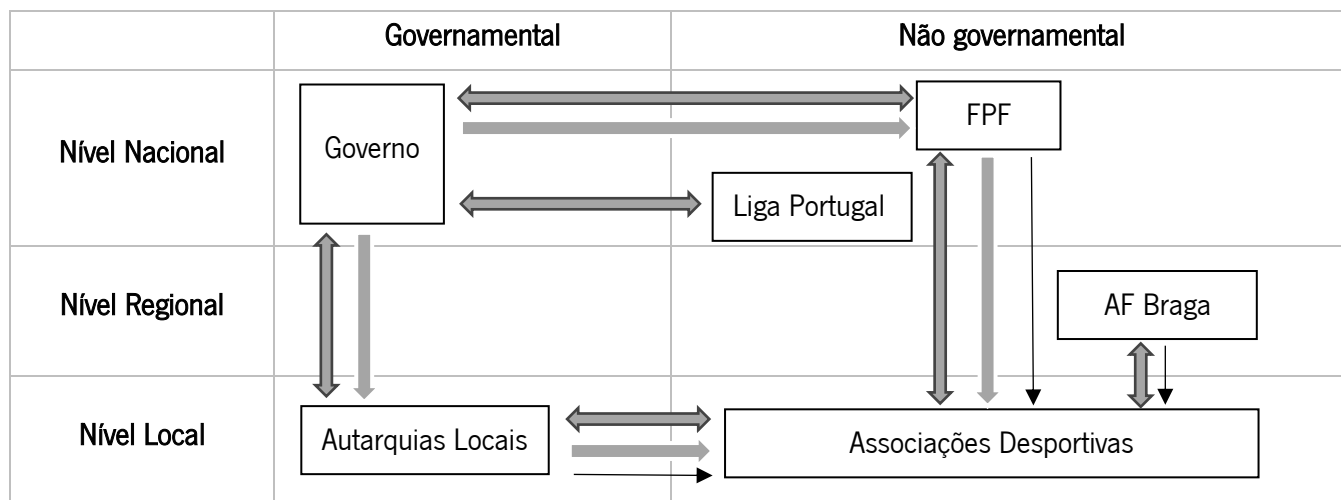
No que toca aos recursos humanos das associações, que como pudemos constatar, são na maioria voluntários que prestam o seu serviço, estes carecem de formação na área da gestão desportiva, o que em certos casos dificulta o acompanhamento das exigências do desporto moderno. Conclui-se, por isso, que é necessário providenciar a devida formação aos dirigentes associativos, seja a entidade promotora dessa formação o próprio autarquia ou a AF Braga, de modo que o serviço da associação seja ele também cada vez melhor e cativante para o seu público-alvo, o que não invalida o cuidado e atenção que na escolha dos dirigentes associativos por parte de quem lidera a direção da associação. Com recursos humanos mais formados, será possível profissionalizar as associações e dar assim uma melhor resposta no serviço que prestam à sua comunidade.

As associações desportivas também são vistas como próprias bandeiras do município, preconizando nelas valores, propósitos e formas de atuar no desporto. A forma de trabalho, a qualidade da formação e do serviço prestado, são, de certo modo, o reflexo do apoio da Autarquia Local e da importância que a mesma dá à promoção do desporto, mas também às associações como elas próprias também promotoras deste.

Relativamente às políticas desportivas da CIM Cávado, não conseguimos constatar uma política desportiva comum e uma comunhão dos municípios que a integram nesta matéria. No entanto, foi

possível perceber a crescente importância que é dada ao desporto, seja ele formal ou não formal, assim como a valorização dada às associações desportivas, quer através de apoios financeiros ou não financeiros.

Assim, mediante a literatura estudada e os dados recolhidos, foi possível criar o seguinte esquema⁴⁵ com as relações trocadas entre os vários intervenientes em matéria de desporto, mais especificamente da modalidade de futebol.



Quadro 13- Relações entre instituições governamentais e não governamentais a nível nacional, regional e local, participantes do fenómeno desportivo da modalidade de futebol [elaboração própria]

Foi possível constatar alguns fatores e implicações para o sucesso das associações desportivas, e que enfatizam o papel que as Autarquias Locais têm no mesmo. Relativamente aos fatores, destacam-se o apoio financeiro, o apoio logístico e a propriedade de infraestruturas desportivas por parte das Autarquias Locais, podendo concluir que sem estas, a sobrevivência das associações era difícil ou praticamente impossível na conjuntura económica atual. Como pudemos ver ao longo do estudo, o pagamento de seguros, exames médicos ou até da filiação do atleta, permite ao mesmo a prática desportiva, e por isso, também a própria atividade da associação.

⁴⁵ O esquema teve como base o elaborado por Poppel, Claes, & Scheerder (2018).

Apesar do apoio das Autarquias Locais, o papel do dirigente associativo não deve ser menosprezado nesta temática, muito pelo contrário. Assumiu-se a importância do seu serviço, mas também a necessidade existente da sua formação para responder aos desafios do desporto moderno.

Findado o estudo, importa referir algumas limitações do mesmo, assim como recomendações para o futuro.

A primeira limitação deste estudo é o facto de abranger apenas uma associação desportiva de cada município integrante da CIM Cávado, assim como de ter como modalidade principal praticada o futebol, o que faz com que a abrangência não seja tão grande e por isso as conclusões se possam considerar um pouco restritas à realidade deste. Acresce também o facto de ter havido participantes com respostas mais curtas e diretas, tanto na modalidade de entrevista como de resposta ao guião, o que se tornou num entrave para entender a realidade da própria associação. A segunda limitação esteve relacionado com o facto de não termos obtido resposta por parte de duas autarquias, o que resultou numa análise mais concisa e quantitativa das mesmas.

No futuro, para complementar este estudo, recomendar-se-ia um estudo mais quantitativo junto das várias associações desportivas dos municípios da CIM Cávado.

Por fim, importa expor as seguintes considerações:

- As infraestruturas desportivas revelam-se importantes na qualidade do serviço prestado pelas associações desportivas, sendo o apoio da autarquia neste sentido, de especial importância;
- Os apoios financeiros das autarquias para as associações desportivas, representam uma grande parte da receita, o que gera, de certa forma, alguma dependência para a sua sobrevivência. É necessária uma consciencialização para a formação dos dirigentes associativos, de forma que estes saibam gerir com a devida consciência a atividade e o funcionamento da associação, podendo assim dar resposta aos desafios atuais e desenvolvendo estratégias que alavanquem a prestação económica e funcional da mesma, e conseqüentemente diminuindo a dependência já referida. Esta consciencialização para a formação do dirigente associativo, e sua disponibilização, deve partir tanto do lado da associação desportiva, como do da autarquia.
- O desporto e atividade física não podem ser descurados, devendo as políticas desportivas locais ser desenvolvidas de modo a dar resposta a todo e qualquer cidadão;

V. Referências Bibliográficas

- ABOLA. (2023 de maio de 2023). «Mais de 30 por cento das SAD criadas em Portugal caíram na insolvência, dissolução ou extinção. É assustador». *ABOLA*. Obtido de <https://www.abola.pt/nnh/2023-05-16/futebol-mais-de-30-por-cento-das-sad-criadas-em-portugal-cairam-na-insolvencia/987929>
- ADRC Terras de Bouro*. (s.d.). Obtido de <https://www.instagram.com/adrc.terrasdebouro/>
- Amaral, D. F. (2016). *Curso de Direito Administrativo* (4ª edição ed., Vol. Volume I). Almedina.
- amares.pt*. (maio de 2023). Obtido de amares município: <https://amares.pt/executivo-aprova-orcamento-e-ppi-para-2023/>
- Associativismo*. (14 de setembro de 2022). Obtido de Montijo Câmara Municipal: <https://www.mun-montijo.pt/viver/associativismo>
- Barros, L. B., & Barros, T. (2022). How do internal stakeholders relate with the place brand: the case of Porto and São João da Madeira. Obtido de <https://coleccionova.fcsh.unl.pt/index.php/icnova/article/view/96>
- Bento, J. (1995). *O outro lado do desporto : vivências e reflexões pedagógicas*. Porto: Campo das Letras.
- Caetano, M. (1973). *Manual de Direito Administrativo* (10ª edição ed.).
- Câmara Municipal de Amares. (maio de 2023). *RELATORIO DE INTRODUÇÃO AO ORÇAMENTO 2023*. Obtido de https://amares.pt/wp-content/uploads/2022/12/Plano.Or%C3%A7_Map-Pessoal-e-PForma%C3%A7%C3%A3o-Aprovados-Assinados.pdf
- Carta Europeia do Desporto. (1992). Obtido em 14 de setembro de 2022, de <https://ipdj.gov.pt/documents/20123/133814/Carta+Europeia+do+Desporto.pdf/69432aa6-e8e2-ae85-24ce-76cc276d3dda?t=1582815203169>
- Carvalho, A. M. (1994). *Desporto e autarquias locais: Uma nova via para o desenvolvimento desportivo nacional*. Campo das letras.
- Carvalho, M. J. (2007). *Os Elementos Estruturantes do Regime Jurídico do Desporto Profissional em Portugal*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Desporto da Universidade do porto, Porto.
- Chelladurai, P. (1995). Gestão do Desporto- Definir a Área. *Ludens*, 15(4), 67-71.

- Claeys, U. (1987). *A evolução do conceito de desporto e o fenómeno da participação/não participação* (Vols. Colecção desporto e sociedade, antologia de textos, n.º 3). Lisboa: DGD.
- Comissão das Comunidades Europeias. (2007). *LIVRO BRANCO SOBRE O DESPORTO*. Livro Branco, Bruxelas.
- Comissão das Comunidades Europeias. (2007). *LIVRO BRANCO SOBRE O DESPORTO*. Bruxelas.
- Conselho da Europa. (1992). *Carta Europeia do Desporto*.
- Conselho da Europa. (s.d.). *O Conselho da Europa em resumo*. Obtido em 13 de maio de 2023, de Council of Europe Portal: <https://www.coe.int/pt/web/about-us/achievements>
- Constantino, J. M. (1994). *Desporto e Municípios- Cultura Física*.
- Constantino, J. M. (1999). *Desporto, Política e Autarquias*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Constituição da República Portuguesa*. (1976).
- Costa, J. (28 de abril de 2020). *Como melhorar as receitas de um clube durante períodos de paragem*. Obtido em 13 de setembro de 2022, de emjogo.pt: <https://emjogo.pt/blog/melhorar-receitas-clube-durante-periodos-paragem/>
- Council of Europe. (2021). Recommendation CM/Rec(2021)5 of the Committee of Ministers to member States., (p. 8). Obtido de https://search.coe.int/cm/pages/result_details.aspx?ObjectId=0900001680a42107
- Council of Europe. (2021). *Revised European Sports Charter*.
- Covas, L. (24 de dezembro de 2021). A Importância do Desporto. *Diário do Minho*. Obtido em 20 de abril de 2023, de <https://www.diariodominho.pt/opiniao/a-importancia-do-desporto-218903>
- Delgado, E. (19 de Outubro de 2018). Clube vs SAD: o 'vírus' que está a levar emblemas históricos do futebol português ao abismo. *SAPODESORTO*. Obtido de <https://desporto.sapo.pt/futebol/primeira-liga/artigos/clube-vs-sad-o-virus-que-esta-a-levar-emblemas-historicos-do-futebol-portugues-a-abismo>
- Dumiense CJPII*. (s.d.). Obtido de <https://www.instagram.com/dumiensefc/>

- Federação Portuguesa de Futebol. (s.d.). Obtido em junho de 2023, de Site Oficial da Federação Portuguesa de Futebol: <https://www.fpf.pt/pt/Institucional/Certifica%C3%A7%C3%A3o-de-Entidades-Formadoras/Entidades-Certificadas>
- Fernando, C. A. (2011). *ACTIVIDADES FÍSICAS INTEGRADAS. O caso do Concelho de Seia*. Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física.
- Freire, A. (2020). *Estratégia- Criação de Valor Sustentável em Negócios Tradicionais e Digitais*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Futebol Clube de Amares*. (s.d.). Obtido de <https://www.instagram.com/fcamares1945/>
- Futebol Clube de Marinhãs*. (s.d.). Obtido de <https://www.instagram.com/fcmarinhas/>
- Grupo Desportivo de Prado*. (s.d.). Obtido de <https://www.instagram.com/gdprado1926/>
- Hoekman, R., Elling, A., & Poel, H. v. (17 de março de 2019). Local Policymaking in Sport: Sport Managers' Perspectives on Work Processes and Impact. Obtido de <https://doi.org/10.1080/24704067.2018.1537682>
- Instituto Português do Desporto e Juventude. (2017). Manual de Curso de Treinadores de Desporto// Grau III. Em J. Lopes, *Gestão do Desporto* (Vol. 3, p. 4).
- Instituto Português do Desporto e Juventude. (27 de abril de 2020). *Associativismo Desportivo*. Obtido de Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P.: <https://ipdj.gov.pt/associativismo-desportivo>
- Instituto Português do Desporto e Juventudo, I. P. (março de 2021). *Programa de Apoio à Formação de Recursos Humanos (PAFRH)*. Obtido de Instituto Português do Desporto e Juventudo, I. P.: <https://ipdj.gov.pt/programa-de-apoio-a-formacao-de-recursos-humanos-pafrh>
- Interreg España-Portugal. (s.d.). *Cidades*. Obtido em maio de 2023, de Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular: <https://www.eixoatlantico.com/pt/secretaria-geral/cidades>
- Jeanes, R., Spaaij, R., Penney, D., & O'Connor, J. (2022). Managing informal sport participation: tensions and opportunities. Obtido de <https://doi.org/10.1080/19406940.2018.1479285>
- Keller, K. L. (Janeiro de 1993). Conceptualizing, Measuring, and Managing Customer-Based Brand Equity. *Journal of Marketing*, 57(1). Obtido de <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/002224299305700101>

- Kotler, P. (2001). *A Framework for Marketing Management*.
- Lusa. (10 de março de 2023). AR aprova novo regime jurídico das sociedades desportivas. *Público*.
Obtido de <https://www.publico.pt/2023/03/10/desporto/noticia/ar-aprova-novo-regime-juridico-sociedades-desportivas-2041937>
- M.A.R.C.A. (s.d.). Obtido de <https://www.instagram.com/marcavilacova/>
- Marivoet, S. (1998). Tempos e espaços de realização humana no contexto das novas necessidades.
Revista Horizonte, XIV, 8-11.
- Marivoet, S. (2002). *Aspetos Sociológicos do Desporto*. Livros Horizonte.
- Município concede apoios no valor de 670 mil euros. (março de 2023). Obtido de Barcelos Município:
<https://www.cm-barcelos.pt/2023/03/municipio-concede-apoios-no-valor-de-670-mil-euros/>
- Município de Barcelos. (2013). *Prestação de Contas 2012*.
- Município de Barcelos. (2019). *CARTA DESPORTIVA MUNICÍPIO BARCELOS*.
- Município de Barcelos. (2022). *Grandes Opções do Plano e Orçamento 2023*.
- Município de Barcelos. (2023). *Prestação de Contas 2022*.
- Município de Vila Verde. (2014). *Prestação de Contas 2013*.
- Município de Vila Verde. (2022). *Grandes Opções do Plano 2023-2027*.
- Município de Vila Verde. (2023). *Prestação de Contas | 2022*.
- Nunes, P. A. (2010). *DESPORTO, TURISMO E AMBIENTE, O Turismo de Natureza como Pólo de Atracção Turística Complementar ao produto sol & mar na sub-região do litoral alentejano*. Tese de Doutoramento, Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Motricidade Humana. Obtido em 16 de maio de 2023
- Papanikos, G. (2015). The Economic Effects of a Marathon as a Sport Tourism Event.
- Pires, G. (1996). *Desporto e Política- Paradoxos e Realidades* (o Desporto ed.).
- Pires, G. (2007). *Agôn | Gestão do desporto | O jogo de Zeus*. Obtido de recursos.portoeditora:
<https://recursos.portoeditora.pt/recurso?id=192937>

- Pires, G., & Sarmiento, J. P. (2001). Conceito de Gestão do Desporto. Novos desafios, diferentes soluções. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, 88-103.
- Poppel, M. v., Claes, E., & Scheerder, J. (2018). Sport policy in Flanders (Belgium). Obtido de <https://doi.org/10.1080/19406940.2017.1362570>
- Rodrigues, B. (20 de janeiro de 2023). O que vai mudar na relação entre clubes e sociedades desportivas? *Mais Futebol total*. Obtido de <https://maisfutebol.iol.pt/liga/regime-juridico/o-que-vai-mudar-na-relacao-entre-clubes-e-sociedades-desportivas>
- Ruão, T., & Farhangmer, M. (2000). *“A imagem de marca: análise das funções de representação e apelo no marketing das marcas. Um estudo de caso.* Actas do I Seminário de Marketing Estratégico e Planeamento, Universidade do Minho, Escola de Economia e Gestão.
- Sesinando, A. D., & Teixeira, M. (maio de 2021). Recursos Humanos, Liderança e Gestão do Desporto: A importância da formação no desenvolvimento desportivo municipal.
- Silva, M. V. (2015). *A Gestão Desportiva Autárquica. Estágio Profissionalizante Realizado no Departamento de Desporto da Câmara Municipal de S. João da Madeira.* Relatório de Estágio , Universidade do Porto, Faculdade de Desporto.
- Sousa, J. V. (2013). *A Gestão do Desporto Municipal. Análise ao Desenvolvimento Organizacional: Estudo centrado na Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa (CIM-TS).* Universidade de Lisboa, Instituto Superior de Educação e Ciências.
- Spiric, A. (2023). *What is Co-Marketing?* Obtido de Allbound: <https://www.allbound.com/resource-center/co-marketing-activities-and-ideas-for-joint-promotion/>
- Teixeira, M. (2019). *GESTÃO DO DESPORTO- Desenvolvimento Desportivo Regional e Municipal.* media XXI PUBLISHING.
- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. (1978). *Carta Internacional da Educação Física e do Desporto.*
- Vicente, L. C. (2022). *Políticas Desportivas Municipais: análise do Município de Rio Maior.* Dissertação de Mestrado, Politécnico de Santarém, Escola Superior de Desporto de Rio Maior.
- ZeroZero. (s.d.). Obtido de www.zerozero.pt

VI. Legislação Consultada

Carta Europeia do Desporto (1992), aprovada pelos Ministros europeus responsáveis pelo Desporto, reunidos para a sua 7ª Conferência, nos dias 14 e 15 de maio de 1992, em Rhodes, Grécia

Carta Europeia do Desporto revista | Recomendação CM/Rec(2021)5, adotada pelo Comité de Ministros em 13 de outubro de 2021, na 1414.ª reunião dos Delegados dos Ministros

Constituição da República Portuguesa. (1976).

Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948

Decreto-lei n.º 146/95 de 21 de junho, que estabelece o regime jurídico das sociedades desportivas

Decreto-lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, que estabelece o regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo

Decreto-lei n.º 98/2011, de 21 de setembro, que cria o Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., e aprova a sua orgânica

Decreto-lei n.º 41/2019, de 26 de março, que altera o regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo

Lei 71/98, de 3 de novembro- Lei de Bases do Enquadramento Jurídico do Voluntariado

Lei n.º 30/2004, de 21 de julho- Lei de Bases do Desporto

Lei n.º 1/2007, de 13 de janeiro- Lei de Bases do Sistema Desportivo

Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro- Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto

Anexos

Anexo 1- Transcrição das Entrevistas

ADRC Terras de Bouro- Miguel Rodrigues

Bom dia! Como lhe expliquei, esta entrevista está inserida no estudo para a minha dissertação de mestrado, que tem como tema “A influência das políticas desportivas de uma autarquia na estratégia das suas associações desportivas: um estudo de caso da CIM Cávado”. Vamos tentar seguir o rumo das perguntas que constam no guião que lhe enviei, mas pedia que primeiro se apresentasse.

Sou o Miguel Rodrigues, presidente da Direção da ADRC Terras de Bouro já há 20 anos. Na altura existia o clube Desportivo Terras de Bouro, onde fomos até à 3ª divisão nacional, mas na altura por questões financeiras, o clube teve de fechar. Para o clube não acabar, porque somos um clube num concelho para o interior, onde há pouca gente, nós não queríamos que o futebol acabasse. O que aconteceu é que havia na altura uma associação já criada, com os estatutos legais, e o que nós fizemos foi ir buscar essa associação para podermos continuar com o futebol em si, que é então a ADRC Terras de Bouro. Pegamos nela e começamos do zero, tivemos de fazer tudo... porque quando há estas fraquezas financeiras temos de erguer o nome novamente. Havia fraquezas financeiras também e aqui trabalhamos “de graça, somos todos voluntários, e tivemos de andar a pedir apoios. Levamos muitos não, pois havia muitas faturas para pagar. As pessoas estavam sensíveis e chateadas, porque entendiam que o clube não era o mesmo, íamos porta a porta pedir apoio financeiro às pessoas, e apresentavam-nos faturas com dívidas que tínhamos para pagar. Foi realmente uma altura muito difícil, até resolvermos essas situações todas, mas conseguimos dar a volta. Na AF Braga também tínhamos contas para pagar e foi complicado.

Começamos devagar, e hoje, passados estes anos todos, não estamos na divisão que queríamos, mas estamos com um número de atletas muito bom tendo em conta a localização geográfica que temos, e voltamos a ter as pessoas a vir ao estádio que era algo que também queríamos.

Temos vindo a desenvolver então este trabalho, claro que o município tem estado sempre do nosso lado e disso não me posso queixar.

1. Qual o número de atletas efetivos/federados atualmente na associação e o número de associados? Como é que o clube está estruturado?

Neste momento temos 76 atletas, 56 na formação e 20 na equipa sénior.

O clube está estruturado da seguinte forma: temos a nossa formação que vai dos 5 aos 14 anos, está dividido com traquinas, benjamins, infantis e iniciados... e só depois temos os seniores. Chegamos a esta conclusão, isto no futebol tem de haver um seguimento... tem de haver continuidade, ou seja, não se justifica nem adianta ter um escalão dos 10 aos 12 e depois não ter dos 12 aos 14, e passarmos logo para os 16 e 17. Há ali um intervalo onde não há escalão a competir, por isso entendemos começar nos de base para que assim todos os anos que vão passando terem um escalão onde possam dar seguimento, porque senão iam ter anos sem competir e perdia o sentido da formação. É assim que temos estruturado o futebol de formação, que é a única modalidade que temos. Para isso tenho um vice-presidente para a formação. E depois tenho também um vice-presidente para a equipa sénior, que é quem faz a ponte comigo.

Para clarificar, não tem escalão de juvenis e juniores?

Não. Isto porque nós estamos situados numa terra que tem muitas poucas crianças. E depois ainda por cima estamos divididos por dois vales, que é o Vale do Homem e o Vale do Cávado. Temos a parte do Gerês que divide o concelho a meio, e há uma parte que fica mais perto ir para o Gerês e outra parte que fica mais perto aqui da sede de concelho. O nosso concelho é muito grande geograficamente, mas tem pouca população. Isto dá-nos algumas dores de cabeça, por estarmos divididos em dois digamos assim. Não temos esses escalões, mas daqui a uns anos esperamos ter, fruto do seguimento que já falamos.

Voltando à pergunta sobre a estrutura do clube...

Sim, temos a Mesa da AG, O Conselho Fiscal, a nossa direção com presidente, vice-presidente para a formação e vice-presidente para o futebol sénior. Temos metade da direção a trabalhar diretamente com a formação e outra metade com a equipa sénior. Diretamente, porque claro que trabalhamos em comum para o clube, e temos isto assim dividido, como uma pirâmide. Cada escalão tem 2 treinadores e 2 diretores.

Número de associados?

211 associados, quase todos com a quota em dia, esperamos que até ao fim da época o façam.

2. Como classifica o apoio do município para a manutenção da atividade desportiva dentro da sua associação? Acha suficiente e adequado?

Não acho que esteja muito fora do necessário, mas também não acho que seja suficiente. Como presidente claro que eu quero sempre mais. Mas não me posso queixar muito do nosso município, isto desde que estou (há 20 anos). Preocupa-se muito com a associação e tem dado um apoio financeiro e logístico sempre que é solicitado. Na parte financeira claro que queremos sempre mais, não é o que queríamos para poder todas as condições que desejamos. O objetivo é todos os anos melhorar, mas estamos satisfeitos com o apoio do município.

Neste caso específico, onde o Sr. Miguel está já há 20 anos em comunicação com o município, considera que a troca de ajudas tem sido benéfica e proveitosa?

Sim, posso lhe dizer que há 20 anos o município dava-me mais apoio financeiro, mas não me dava tanto apoio logístico. Claro que a vida assim o dita, está difícil para todos e o município não é exceção. O apoio financeiro tem baixado significativamente, mas tem tentado compensar de outra forma, com equipamentos, exames médicos, transportes e de outras formas.

3. Muitos destas associações são geridas por voluntários sem qualquer tipo de formação na área. Hoje, os clubes carecem cada vez mais de uma maior profissionalização, na medida em que são cada vez mais as exigências a nível de legalização, processos e condições.

Considera que o município poderia dar um maior apoio nesta profissionalização ou deve ser inteira responsabilidade da associação?

Isto é um ponto fundamental. Claro que atualmente quem trabalha com crianças principalmente, não é o mesmo que há 20 anos atrás. Cada vez mais tem de haver muito mais cuidado e formar essas pessoas para trabalharem com estas circunstâncias. Internamente temos tido o cuidado, mesmo dentro dos voluntários da direção, não é qualquer um que quero. Tentamos arranjar pessoas formadas na área ou com anos de experiência. Temos tido cá formações, com pessoas que cá trazemos que trabalham em grandes clubes e academias para nos ajudar a fazer este trabalho. O Município sempre que pode traz cá também médicos, psicólogos, que nos dão esse apoio. Mas aqui saliento algo que considero grave, porque todas as associações pertencem à AF Braga, onde felizmente ou infelizmente têm de pagar

tudo (os clubes). Acho que já estava na altura da AF Braga obrigar os clubes a certas coisas, aquando da inscrição dos diretores, não deixar que fosse “qualquer um”, ter o cuidado para serem pessoas formadas, ou dar a formação. Atualmente qualquer pessoa que dê o seu cartão de cidadão pode ter estas funções. Sinto que hoje ainda há muita gente que não quer as crianças felizes, mas sim que ganhem. O pensamento é só ganhar, e não passar valores, que eles se divirtam... e depois vão para os jogos cobrar coisas que não se podem cobrar a um miúdo. Berrar para uma criança de 5, 6 anos, que “tens de ganhar”, “tens de bater” ... não falo só a nível de bancada falo mesmo de adultos nomeadamente até de treinadores, que gritam com os meninos de uma forma que me sensibiliza e choca muito. Acho que este ponto deveria ser obrigatório nos clubes: voluntário sim, mas pessoas com currículo.

Disse que é negligenciado pela AF Braga. Defende que deve haver um maior controlo da parte deles?

O controlo tem de ser nosso. Eu é que tenho de ter cuidado com quem meto cá dentro, ou seja, alguém que saiba como lidar com uma criança. Temos de saber acompanhar cada menino, quais as suas dificuldades, e adaptarmo-nos a ela. Enquanto presidente, e não abro mão... qualquer menino tem a porta aberta, seja filho de pais ou menos rico, com ou sem deficiência, com ou sem problemas psicológicos. Eu tenho 2 ou 3 atletas que não foram aceites em outros clubes, porque para esses clubes o mais importante é jogar futebol, enquanto para mim o mais importante é que eles sejam felizes enquanto jogam, que criem relações, que integrem a sociedade. É por isso que quando inscrevemos cada criança fazemos um estudo da mesma, chamando os pais para perceber como lidar com cada criança em específico.

Já percebi que tem bandeira bem vincadas como a ética desportiva e os valores. Considera que a AF Braga deveria promover mais iniciativas?

Como disse, primeiro temos de ser nós a ter o cuidado de ver com quem trabalhamos. Depois a própria AF Braga, que é quem coordena, ter mais cuidado. De há 2 anos para cá, temos de apresentar o registo criminal, mas isso por si só não é suficiente. Nestes clubes a maior parte é voluntário, mas não pode ser qualquer um... depois assistimos a notícias de agressões, de abandonos de campo das crianças de 10/2 anos, porque ainda há muita violência e gente que não sabe estar no futebol. No futebol sénior vê-se mais, mas eles sabem cuidar-se. No futebol de formação, é formar.

4. Considera que a sensibilização para a segurança e bem-estar nos transportes e nas instalações, os seguros, a responsabilidade civil, os exames médicos, e outros tipos de pasta são questões negligenciadas pelas autarquias, ou são da responsabilidade da associação?

Eu nisso sou um sortudo, porque tenho uma ligação forte com quem está com o pelouro do desporto no nosso município. E nem eu abro mão, nem eles, no que diz respeito ao transporte. Eles têm o cuidado de ceder o transporte adequado para as crianças. É o município que cede o transporte para os jogos.

É das coisas mais importantes?

Sim. Porque as crianças têm de ser acompanhadas e os transportes adequados à faixa etária.

Relativamente aos exames médicos, nenhum atleta, pode começar a época sem ter o exame médico feito. E outra vez o município paga esse exame. Nós exigimos ao atleta, se não fosse o município seríamos nós, mas eles pagam, porque sem esse exame não é permitido jogar futebol. Nestes últimos anos tem sido assim: eles pagam as inscrições e os exames médicos da formação. E claro que só pagam se nós tivermos as coisas em condições. Sim...o apoio é muito bom nesta vertente.

5. Qual a percentagem do apoio do município no total da receita do exercício dos últimos cinco anos da associação?

A nível de receitas destes últimos 5 anos, posso dizer-lhe que 80% vem da parte do município. De resto, é nosso trabalho arranjar com os patrocínios o restante.

Este montante, é cada vez mais solicitado? É dado de “bom grado”? É o município que pode dar ou porque o clube o solicita cada vez mais?

O município dá porque vê de ano para ano um trabalho que tem sido feito com “cabeça, tronco e membros”, que está alinhado, tudo perfeito. As coisas têm vindo a melhorar de ano para ano, e quando assim é, eles vêem que é um trabalho que tem base e pernas para andar, que tem alicerces. Vendo isso, eles reconhecem e quando assim é, não é preciso estar a pedir... eles agradecem e parabenizam pelo trabalho que estamos a fazer. Reconhecem que estamos a crescer e que precisamos a nível logístico, de organização, etc e dão-nos... porque também só assim é que é possível continuarmos a crescer.

E assim também é com os patrocinadores principais... vendo que estamos a crescer, também sentem confiança para dar. Eles dão vendo que conseguem receber algo em troca. Ninguém está para deitar

dinheiro fora. Não vendo trabalho feito e crescimento, não havendo pernas para andar, ninguém dá... Eles reconhecem e vêm o trabalho. Este ano dão 10, para o ano dão 20, tem sido assim.

6. Do conhecimento que tem, de clubes amadores pelo país fora, sente que caminham as associações desportivas para uma dependência dos auxílios financeiros do município para a sua sobrevivência? Considera que sem estes auxílios é impossível a sobrevivência dos clubes, ou pelo contrário, os mesmos conseguem sobreviver sem estes auxílios?

Isto no futebol em geral, no amador como disse, sem os municípios, têm os dias contados. Porque a nível de patrocínios, as empresas também estão cada vez mais cercadas, apertadas, porque o modo de vida assim o exige e cada vez há menos dinheiro... e eles fogem àquilo a que podem fugir (nós), porque eles têm empregados para pagar, famílias para sustentar, e hoje entrar numa empresa para pedir um patrocínio não é nada nada fácil. O mundo infelizmente caminha, com estas guerras, pandemias, leva-nos cada vez mais a gastar menos dinheiro, e as empresas não são exceção. Notei perfeitamente na situação da pandemia, que veio no silêncio... as pessoas têm medo que de repente venha outra vez, estão mais cautelosas e já não dão assim. Por isso digo que os clubes só vão sobreviver com os apoios do município ou se tiverem umas boas academias de formação, com bastantes crianças. 99% dos clubes as crianças pagam para treinar. E só quem tiver um muro razoável de crianças a treinar, ou lá está com o apoio do município, é que conseguirão sobreviver.

7. SAD's: sente que no futuro serão a resposta para o problema da falta de capital, ou sente que os clubes irão continuar fiéis ao modelo "normal"?

Penso que sim, que as SAD's vão continuar a aparecer, porque não vejo o município a poder financiar 20 ou 30 clubes, porque há municípios que os têm, e os clubes para sobreviver terão de criar sociedades que na venda do jogador consigam ir buscar o máximo dinheiro, e porque também há os investidores que injetam lá o dinheiro e que claro pensam que haverá um retorno. Mas penso que sim, que as SAD's vão começar a aparecer mais.

Sente que quando aparecerem, os municípios terão a mesma abertura para subsidiarem?

Não. Penso, pela minha experiência, que após uma sociedade entrar dentro de um clube, deixa de ser passivo... e não continuarão a ajudar como antes. Podem colaborar, mas não irão fazer tanto como faziam, porque já há pessoas (investidores) com interesses.

8. A nível de instalações, em alguns clubes a propriedade é do município e a gestão é do clube, noutros, a propriedade e gestão é do clube. Como é o seu caso?

A entidade proprietária é o município, e a entidade gestora somos nós. Todas as épocas, o município dá-nos o poder de gestão do património.

Vantagens e desvantagens?

Nós aí temos todas as vantagens. Se o património fosse nosso era, lá está, mais uma despesa que o clube teria, fiscais, luz, gás, manutenções... e sendo uma propriedade do município é da responsabilidade deste. Se cair um muro, é o município que o tem de por de pé, a própria relva, o tratamento, o seu desgaste, e se não for acompanhado pelo funcionário, perde o município porque ficam as coisas degradadas... e fica o clube a ganhar porque o clube assim tem sempre as condições para podermos trabalhar.

9. Nos últimos 10 anos, quais foram os maiores desafios na gestão desta associação? De que forma o município auxiliou na sua resposta/resolução?

Nós tivemos bastantes desafios, um deles foi o que disse há pouco. Hoje trabalhar a troco de nada, não é fácil arranjar pessoas. As pessoas têm a sua vida, e hoje quem está num clube tem de se dedicar de corpo e alma. A verdade é que nos tira muito tempo da nossa vida privada, há coisas que ficam para trás. Deixar a nossa vida por carolice, não é fácil. Tem sido um dos meus grandes desafios ter sempre gente comigo... tenho tido a sorte em ter as pessoas certas, claro que trabalho para isso, mas como disse atrás, não é qualquer pessoa que serve. Aliás, todos servem, as portas estão abertas para todos, mas há sítios específicos onde precisamos das pessoas certas lá. Tenho tido a sorte de ter as pessoas comigo, mas também tenho tido a sorte do município... e lá está é um meio pequeno... de ter pessoas lá que nos ajudam.

De ano para ano, as pessoas cansam-se. Tem o Miguel que está lá há 20 anos, mas de há 20 anos para cá só está o Miguel. As pessoas ao fim de 2 ou 3 anos as pessoas dizem "já dei estes anos,

foi difícil, tenho a minha vida, vou trabalhar para fora, tenho os meus filhos”, e é um ciclo complicado. É um dos maiores desafios que tenho tido, arranjar pessoas para a direção. E depois tivemos também outro grande desafio que foi quando subimos ao maior patamar do futebol regional, estivemos 3 anos a jogar num campo fora do concelho.

Na altura a AF Braga fez uma reunião, onde se decidiu que as medidas dos campos tinham de ser aumentadas, foi a votos, e na altura nós e o S. Paio d’Arcos fomos os únicos a votar contra porque não tínhamos essas novas medidas nos nossos campos. Foi um desafio muito grande andar 3 anos com a casa às costas, pagar alugueres, dar resposta, e manter o clube nesse patamar fora de casa. Conseguimos.

O município auxiliou nessa logística?

Na altura era outro executivo. E nessa altura aceitamos jogar fora porque nos tinham prometido que no final da época iríamos ter um campo novo com as novas medidas. Chegamos ao final a época, nada. Primeiro, segundo, terceiro ano assim, eu... e os próprios adeptos também começaram a ficar revoltados. E acabou, enquanto não tivermos as medidas regulamentares, pro nacional não, porque queremos jogar na nossa terra. E agora estamos à espera, já foi protocolado, no próximo ano teremos novo campo, num novo sitio, que no futuro dará lugar também a um Parque Desportivo.

10. Estava a abordar essa questão de “não quero jogar fora, quero jogar na terra”. Vamos supor um cenário em que o Terras de Bouro acaba. Sente que o município também perde? O ponto a que quero chegar é que os clubes são as bandeiras do próprio município, vê dessa forma?

Eu ia dizer mesmo isso. É evidente que quando um município está a apoiar como nos está a apoiar a nós, é evidente que não apoia só por apoiar. É claro que nós como clube vamos levar o nome do concelho a nível distrital e nacional, estamos a fazer publicidade ao concelho e a promovê-lo. Promovemos quando vamos a outro lado, quando as pessoas cá vêm de outras terras ver os jogos, almoçam cá, visitam o concelho, e isto é promoção. Os municípios têm todo o interesse que haja estas associações que promovam o bom nome do concelho, senão não teriam grande interesse em ajudar também. Nós temos a noção que somos e sempre fomos o maior clube do concelho e onde levamos o nome de Terras de Bouro a toda a parte de Portugal e isso é a melhor coisa que podemos fazer.

11. Pergunto então agora quais as forças e fraquezas da sua associação relativamente às restantes do concelho?

As fraquezas neste momento é não termos o parque desportivo como desejaríamos. Temos outros clubes que já têm essas condições reunidas. E eu para ser um presidente feliz, o que me falta e ter um Parque Desportivo digno e com condições mínimas. O nosso campo, desde há 20 anos para cá, foi dos primeiros campos a ser renovado, foi o nosso, o do Marinhas (concelho de Esposende) ... mas o nosso ainda está com o mesmo, o deles já foi substituído (o relvado). Todos os anos vêm novos atletas e são cada vez mais, o desgaste é cada vez maior, temos de começar a dar resposta a nível de balneários, a nível de sintético...

Se eu não estivesse há 20 anos no clube, o clube ia ter muitas dificuldades. O próprio jogador em si já passou por outras equipas, e das primeiras coisas que pergunta é precisamente se o sintético é novo ou antigo... sabendo que as condições não são boas, preferem ir para outro clube ganhar menos, mas ter boas condições, do que vir para aqui e estar a sujeitar-se a lesões. Claro que vou conseguindo, por ter 20 anos de experiência, conseguir convencer e sustentar isto. Mas está a tornar-se complicado sem termos um campo e um relvado como deve de ser.

Já foi feito algum pedido ao município para auxiliar nessa matéria?

Sim, já reunimos e o projeto já foi aprovado. É para começar o mais breve possível.

12. Quais as oportunidades, mas também ameaças que esta enfrenta atualmente?

Oportunidades: formar jogadores para que no futuro possam ser lançados em clubes que lhes de outras garantias e valor profissional, que cheguem aos chamados clubes grandes. O mais importante é formar os atletas como pessoas, integrá-los na sociedade, tirá-los dos vícios. Porque o desporto faz parte da educação, é dos pontos principais. Tem de haver a prática do desporto nas crianças e adultos, mas principalmente nas crianças. Mas o nosso maior sonho é ter atletas a chegarem às primeiras divisões, às seleções... Todos os anos conseguimos por atletas da formação a jogar no sc Braga, no Gil Vicente...

Ameaças... tenho medo do que aí vem. Está tudo muito incerto, a conjuntura socioeconómica, tenho medo que um dia isto tenha de acabar mesmo, mas espero que se consiga dar a volta. Hoje em dia a sociedade também é uma ameaça, eu vejo a forma como apanho alguns atletas... é muito difícil

hoje se lidar com jovens, porque estão a ser criados de uma forma onde não amadurecem tao depressa como se amadurecia há uns anos atras. Uma criança não tem a mesma maturidade que tinham as crianças de há uns anos. Mas vamos trabalhar isso.

13. Na forma de um apelo final, se estivesse com o vereador do desporto e lhe quisesse dizer o apoio que as autarquias devem dar aos clubes, qual deve ser e o porquê de ser tão importante, o que lhe diria?

É o que digo todos os anos. Não se esqueçam da juventude, de olhar por eles. O município não pode so olhar para o idoso, para as pessoas da meia-idade... tem de olhar para as crianças, porque elas são o futuro do amanhã. E eles ao estarem a dar condições para se poder formar pessoas cada vez melhores, estão a olhar para o futuro que aí vem. Tudo depende deles e não se podem esquecer disso.

Dumiense Colégio João Paulo II- Abel Braga

Em primeiro lugar queria que se apresentasse e dissesse qual o seu cargo no Dumiense CJPII.

Sou o Abel Braga, vice-presidente do Dumiense CJPII, faço parte do Dumiense há 8 anos e das pessoas que existiam quando fizemos esta parceria, sou o único existente, os restantes abandonaram por motivos pessoais ou porque entenderam que não queriam fazer mais parte da coletividade.

1. Sobre a parceria que o Dumiense fez com o CJPII, como é que isso se deu e há quanto tempo o clube é SAD.

Vai fazer 6 anos que fomos “bater à porta” do CJPII com a ideia de angariar miúdos para a nossa formação. Na altura quando me sentei à mesa com o atual presidente, Dr. Mário Paulo, ele disse-me que ia fazer um clube também, e então aí eu e o meu colega que estava comigo na altura propusemos então fazer esta parceria. Eles disseram que iam pensar e passados 2 dias disseram-nos que aceitavam. Eles iam formar também um clube com a modalidade do futebol, tal como nós, começando pelas camadas jovens e no ano a seguir fazer seniores.

Sei que têm a modalidade de voleibol. É a única?

Já tivemos mais como atletismo, mas hoje temos o rope skipping, o karaté e o voleibol.

2. O facto do Dume ser SAD, é recente?

Sim, somos a primeira sad amadora do país. Criada há 1 ano.

Qual foi o motivo? Terem subido de divisão? Ou outros motivos?

Não, na altura quando eles (CJPII) iam fazer o clube já iam fazer uma sad amadora. Esta sad apenas alberga os seniores, as restantes camadas jovens e modalidades são do clube. O projeto da sad passa apenas pelos seniores, e em conseguir que estes subam à 3ª liga o mais rápido possível

Esse tipo de ambições são mais sustentáveis com uma SAD? Sente que é impossível ou difícil sem a mesma?

A SAD tem 5 investidores num total de 50 000 euros: o Dumiense com 10 mil euros, o Dr. Mário Paulo com 10 mil € e mais 3 investidores com 30 mil cada um.

3. Qual o número de atletas efetivos/federados atualmente na associação e o número de associados?

Contabilizando todas as modalidades temos à volta de 600 atletas. No futebol temos provavelmente metade.

Associados temos à volta de 900.

A maioria são pagantes?

Os nossos miúdos quando são inscritos são também inscritos como sócios, por isso sim.

4. Como classifica o apoio do município de Braga para a manutenção da atividade desportiva dentro da sua associação? Acha suficiente e adequado?

O que ele dá nunca é o que a gente almeja e quer. Fica muito aquém das nossas necessidades do momento. Possivelmente só dão o que podem porque há muitos seguramente a pedir, porque há muitas associações em Braga, mas o Dumense há bem muito pouco tempo é que tem tido algum apoio da Câmara. Até então a Câmara só pagava as inscrições dos miúdos. No geral o apoio que nos dão não é aquilo que necessitamos, precisávamos de um pouco mais de apoio.

5. Muitos destas associações, que consideramos muitas vezes por clubes amadores, são geridas por voluntários sem qualquer tipo de formação na área da gestão desportiva. Hoje, os clubes carecem cada vez mais de uma maior profissionalização, na medida em que são cada vez mais as exigências a nível de legalização, processos e condições. Considera que o município poderia dar um maior apoio nesta profissionalização ou deve ser inteira responsabilidade da associação?

Nós aqui já estamos numa fase em que não é bem assim. Antes, quando era mais amador, era pura “carolice”, agora não. Agora o Dumense já está a tentar arranjar diretores formados, inclusive eu próprio me inscrevi este ano numa formação de gestão desportiva. Mas a verdade é que não é fácil, no Dumense são pessoas da terra, que vão fazer o seu trabalho de “borla” e naturalmente não se pode exigir muito na formação deles.

Daí a minha questão no papel do município, se este poderia ter um papel mais ativo ou não nesta matéria.

O município é que poderia abrir concurso e ajudar as pessoas a fazer as formações. Ao domingo de manhã por exemplo, nas camadas jovens vemos por exemplo nas bancadas muitos pais sem postura, e o município também podia fazer mais formações e ações de sensibilização a esse nível.

6. Considera que a sensibilização para a segurança e bem-estar nos transportes e nas instalações, os seguros, a responsabilidade civil, os exames médicos, e outros tipos de pasta são questões negligenciadas pelas autarquias?

Não. Pelo que sei, aqui em Braga, a Câmara paga aos clubes as inscrições dos atletas dos escalões, exceto os seniores. A nível de segurança e transporte é da responsabilidade do clube. O Dumense nesse aspeto tem evoluído muito. A nível de seguros também somos nós que pagamos.

7. Falamos sobre subsídios, relativamente a esse assunto, qual a percentagem do apoio do município no total da receita do exercício dos últimos cinco anos da associação?

Consegui recolher esses dados. E nos últimos 5 anos, foram cerca de 15 000€, o que dá 3000€ por época. Este ano temos um orçamento mais elevado, porque estamos numa divisão superior, por isso anda à volta de 10/15%, não é mais que isso.

8. Caminham as associações desportivas para uma dependência dos auxílios financeiros do município para a sua sobrevivência?

O município pode ajudar mais um bocado como é obvio, claro que nós queremos sempre mais. O município se calhar dá o que pode, mas nunca é o suficiente e nestes clubes é sempre complicado arranjar dinheiro. O município ajuda o que pode, sempre que pode, mas nunca o que devia fazer, que é dar mais e ajudar mais.

9. Tendo o Dumense SAD, acha que caminhamos para uma maior dependência destes clubes ou se os mesmos irão optar pela criação de SAD's para dar resposta à evolução que o desporto está a ter e também à maior profissionalização do mesmo.

Poderá passar pela segunda opção, da sociedade anónima desportiva, o que nem sempre é fácil, apostar em clubes de pequena dimensão. O futebol envolve muita coisa, aparece gente interessada, mas a verdade é que não é fácil agora todos os clubes em Braga terem sociedade anónima desportiva. Era mais certo as associações terem futuro com o apoio do município, só assim é que a maioria delas conseguiriam sobreviver.

Por exemplo, no caso do Dumense, que subiu de divisão, foi esse um fator para a formação da SAD? Pelo facto de acarretar mais custos e terem um orçamento e contas mais elevado do que numa divisão inferior. Acredita que as SAD's vão começar a dar uma resposta mais direta que os municípios?

Nesse caso podem dar mais apoio que o município, porque as SAD's tendo investidores, estes querem que as coisas a nível desportivo tenham sucesso, e esse sucesso dá mais dinheiro, e claro que a SAD é o veículo certo para isso.

10. Nos últimos 10 anos, quais foram os maiores desafios na gestão do Dume? De que forma o município auxiliou na sua resposta/resolução?

Houve uma fase em 2014, entre 2014 até fazermos a junção com o colégio em que tivemos muitas dificuldades. O clube, quando cheguei cá há 8 anos, tinha muitas dívidas e aí principalmente a JF nos ajudou muito e dispôs da piscina para nós explorarmos o bar, onde tivemos de trabalhar muito, nós os diretores. Organizamos muitas festas e eventos para angariar fundos, para paagar o que se devia. Essa foi a fase mais complicada em termos financeiros em que passei aqui, eramos um clube pobre, sem dinheiro e com dividas por pagar, mas felizmente conseguimos.

Como auxiliou o município?

Nessa situação foi até mais a JF, como disse. Sempre que precisávamos eles ajudaram.

11. Quais as forças e fraquezas da sua associação relativamente às restantes do concelho? Quais as oportunidades, mas também ameaças que esta enfrenta atualmente?

O Dumense nos últimos anos cresceu bastante, estava na divisão de honra da AF Braga e em 3, 4 anos chegamos ao Campeonato Nacional. É preciso continuar a trabalhar para que não se deixem cair as coisas.

A maior ameaça que temos aqui em Dume é depois da gente fazer a junção com o colégio foi as pessoas se afastarem. Achamos que a junção com o colégio ia juntar mais pessoas, que elas fossem aderir mais, não porque ia ser mais fácil, mas porque tínhamos um suporte que nos apoiava e foi o inverso. Aquando da junção as pessoas afastaram-se, as pessoas meteram na cabeça que já não era preciso trabalhar, pensavam “se o colégio tem muito dinheiro, o colégio que meta lá o dinheiro”, mas o colégio não veio para aqui para “meter dinheiro” mas sim para ajudar o clube a crescer, e isso sem duvida que foi a parte mais negativa que tivemos.

Aquando desta junção do clube com o colégio, sente que acharam que se perdeu a identidade do clube?

Não. Nós no Campeonato Nacional somos quem mais leva gente ao estádio. Este ano fomos pela primeira vez na história à Taça de Portugal, e em qualquer lado fomos falados, as pessoas aderem em massa.

Então quando fala que as pessoas se afastaram foi do trabalho voluntário?

Exatamente, eles pensaram que que já não era preciso mais trabalhar. E um clube como o Dumiense continua a precisar deste trabalho, temos 600 miúdos... e as pessoas não entenderam isso. Entenderam “o colégio agora está lá, ele que resolva tudo”. Mas a verdade é que o dinheiro não resolve nada. Os projetos sem pessoas não funcionam, não desenvolvem. Podemos ter muito dinheiro, mas os projetos sem as pessoas não funcionam nem desenvolvem. E essa foi realmente a parte mais negativa que tivemos e que estamos a passar, e é complicado.

Relativamente à força que o Dume tem, é nos associados que tem essa força comparativamente aos restantes clubes do concelho de Braga?

Neste momento, tirando o Braga claro, que é um clube de elite, de primeira liga, que é diferente, o Dumiense comparativamente aos outros clubes penso que é um clube que está acima um bocado no aspeto de apoio e organização.

E a fraqueza?

As pessoas têm de aparecer mais a nível de trabalho, pois quem está por vezes desanima. E o Dumiense ainda não é um clube rico, ainda é semiamador e tem de continuar a trabalhar para chegar mais alto, mas as pessoas têm de aparecer para ajudar o clube, principalmente as pessoas de Dume,

que inclusive aqui no colégio fizemos uma reunião na altura numa assembleia para convidar as pessoas para vir para a direção do clube. E essa é a parte mais negativa que temos.

12. Em jeito de considerações finais, se estivesse à frente da Vereação do Desporto do Município de Braga, e tivesse de fazer um pedido ou um apelo, o que é que dizia?

Diria se calhar o que os outros também dizem, que é preciso apoiar mais um bocado o desporto porque é importante e a juventude. Que estes clubes como o Dumense, Merelinense, Realense, todos precisam da ajuda do município para poderem desenvolver a juventude.

GD Prado- João Ferreira

Como expliquei, a entrevista está inserida no estudo para a minha dissertação de mestrado, que tem como tema “A influência das políticas desportivas de uma autarquia na estratégia das suas associações desportivas: um estudo de caso da CIM Cávado”. Vamos tentar seguir as questões que constam do guião que enviei, mas pedia então que primeiro se apresentasse.

Boa tarde, sou o João da Mota Ferreira e sou natural da vila de Prado e exerço neste momento as funções pelo biénio. Fui nomeado o ano passado presidente do GD Prado.

Qual é a sua ligação ao GD Prado? Desde pequeno ou é uma ligação mais recente?

Estou atualmente mais ligado porque sou presidente, mas sim já andei no Prado ligado à formação, há 9/10 anos quando o meu filho era mais novo. Relativamente ao clube sou sócio desde 1982 por isso sou bastante ligado ao clube. Já o vi pelas ruas da amargura mas também na segunda nacional e terceira. Neste momento a minha ligação é de bastante responsabilidade porque sou presidente do clube e tenho de olhar para o clube e para a sua condução pelas melhores coisas. O clube entrou o ano passado por um lado assim não muito bom porque ninguém, lamentavelmente, não quis fazer parte. A única lista que apareceu foi a minha e isso é lamentável. Somos um clube de uma vila, e o GD Prado não merecia acabar ou ter de se nomear uma comissão administrativa, isso seria muito mau.

O Sr. João falou sobre o GD Prado fazer parte de uma vila, se alguém que não conhece Prado ou o GD Prado lhe perguntasse o que é o clube, a influência que este tem na comunidade, os valores, o propósito, missão, o que responderia?

Nós somos de uma vila, não sei especificar de quantos habitantes, mas estamos a 6km da cidade de Braga. Por estarmos ligados por uma variante, Prado ganhou muito o estatuto de “dormitório”. Há muita gente que não é daqui como eu, nascido e criado. Quanto à relação que há com o clube (e os habitantes) nós temos de momento à volta de 300 associados, mas pagantes só temos 200, portanto não é muito à base disso... quem me dera a mim que subisse o número de associados porque seria muito bom, independentemente da existência de outros clubes de Prado, como o Clube Náutico de Prado, pois ao estarmos banhados pelo rio cavado temos essa sorte, pois é um clube que dá bastante visibilidade e que temos uma parceria. Há outras organizações, Prado tem vários clubes, mas o GD Prado será juntamente com o Clube Náutico as duas potências a nível de desporto, independentemente de termos um clube de pesca e caça, há varias associações, mas o GD Prado será o que mexe mais com a

vila, apesar de a nível internacional o Clube Náutico vai além fronteiras com atletas da seleção. Mas verdadeiramente nós GD Prado é que mexemos com a vila em si.

1. Falou há pouco dos associados que tinha. Na gestão do clube, qual o número de atletas efetivos/federados atualmente na associação e o de associados?

Desde os seniores aos traquinas, o clube tem 13 equipas: 12 de formação e 1 de seniores e são à volta de 240 atletas que temos. Sobre o número de associados é como já disse, 300 mas apenas 200 pagantes, e se calhar nem chega a isso porque eles vão e voltam.

A nível de atletas são realmente muitos. Há muito trabalho nesta gestão, há muito trabalho por parte da coordenação na elaboração de mapas, horários, tudo. Requer muito trabalho.

Voltando aos associados, é das principais fontes de receita as quotas dos associados?

Não. Se assim fosse tinha de fechar portas. Temos os sponsors graças a Deus, tivemos mais alguns este ano. Se não fossem eles e também os sócios, e depois temos anualmente o subsídio camarário e de junta, mas sim, se não fosse esse dinheiro todo não poderíamos sobreviver, pois temos de pagar as contas, a água, a luz, ao nosso único funcionário, o nosso roupeiro, ou como é agora o “técnico de equipamentos”, e os policiamentos para os jogos dos seniores sobretudo, não pagamos os da formação porque já não somos obrigados a tê-los, e depois temos também muito a parte da manutenção do campo, que sai tudo dos cofres do clube, porque senão não conseguíamos viver se fosse só com dinheiros dos patrocinadores, e que até são bastantes e dos associados. Servimo-nos e bem dos subsídios camarários e de junta também.

2. Sobre esses subsídios da parte do município classifica adequado para a manutenção da atividade desportiva dentro da sua associação ou acha que poderia ser mais?

Como presidente do clube é lógico que não chega, não chega a nada, mas a gente articula... há uma coisa que nós não queremos, é que eles nos falhem com eles, porque no dia em que eles falharem, é uma desgraça para o clube. Porque é muita coisa, é preciso pagar os seguros das carrinhas, a inspeção... e não temos mais carrinhas porque não temos mais dinheiro. Uma das minhas linhas quando no ano passado fui eleito, foi não dar mais o passo maior que a perna..., mas especificamente respondendo à sua pergunta, é lógico que o município a nós GD Prado tem um valor devido à nossa

posição na AF Braga e no seu ranking, estando nós na Pró Nacional. A Pró Nacional tem um valor, a primeira divisão outra e assim sucessivamente. Quanto mais para baixo, menor é o valor. Eu penso que os municípios, neste caso do GD Prado, que é por quem posso falar, deveria e poderia, não tenho dúvidas, ajudar-nos ainda mais.

Por exemplo, nós temos estruturas todas novas, feitas há 3 anos, e a câmara muito bem ajudou e participou na construção das mesmas (balneários e outros), e neste momento estão também a participar com um subsídio para fazermos um aumento sobre esses balneários, mas mesmo assim ainda poderia ser mais.

É muito difícil chegar aos municípios e dizer-lhes (que precisamos de dinheiro) ... porque eles sabem, por exemplo com as despesas do gasóleo. Cada elemento que está lá (membros da direção), nós não ganhamos dinheiro pessoalmente, se ganhássemos então seria muito pior. Mas falando do município e da junta, acho que deveriam olhar mais um pouco para nós. Bastava a gente chegar, pedir, e se calhar a ideia de ser dado um bolo só... não. Porque não poderia antes ser dado um de cada vez, sei lá 3 bolos? Trimestral? Não. Eles dão um anual. Dão como “pega lá e gere”. Há coisas que em 4 meses aumentam muito. Tenho conhecimento aprofundado que antes de participar nesta direção, sei que nunca houve problemas entre o GD Prado e o município e a junta. Mas é preciso andar à volta deles, senão não há nada... lembrá-los que temos algum encaixe de sponsors e sócios (associados) mas que isso não chega. E essa ajuda tem de vir de onde? Do município?

Então considera que este apoio em forma de subsídio deveria ser feito faseadamente de acordo com a conjuntura económico financeira atual?

Sim, por exemplo. É um exemplo que estou a dar. Eu sei que eles dizem que recebem do Estado, das verbas. A câmara recebe não sei quantos milhões e depois distribuem, mas a vereação do desporto poderia ver que o desporto dura 9 meses. A época começa em agosto e acaba em junho... e porque não 3, 6, 9? Não, eles dão anual e nós temos de nos reger com aquilo que nos dão, tal como eles.

3. Há pouco falou sobre a remuneração ao único funcionário que têm e que a restante direção é voluntária. Sabemos que muitas destas associações são geridas por voluntários, que apesar da boa vontade dos mesmos, sem qualquer tipo de formação na área. Hoje, os clubes carecem cada vez mais de uma maior profissionalização, na medida em que são cada vez mais as exigências a nível de legalização, processos

e condições. Considera que o município poderia dar um maior apoio nesta profissionalização ou deve ser inteira responsabilidade da associação?

Quanto a isso, eu acho que toda a valorização das pessoas que entrem para o associativismo e neste caso concreto do futebol, deveriam ter uma pequena, e não querendo dizer que deviam ser profissionais, ter uma formação. Eu próprio como presidente, devia de se aceitar uma pessoa, quando fosse a fazer as listas, uma pessoa com o mínimo de formação. Mas que formação? De andar lá há muitos anos, como se diz, a escola da vida. De momento posso lhe dizer que o GD Prado tem a 3ª estrela de Entidade Formadora da FPF (que vai até à 5ª). É lógico que não vamos atingir a 5ª estrela e mesmo a 4ª dificilmente. Para atingir a 3ª estrela já foi preciso muita coisa, foi preciso virem árbitros falar com os jogadores da formação, alguém de dieta desportiva, a nível médico... só isso fomos obrigados a fazer várias coisas para obter as 3 estrelas, e vamos continuar para ver se vamos até à 4ª.

Nós temos 1 campo de futebol de 11 com as medidas regulamentares, 1 campo de futebol de 5 e 1 campo de futebol de 7... tudo separado. No campo de 11 temos também desenhado o de futebol de 9 porque não há mais nenhum.

Eu penso que os próprios dirigentes deveriam ter formação, mas respondendo... eu acho que não devia ser o município a dar essa formação, mas sim os agentes desportivos da Associação de Futebol de Braga, ou então vir gente da FPF e darem eles formação a nós voluntários.

A AF Braga promoveu uma formação de gestão desportiva, mas é precisamente sobre esse tipo de formações a que me refiro. Não poderia o município providenciar aos clubes do seu município?

Concordo, isso também seria uma opção. E uma opção bem proveitosa, irem buscar os agentes desportivos e promoverem aos clubes do município a formação. A CMVV tem muitos clubes, mas sejam muitos ou poucos é de interesse de todos que nós fossemos formados como deve de ser, pelos princípios básicos, fosse a nível da gestão, fiscal, tesouraria, manutenção, tudo. Era preciso, mas não estou a ver, nunca vi, o nosso município interessado em fazer isso. Não me lembro de sequer se lembrarem de fazer essas coisas. A AF Braga, e bem, fizeram isso, porque assim como fazem cursos para os treinadores, também é por bem fazer para os dirigentes desportivos. "Ah, mas só vou estar 2 anos na direção", não é bem assim, são dois anos em que sabe fazer bem as coisas.

São 2 anos que podem fazer a diferença para o bem e para o mal, concorda?

Claramente!

4. Considera que a sensibilização para a segurança e bem-estar nos transportes e nas instalações, os seguros, a responsabilidade civil, os exames médicos, nutrição e outros tipos de pasta são questões negligenciadas pelas autarquias, sente que poderia ser responsabilidade da autarquia ou que devem ser da responsabilidade do clube?

Neste caso são da inteira responsabilidade do clube. O GD Prado, quando foram os exames médicos de início de época, feitos aos 240 atletas, de todos os escalões, claro que foi preciso contratar um médico. E foi o GD Prado que teve de pagar a esse médico, claro que os pais pagam no início da época, mas o GD Prado é que pagou esse serviço. Este tipo de coisas são muito serias... os atletas não podem ir para o campo com um problema não só físico, mas neurológico e doenças de qualquer tipo... podemos ter vários problemas. Como é de conhecimento público por vezes há mortes dentro de campo que não sabemos de que se tratam e como acontecem. Quanto às carrinhas (transportes), podíamos ser ajudados mais um bocadinho. A Câmara tem mais meios de manobra para adquirir carrinhas a preços que nós não conseguimos adquirir. Neste momento gostava muito de ter 3 carrinhas seminovas. Eu neste momento tenho 2 que nem seminovas são, mas vai se andando com elas. Estão revisões feitas e seguros pagos. Seria bem melhor termos meios de transporte melhores, mas o dinheiro não chega. Agora podíamos ir ao município e pedir um subsídio extra, para adquirirmos a carrinha, ou para darmos entrada para o crédito dessas carrinhas, mas eles não estão para nos ouvir sobre isso. Estão na onda de “desenrasquem-se vocês com isso”.

5. Qual a percentagem do apoio do município no total da receita do exercício dos últimos cinco anos da associação?

É um bocado difícil responder a essa pergunta porque eu não andei nestes 5 anos “lá por dentro”. Em 2019 ia apenas ver os jogos, em 2020 não estive cá por motivos profissionais, em 2021 não estava também dentro dos assuntos de direção, aliás como não estava cá pedi a suspensão das minhas funções. Só o ano passado quando me “chatearam” bastante para tomar as rédeas do clube, por não haver ninguém que o fizesse é que estou mais por dentro.

A percentagem que o município e junta, nos últimos 5 anos deram ao clube foi, não vou dizer muito, mas há já um certo valor acima de 70%, porque senão não conseguiríamos sobreviver. E refiro junta porque temos o subsídio da câmara e o da junta.

6. Sendo assim, pergunto se acha que caminham as associações desportivas para uma dependência dos auxílios financeiros do município para a sua sobrevivência?

Eu não tenho dúvidas disso, porque repare, aqui em Prado o que acontecia há uns anos, havendo várias associações, é que estas não tinham sequer casa, local. Nós GD Prado temos as nossas instalações.

Mas o GD Prado é proprietário dessas instalações? Ou é a Câmara?

As instalações são nossas, assim como o clube náutico tem as suas. Aliás o clube náutico já passou para clube de interesse público, tem uma patente que nos não temos.

Considera isso proveitoso ou não? O facto de as instalações serem 100% do GD Prado.

Claro, não tenha dúvidas disso. Senão chegava um (vereador) e mandava uma coisa, chegava outro (de uma vereação de um mandato diferente) e dizia outra. Não pode ser assim. O facto de ser nosso é muito proveitoso, e tem de ser assim. Eles tiveram de dar instalações a várias organizações que temos aqui na vila, como escolas que já não tinham atividade. Essas associações tiveram de se sujeitar ao que o município lhes deu. Não é o caso do GD Prado, nem do Clube Náutico, se sempre tiveram sede nos mesmos sítios e aí cresceram. É no fundo a manutenção de tudo: os nossos 3 campos, 12 balneários, lavandaria, tudo o que envolve o clube que neste momento é dos maiores clubes da Pro Nacional.

12 equipas na formação é muita gente, muitos treinadores, um coordenador que tem de estar em ligação com a equipa sénior e a formação.

Eu fazia a questão porque há casos em que existe a entidade proprietária e a entidade gestora, onde por exemplo a entidade proprietária é o município e a gestora é o clube.

Eu percebi, um é gestor e outro é proprietário. Nós somos proprietários e gestores, e tem de ser assim. Tem de ser salvo seja, se puder ser, no nosso caso pode ser. É como o subsídio, nós recebemos o do município e nós é que vamos gerir, não são eles. Nós temos salários a pagar aos jogadores no final de cada mês... nunca neste clube nenhum jogador ou treinador pode dizer que o Prado lhe deveu 1 cêntimo. É uma marca do clube, não dever nada a ninguém, como sei que acontece noutros clubes, onde aconteceram situações graves de não pagar aos jogadores, porque o município se atrasava com a entrega dos subsídios e arranjou-se dinheiro..., mas o jogador não ficou sem salário.

7. Nos últimos 10 anos, quais foram os maiores desafios na gestão desta associação? De que forma o município auxiliou na sua resposta/resolução?

Foi o campo de futebol de 7... era pelado e passou a relvado sintético. Atrás disso vieram as novas instalações para os novos balneários, um departamento médico novo e ultimamente foi outra mudança de relvado do campo de futebol de 11. Tudo isto foram desafios... andar de chapéu na mão, porque o município dava mas não chegava para os outros, e dizia que dava 5 mas só dava 2,5 e nós, as pessoas das direções, tivemos de fazer muito jogo de cintura para que hoje tenhamos estas 3 estrelas de formação, uma certa boa imagem perante a AF Braga e a que ela vê como um dos clubes com as melhores, senão as melhores instalações neste momento (há tempos tivemos aqui uma iniciativa da AF Braga- outubro rosa, por termos boas instalações, e ficaram de boca aberta). Era um evento que a AF Braga queria que corresse bem porque era a nível nacional.

Nós, GD Prado enfrentamos desafios mais e menos difíceis, mas temos conseguido superar. Nestes 10 anos, a nível futebolístico, que é a nossa base, não correu mal... fomos várias vezes campeões distritais a nível da formação, e a nível sénior temos nos mantido em lugares bastante bons no final de cada época e isso tudo é fruto do trabalho em procurar quem melhor se adapta. Às vezes correu bem, outras não..., mas o resultado está na gestão do clube, nas instalações, nas pessoas voluntárias.

É pena de não termos mais sócios... e um sonho é termos o objetivo de nestes 2 anos termos uma equipa nos nacionais, fosse qual fosse o escalão.

8. Quais as forças e fraquezas da sua associação relativamente às restantes do concelho? Quais as oportunidades, mas também ameaças que esta enfrenta atualmente.

Relativamente às ameaças, a resposta é fácil. Lamentavelmente, a ameaça vem dos outros clubes, olhando para o Prado e servindo-se dele como arma de arremesso, detesto e sou contra isso, mas lamentavelmente é como funciona o futebol. São forças que aparecem de fora, são externas não internas... Porque internamente temos conseguido aguentar isso e não vamos para o show off... Nós não somos os melhores nem os piores, somos o GD Prado, uma casa, um clube de 1926 com muitos associados, andamos na segunda e terceira divisão. Somos muito conhecidos, não so a nível distrital, mas pelo país... Porque as pessoas sempre acreditaram que se trabalhassem o clube nunca iria para as ruas da amargura, apesar de ter andado lá perto.

Sobre ameaças, como estava a dizer, vêm de fora, usam o Prado para atingir outros fins, porque não gostam, ou então criam um ambiente para que o Prado seja denegrado... Ainda ontem (jogo entre GD Prado e Forjães SC a contar para a 21ª jornada do Campeonato Pró Nacional da AF Braga), passaram-se cenas lamentáveis, e fui obrigado a emitir um comunicado, porque aquilo não é nosso, ninguém poder vir ali e fazer aquelas cenas. É verdade que os adeptos do Prado responderam, mas nós não somos isso, os nossos adeptos são pacíficos, vão a qualquer campo e não vão armar a chamada barracada e tratar mal ninguém. Nós não causamos problemas e não nos revemos no que aconteceu.

Fraquezas: pouca gente. Temos 12 pessoas na direção, que não chega. No futebol vive-se 90% ao fim de semana, e se tivéssemos mais 4 ou 5 pessoas podíamos dividir melhor o trabalho. Lamentavelmente os meus parceiros e eu... somos poucos. É uma fraqueza. Claro que as pessoas querem as coisas, mas não querem ajudar, e temos de ajudar também. Com todas as coisas não custam tanto. Mas a verdade é que defendo e acredito que com estes poucos já fazemos muito, e levaremos o barco a bom porto de certeza.

9. Têm só uma pessoa a trabalhar, o chamado roupeiro. Entende que a nível administrativo, por exemplo em regime part-time, seria necessário ter alguém? Dada a administração que todo o clube envolve?

Não tenha dúvidas. Eu costumo dizer que o clube tem sorte porque o coordenador da formação, ele é mais que isso... ele faz tudo. Se não fosse ele, isto não estava como está. Em *full-time* ou em *part-time*, o clube precisava... por dia caem não sei quantos mails da associação, federação, tanta coisa... e se não respondermos a isso pensam que somos um clube de bairro. Quando é a nível dos equipamentos... são 240 atletas, não são 240 equipamentos... são muitos mais. É preciso ter listagens, registos, é preciso alguém fazê-lo

Quando esse trabalho não é feito, como fica o clube?

O clube vai abaixo. Eu lembro-me como aquilo era. Em “mil novecentos e carquejo” como costumo dizer aquilo não era nada assim... eram só papéis, papel solto, recibos, tudo “a monte”.

Hoje um clube para sobreviver, este tem de se adaptar à realidade, e a realidade pede que este se profissionalize. Se o clube não tem a ambição de se tornar “grande”, de se organizar devidamente, fica para trás, entende dessa forma?

Posso dizer que se o GD Prado hoje tivesse lá para além do técnico de equipamentos, uma pessoa para a manutenção do Parque Desportivo do GD Prado, ele tinha trabalho para todos os dias.

Município de Braga- Miguel Caldas

A entrevista está inserida no estudo para a minha dissertação de mestrado, que tem como tema “A influência das políticas desportivas de uma autarquia na estratégia das suas associações desportivas: um estudo de caso da CIM Cávado”. Vamos tentar seguir as questões que constam do guião que enviei, gostaria que se apresentasse e dissesse qual o seu cargo no município.

Sou o Miguel Caldas, sou dirigente no município de Braga na divisão do Desporto e Unidade de Saúde.

1. Qual o número de atletas federados no total das associações desportivas do seu concelho?

Nós temos dados da primeira... A primeira carta desportiva que efetuamos foi em 2014, e já está de certa forma desatualizada. Estamos neste momento a atualizá-la... a parte das infraestruturas já está atualizada, a parte das associações ainda não. O que posso dizer neste momento, e o estar online ajuda por poder ver os relatórios, em 2022 tivemos 10912 atletas federados.

Neste universo de atletas, qual a percentagem dos atletas a praticar futebol?

A grande maioria é do futebol sim. 3168.

2. Qual o nº de associações desportivas do concelho?

Na última contagem... tínhamos 169.

3. Relativamente à parte financeira, qual o peso percentual do investimento em desporto relativamente ao orçamento anual do Município, em 2023?

O município para 2023 tem o orçamento de 165 M€, e disto, desmonto já o que temos aqui para o desporto. Já ouviu falar da SGEB (Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga)? Há uns anos foi constituída em Braga uma sociedade público-privada em que lançou num muito reduzido espaço de tempo uma série de obras, construções e equipamentos desportivos, nomeadamente colocação de relvados sintéticos em campos de futebol, e alguns pavilhões desportivos. Isto constituiu a necessidade de fazer, no fundo, um empréstimo da parte privada que obriga ao pagamento de 6 milhões de euros

anuais so para liquidar estes empréstimos. 6 milhões, mais 1 milhão para o estádio municipal de braga, mais 1 milhão e duzentos mil para o apoio ao associativismo... eu diria que estamos a falar de cerca de 10 milhões para o desporto, o que em percentagem estamos a falar de cerca de 6/7% do valor do orçamento total para o desporto.

4. Dentro deste valor que falou para o associativismo, de 1,2 M€, queria perguntar como é que o município consegue distribuir os chamados “subsídios” para as associações desportivas. E logo no município de Braga onde temos diferentes níveis de associações desportivas e da visibilidade que têm, a começar logo por um Sporting Clube de Braga, passando por um Dumense que está esta época no campeonato nacional, e depois pelas restantes. Ou seja, a visibilidade é diferente, assim como é que o município responde a estas diferenças existentes entre as diversas associações desportivas? Quais os critérios?

Portanto, o município de Braga, já há uns anos que tinha uns contratos programa de diferentes tipologias. Temos contratos programa de desenvolvimento desportivo específicos que são os principais clubes que representam aqui o concelho, nomeadamente o Sporting Clube de Braga, o ABC, o Hóquei Clube de Braga e o Merelinense Futebol Clube. Estes clubes beneficiam de um apoio num investimento direto em sede de contrato programa. Além disto todos os clubes/Associações desportivas acaba por beneficiar de tudo o que é processo de inscrição nas federações, a nível de filiação e seguro está tudo automaticamente liquidado pelo município de Braga. Este pagamento não é valido para os clubes que têm os seus próprios contratos programa de desenvolvimento desportivo... esses são valores mais significativos, o que os exclui deste pagamento das filiações. Além disto... relativamente ao pagamento das filiações, é cumulativo também... alguns contratos programas que existem por exemplo com os clubes que possuem mais de 100 atletas inscritos ou com várias modalidades, existem alguns escalões que unifica e passam também a ter contratos programa específicos de valor mais reduzido à volta dos mil e tal euros, dois mil, eventualmente 3 mil, que no fundo é para ajudar no número de atletas que têm inscritos no clube. Depois temos também alguns apoios ao nível da discriminação positiva, ao nível da questão do género, em que o pagamento das filiações é até aos escalões de formação, onde se excetua inscrições ou filiações no género feminino onde o município assume o pagamento até ao escalão sénior.

Como uma forma de incentivo?

Sim. E também os exames médicos no feminino são todos liquidados pelo Município de Braga. Depois existem ainda outras medidas de apoio, por exemplo, todos os anos existem 2 apoios anuais de 5000 euros cada em que lançamos candidaturas para a aquisição de viaturas de 9 lugares. São mais dois apoios neste âmbito. Tmb vamos apoiando iniciativas não no regime do calendário competitivo, mas

sei lá, o clube quer fazer um evento, uma caminhada, o que quer que seja, o município também ajuda nesta organização com a atribuição de isenção no que diz respeito a licenças, com fornecimento de medalhas e trofeus, com apoios não financeiros e uma ou outra coisa que entre nestes CP que é a cedência de instalações desportivas. Existem associações que não têm instalações próprias, utilizam as instalações municipais totalmente de forma gratuita neste regime.

São as situações onde as instalações têm uma entidade proprietária (município) e uma entidade gestora (associações)?

Não. Isto são instalações nossas, por exemplo, perto da Universidade do Minho, o Parque Desportivo da Rodovia, o campo de futebol de 11 dá resposta a 3 ou 4 clubes. Cedemos aquele horário específico durante a semana, num planeamento definido para uma época inteira, onde naqueles dias, àquelas horas o campo está reservado para aquela equipa em particular.

Relativamente ao assunto entidade gestora e entidade proprietária, tem muitos casos em Braga?

Temos alguns, por exemplo o Estádio Municipal de Braga, onde a entidade gestora é o SC Braga, temos o ABC o pavilhão Flávio Salete, por exemplo... e todos estes equipamentos que vêm no âmbito da SGEB a entidade proprietária é município, mas muitos casos onde as entidades gestoras são as juntas de freguesia, por exemplo falando na questão nos campos de futebol, onde ainda subdelegam competências nos clubes, é um contrato tripartido, onde nós delegamos na junta, e a junta no clube.

Ainda dentro deste assunto de perceber os critérios para a atribuição dos subsídios, hoje vemos cada vez mais associações desportivas a recorrerem à constituição de Sociedades Anónimas Desportivas. De que forma é que o município vê esta mudança que está a haver no desporto e qual é a resposta do município para com os clubes, ou seja, se entendem que havendo uma sociedade anónima é porque já há investidores e já não é preciso o apoio... como é que se passa a responder a este fenómeno?

Isto é fácil. Aquilo que está previsto na lei é que o município pode prestar o apoio ao associativismo desportivo. Quando existe a constituição de SAD's... a SAD é uma empresa, não é uma associação desportiva. Ou seja, todo o regime que está previsto no enquadramento legal altera quando é a questão de SAD. Agora, que acontece muitas vezes é que existe uma SAD, mas ao mesmo tempo há a SAD e o clube. E aquilo que é apoiado é o clube, não é a SAD. A SAD é a parte empresarial do clube.

5. Do valor orçamentado em 2012 e 2022 para as associações, qual a percentagem de execução?

2012 não sei. O valor tem sido muito semelhante (nos últimos anos), à exceção de 2018 em que aumentamos o volume de investimento por causa da Cidade Europeia do Desporto. O valor tem sido estável desde 2019, tirando o ano da pandemia. Agora em 2021, com a retoma, o valor tem andado um pouco acima dos 10M€ precisamente por causa das instalações desportivas, por causa desta parceria publico privada, por causa do valor que ainda está por pagar do Estádio Municipal... somando isto tudo estamos a falar de um valor acima dos 10M€ só para a área do desporto.

6. Penso que já me respondeu à próxima pergunta... se na última década tem havido um aumento ou uma diminuição por parte do município do investimento em desporto?

Pode oscilar...e nunca é fácil quantificar isso, porque por exemplo quando falamos na questão do investimento no desporto, por exemplo em 2018, o que é que aconteceu... aconteceu a requalificação do Parque Desportivo da Rodovia. Em média, aquilo que está garantido são os 10/11M€, mas quando existe o investimento na requalificação, obviamente que isto dispara consoante o valor da requalificação do equipamento de que estamos a falar. Por exemplo, em 2018 só com o Parque Desportivo da Rodovia, o investimento em desporto anual passou os 15M€, se fizermos este ano... neste momento estamos a requalificar a piscina da Ponte, este valor de 10M€... nem quantificamos. Obviamente que aqui (no orçamento de 10M€) está quantificado o valor da manutenção corrente, mas temos obras de requalificação de instalações desportivas que mudam de ano para ano e que estamos a falar de valores que podem rondar os 11/15M€ consoante o investimento que é feito na requalificação da instalação.

Foi em 2018 que disse que Braga foi a cidade europeia do Desporto. Em que medida esse ano foi diferente, porque é que houve a candidatura?

O facto de nos candidatarmos a cidade europeia do desporto foi um pouco pela necessidade... Ou seja, o trabalho no desporto tinha evoluído gradualmente, ano a ano íamos aumentando o investimento no desporto. Há uns anos, até 2013, os contratos programa apenas pagavam as filiações do futebol, os únicos atletas que viam as suas inscrições pagas nas associações e federações eram os da modalidade de futebol, todas as outras modalidades não tinham este mesmo apoio do município. A partir de 2014, tudo o que era movimento federado teve as inscrições pagas pelo município de Braga. Portanto, além disso, também somando a questão do desporto adaptado. Há bocado quando falávamos dos clubes com contratos programa específicos temos a APD Braga que é um dos melhores clubes em basketball de cadeira de rodas que também tem um contrato programa de desenvolvimento desportivo

de valor específico. E o investimento na área do desporto foi aumentando gradualmente, quer ao nível de requalificação de instalações quer no crescimento daquilo que são as respostas no desporto, cada vez temos mais programas desportivos... já vamos em 15 respostas municipais ao nível do desporto também com uma ligação muito forte à área da saúde, portanto o número de utentes tem subido gradualmente. Já estamos perto dos 4000 utentes diários que temos para lidar com os nossos programas desportivos e com este crescimento sentimos a necessidade também de alavancar todo o fenómeno desportivo e também criar uma sintomatologia de grupo, de corpo naquilo que são as associações desportivas do concelho. E nisso aquilo que mais ganhamos em 2018 não foram os seiscentos e tal eventos que fizemos, isso foi uma maluqueira que levamos a campo, mas foi sobretudo pelo facto de todas as associações desportivas e não só, tínhamos entidades que não são associações desportivas mas que vestiram a camisola de promotores de alguma iniciativa desportiva e termos literalmente todo o associativismo desportivo não só preocupado com aquilo que é a resposta aos seus atletas, mas também pensar um pouco na comunidade.

Sente que isso ainda é uma dificuldade, o que falou sobre a comunidade, o vestir a mesma camisola... em Portugal os clubes são muito bairristas, e existe este torcer, e o que estava a falar era precisamente em representar Braga e não se representarem a cada um.

Nós estávamos em fase de candidatura, e faz parte deste projeto fazer a apresentação da candidatura de Braga, e naturalmente aquilo que nós pensamos para esta ação... foi feito no antigo parque de exposições de Braga, na altura ainda não tinha sido requalificado para o Altice Fórum Braga, convidamos todos os clubes participar no desfile inicial vestidos com o seu equipamento desportivo. E fizemos reuniões gerais de coletividades desportivas, cada vez mais massivas a nível de presença e cada um foi nos dizendo com quantos iam, quantos atletas iam levar, vou levar isto e aquilo... e o que é certo é que o que nos tornou Cidade Europeia do Desporto foi mesmo esta cerimónia, porque a entidade que nos avaliava, pensou que como nós apresentamos uma candidatura tardia, que de certa forma não estávamos preparados, que não havia a envolvimento daquilo que era a comunidade, as associações desportivas... e quando chegamos a esta cerimónia tivemos literalmente cerca de uma hora e meia a ver atletas e equipas a entrar, desde o futebol americano, pilotos de karting com capacetes e equipados a rigor... foi uma imagem fantástica. Encheu-nos os lugares todos e ainda tivemos de sentar atletas no chão, no espaço onde ia ser a atividade.

Ou seja, o que podia ser uma fraqueza, dos clubes se fecharem em si mesmos, acabou por ser uma força ao representar Braga.

Sim, o fazerem parte do projeto que foi Braga- Cidade Europeia do Desporto. No fundo foi esse um dos marcos. O nosso melhor ano foi em 2019, na sequencia da cidade europeia do desporto, continuamos em alta naquilo que era a procura pela pratica desportiva, também uma grande vitória foi o numero de bracarenses que praticavam desporto... aumentamos a percentagem de praticantes de desporto. 2019 estava a ser o melhor ano a nível de prática desportiva até que em 2020 tivemos um travão e agora estamos a chegar novamente aos indices de 2019.

7. Passando à próxima pergunta. Que políticas desportivas se mostraram preponderantes no passado para o desenvolvimento do desporto no concelho? Qual o caminho futuro a percorrer?

Aqui deveria ser uma resposta mais política... Nós (gabinete do desporto) ajudamos a fornecer dados para se tomarem decisões. Mas essas decisões são os políticos que as tomam. No entanto, aquilo que pudemos assistir em Braga foi: primeiro investir no associativismo desportivo. Portanto, quando falamos em contratos programa, pagando tudo o que tem a ver com federação, o pagar todo o ato de filiação, só isto foi uma ajuda muito importante aos clubes, libertando-os de verbas que sobram para depois melhorarem a sua qualidade de intervenção. Portanto, quando o município passa a pagar todo o processo de filiação, isto foi logo uma medida impactante, superior a 1M€ no apoio ao associativismo desportivo. Depois temos o investimento naquilo que é os eventos desportivos. Começamos a ver o desporto como uma ferramenta de promoção da cidade, naquilo que o desporto também tem de bom que é o turismo desportivo. Começamos a receber em Braga inúmeros eventos desportivos, de cariz nacional e internacional, passando Braga a estar no mapa daquilo que são os grandes eventos desportivos. Portanto, esta questão do associativismo, dos eventos e depois as próprias respostas municipais... Nós inicialmente em 2013 o município de Braga tinha 4 respostas municipais a nível de desporto com cerca de 1000 e poucos utentes e neste momento temos cerca de 15 respostas para os cerca de 4000 utentes, portanto mesmo aquilo que o município se assumindo como promotor de exercício físico, procurando muitas vezes dar resposta àquilo que a sociedade civil e os privados não dão resposta, incidimos também nessa vertente naquilo que é a resposta desportiva do Município. Depois também nos organizamos um pouco mais... com a criação de regulamentos de apoios, de regras, de procedimentos... que também veio nos organizar um pouco mais e dar uma melhor visibilidade daquilo que é o desporto em Braga.

Relativamente às pessoas, treinadores e até aos próprios dirigentes que na maioria das vezes são voluntários nestas associações e que carecem precisamente dessa profissionalização. Hoje o

desporto pede que haja esta profissionalização nos clubes e associações... de que modo é que o município consegue ajudar nessa vertente?

O Desporto, tal como em muitas áreas da sociedade, possui um grau crescente de profissionalização. Ou seja, cada vez mais, quem assume uma posição de liderança numa associação desportiva, apesar de muitas vezes o fazer de forma gratuita e abnegada naquilo que é trabalhar para a sua comunidade e para a sociedade, incorre numa série de questões legais em que muitas vezes só tomam conhecimento quando ocorre alguma chatice. Aquilo que o município tem efetuado em parceria muitas vezes com as juntas de freguesia é capacitar os dirigentes desportivos para que o facto daquela posição que assumem não seja um constrangimento depois na sua vida pessoal... E tentar também desburocratizar um pouco daquilo que são os procedimentos, dando os apoios... Há documentos que são obrigatórios... Quando pedem um apoio ao município... não somos nós que exigimos que seja daquela ou de outra forma, é porque o enquadramento legal nos obriga a sermos exigentes com aquilo que eles nos apresentam

Eu questionei precisamente aos clubes que entrevistei sobre esse tipo de formação na área da gestão desportiva, qual é a responsabilidade em ter interesse nessa vertente... se é o município que deve providenciar essa formação ou se é (por exemplo) a Associação de Futebol de Braga? Se tem de partir da parte dos clubes... qual é a sua visão acerca disso?

A minha visão é muito fácil. É que as entidades que são responsáveis por alguma área no fenómeno desportivo têm de auxiliar aqueles que estão no terreno no dia a dia. Portanto se nós queremos ter melhor desporto temos de ajudar aqueles que são nossos parceiros para fomentar o desporto e a prática de exercício físico. Portanto, não nos interessa dizer que no município temos os melhores profissionais do mundo, quando quem está no terreno no dia a dia, a lidar com crianças e jovens na sua formação desportiva, não tem as ferramentas necessárias para poderem ser as mais eficientes e eficazes possíveis nessa sua missão. Por esse motivo é que também já está em carteira, muito brevemente o lançamento de um projeto, que não é novo, já é existente... Porque também se a roda já está inventada não temos de inventar rodas diferentes, que é o CLUBE TOP, que vamos avançar com uma parceria com o Instituto Português do Desporto e da Juventude, cujo objetivo passa por capacitar aqueles que são os dirigentes desportivos do concelho.

Pegando então numa pergunta que tinha aqui, qual é o caminho futuro a percorrer (Da autarquia para o desporto)? Para melhorar ainda mais a gestão e a prática do desporto, a imagem do desporto em Braga?

Nós temos vários desafios pela frente. O primeiro desafio é com as associações desportivas. Tenho muito receio daquilo que é (são) as gerações futuras no associativismo desportivo. Esta nova fornada de jovens... quero dizer (que) temos mais pessoas capacitadas para serem dirigentes desportivos, mas cada vez menos disponíveis para prestar um serviço à comunidade onde não são pagos. Portanto, todas estas associações locais, que grande parte são os clubes que nós temos, locais, de freguesia, de bairro... têm o seu dia a dia de trabalho que é enquadrado por pessoas que disponibilizam do seu tempo pessoal em prol daquela coletividade, dos atletas, daquele projeto. E o que vamos vendo nestas atuais gerações é que cada vez o tempo é mais escasso e cada vez o tempo é uma coisa mais cara que não permite estar a despendê-lo gratuitamente para este tipo de projetos. Por isso é que quando vemos as associações desportivas, e me disse que já estive em entrevista com algumas, vê que a média de idade dos dirigentes desportivos não é propriamente muito baixa pois não? É muito difícil captar alguém nas gerações de 20 e tal, 30 anos para estar numa associação desportiva porque cada vez o tempo fica mais caro. Portanto, este é um dos problemas que vamos ter num futuro próximo. É tentar de certa forma incentivar a que os jovens estejam ligados às associações desportivas porque se não houver direções nestas associações, simplesmente a sua atividade termina, e é algo que não podemos correr o risco de sofrer, porque ficamos mancos e desamparados na nossa resposta, principalmente naquilo que é o desporto federado.

Não perdendo o fio à meada do que está a dizer, mas pegando na questão que referiu das idades dos dirigentes desportivos, por exemplo, sente que na comunidade que tem à sua volta, a abertura destes dirigentes desportivos (em funções) para receber gente mais nova nas suas direções é pouca? Temos gente que passa, por exemplo, 20 anos com a gestão e na direção de um clube, e quando se convida malta mais nova e essa malta vem com ideias, sente que há abertura ou é do género “não, és muito novo...”?

Não, não... pelo contrário. Em algumas conversas que tenho tido com dirigentes associativos que conheço eles queixam-se é de não terem ajuda para levar o seu barco a bom porto. São muitas vezes os dirigentes a mencionar que gostavam era de ter ajuda principalmente nestas novas tecnologias, os clubes também vão evoluindo, já estão nas redes sociais e eles não têm grande *know-how* de como lidar com isto, e por isso muitas vezes queriam ter jovens nas suas equipas para poderem« ter mais comunicação nas redes sociais daquilo que são os resultados e o trabalho efetuado pelo clube. Acho que é mais o contrário, quem dera que viesse mais gente para ajudar e não “tu ainda és muito novo e ainda tens muito para aprender”.

Continuando... como é que se vê no futuro?

A nível dos objetivos futuros temos essa preocupação com o associativismo desportivo, sendo que o município deve continuar a apoiar na extensão da atividade, ou seja, isto está na lei de bases e na constituição. Portanto, as entidades públicas devem promover ou incentivar à prática da atividade desportiva. Não estamos a fazer mais nada para além daquilo a que somos obrigados a fazer. Acho que faz parte incentivar a quem está no terreno a trabalhar em prol do desporto. Há esta questão, depois... isto é o campo do desporto federado, que é esta uma das missões, porque depois a nível de instalações, o município de Braga, de acordo com a carta desportiva, está relativamente bem servido. Portanto o foco passa mais por capacitar quem está no terreno do que propriamente as instalações, porque as instalações existem... obviamente há algumas lacunas, que todos os municípios têm, mas a nível de instalações não é este o principal problema. Depois temos a área do desporto informal, da atividade física informal, do exercício físico, também é importante mais a nível da saúde e bem estar da população, e é aqui que o município tem intervindo mais, tem intervindo nomeadamente no âmbito da sua resposta, por exemplo, programas para o desenvolvimento ativo, programas para portadores de deficiência, programas para tranches com patologias específicas, para obesos, diabéticos, ou seja, é neste tipo de respostas que o município está a assegurar. E também os últimos investimentos que têm sido efetuados no âmbito da criação de novas valências desportivas também se têm direcionado muito para a prática de desporto informal, por exemplo, os trilhos na natureza, as ciclovias, portanto, situações que não pensa tanto naquilo que é o desporto federado, mas na prática desportiva de desporto informal e na garantia de melhores condições de acesso a essa prática informal.

8. Tentando olhar agora para o Município de Braga de uma perspetiva de fora para dentro e de dentro para fora, e também dentro da Comunidade Intermunicipal do Cávado, onde se enquadra o estudo, o que é que o município de Braga tem de diferente, quais são as oportunidades de oferta desportiva relativamente aos outros, quais é que também são as ameaças que vêm dos outros concelhos mas também do próprio concelho de Braga?

Nós desde há uns anos para cá fazemos parte de uma rede onde todos os municípios daqui.. todos não, mas quase todos os da CIM Cávado estão presentes, que é o eixo atlântico. O Eixo atlântico é uma rede de municípios que envolve a Galiza e o norte de Portugal e que tem a componente desportiva. Tem uns jogos, que são os jogos do Eixo atlântico, que são uns jogos multidesportivos, voleibol, futebol, andebol, basquetebol, natação, atletismo... tem estas modalidades e depois também tem outra

modalidade opcional, como o ténis... Mas junta mais ou menos mais de 2000 atletas numa semana em prática desportiva, em que os atletas representam a sua cidade, ou seja, são os municípios que fornecem os clubes e eles vão representar a sua cidade, que é algo a que eles não estão assim tao habituados. E esta rede também nos permite trabalhar aqui em parceria, principalmente nos concelhos mais fortes do concelho de Braga, Famalicão, Barcelos e Guimarães. São estes que se têm voltado com relações até mais próximas... Agora, o que é que Braga tem de diferente? Pela própria dimensão e pelas valências desportivas acaba por ter mais instalações desportivas e hotelaria naquilo que pode ser a resposta para eventos desportivos. Por exemplo, este ano vamos ter o Dance World Cup, evento que não conseguiria ser efetuado em nenhuma outra cidade (da CIM), porque nenhuma outra tem capacidade hoteleira para receber os praticantes. Por exemplo, pensando só na questão dos jogos do Eixo Atlântico, uma das limitações que as cidades têm ao concorrer é precisamente a questão da hotelaria... porque a organização destes jogos implica desde logo ter cerca de 1000 camas para acolher os participantes, e não é qualquer cidade que consegue dar resposta a este volume. Isto é algo que o município de Braga tem de bom, o próprio número de associações desportivas, o número de praticantes... que acaba por uma questão de inerência à população, acaba por ser superior aqui aos nossos vizinhos. Agora, o facto de também termos esta amplitude de certa forma também nos complica internamente, porque o número de recursos, dou o exemplo de Famalicão... Famalicão, apesar de ter menos população, menos volume de trabalho na área do desporto, acaba por ter mais recursos humanos do que tem o município de Braga. Guimarães tem uma situação completamente diferente, tem uma empresa municipal de desporto, ou seja, são situações diferentes. Barcelos já teve uma empresa municipal de desporto e deixou de ter, mas também tem um número muito reduzido de instalações desportivas. Portanto há aqui situações muito dispare, situações que já vêm do passado e que também definem a forma de trabalho agora no presente. A nível de vantagens foram estas que já elenquei. A nível de ameaças efetivamente não nos sentimos ameaçados porque este trabalho em rede que fazemos nos jogos do Eixo Atlântico nos torna como parceiros em muitas ações. Falando agora na questão dos Jogos do Eixo Atlântico, estamos para avançar com uma candidatura em que será Barcelos, (Viana do Castelo), Vila Nova de Famalicão e Braga a fazer uma candidatura conjunta... Não porque Braga queira ser outra vez, porque já foi capital dos Jogos, ou sede dos jogos em 2019, mas porque tem de entrar na equação, porque estas duas cidades, estes dois concelhos não dispõem de hotelaria para ter os atletas... e por isso entramos. Também não têm pista de atletismo, por exemplo e temos de entrar em jogo aqui nesta circunstância como entidade de apoio.

Falando dos Jogos do Eixo Atlântico, onde participam Braga, Vila Nova de Famalicão, Barcelos... só Barcelos é que está inserido na CIM Cávado.

A CIM é mais abrangente. Agora com os outros municípios não temos tanta relação... Amares, Vila Verde, Terras de Bouro, acabamos por não ter tanta relação. Acabam por não fazer parte de nenhuma das redes onde estamos inseridos. Estas redes têm obviamente estes jogos..

Então sente que esta Comunidade Intermunicipal falha a nível do desporto?

É assim, efetivamente nós não temos qualquer projeto, neste caso da CIM Cávado para o desporto. Ou seja, uma situação que podia ser bastante interessante, era convidar todas as cidades, os políticos, os técnicos, das várias câmaras da CIM, reuni-los para tentar perceber como está o desporto na CIM, os desafios futuros, até eventualmente a candidatura a eventos pela magnitude e que necessitasse o envolvimento de uma comunidade intermunicipal..., mas pronto, não sentimos o peso daquilo que são as eventuais políticas desportivas da CIM.

A nível de fraquezas... quais são as do Município de Braga?

Na minha opinião temos uma fraqueza que é a única questão que acho que nos falta dar resposta que é quase tudo aquilo que envolve o fenómeno desportivo... que é um pavilhão desportivo voltado para o alto rendimento. Conseguimos ser competitivos em tudo, à exceção de um pavilhão desportivo por exemplo para termos aqui uma seleção nacional a jogar indoor, coisa que não conseguimos ter em Braga.

9. Passando então para as últimas perguntas, que são novamente voltadas para as associações desportivas e as sinergias com o município. Qual é o retorno para o município do trabalho destas associações. Gostaria que tocasse em pontos como se considera que estas associações são bandeiras do município...

É aquele chavão... o sucesso deles é o nosso sucesso. Mas é literalmente isso. Nós não apresentamos qualquer limitação naquilo que são os apoios por exemplo nas filiações. Se o clube por exemplo tiver 50 ou 150 atletas, nós continuamos a apoiar da mesma forma. Quer a nível do volume de praticantes, quer a nível do sucesso, a nível da qualidade daquilo que promovemos... Para nós quanto melhor o trabalho efetuado, obviamente, entendemos aqui as associações desportivas como parceiros nesta missão de promover o fenómeno desportivo, quer federado, quer informal. Quando falamos em associações desportivas podemos falar em entidades promotoras do desporto, que vai um pouco além

das associações desportivas. Estamos a falar de juntas de freguesia, estamos a falar muitas vezes de associações recreativas, de centros seniores... ou seja todas estas entidades que nos auxiliam a promover uma maior política de incentivo à prática desportiva, quanto melhor o trabalho, mais resultados alcançamos com isso. É uma coisa inerente da outra.

10. Uma última questão, que foi esmiuçada com as associações desportivas, que é relativamente aos auxílios financeiros. Considera que as associações caminham para uma dependência dos auxílios financeiros, dos subsídios que os municípios dão às mesmas? Porque naturalmente as associações dizem quase sempre que é pouco, que não é suficiente... é suficiente, não sabem gerir?

Eu tenho uma opinião muito própria relativamente a isso. Isto depende de modalidade para modalidade. Há modalidades que são autossustentáveis, vou dar o exemplo da ginástica, do ténis, são modalidades que não precisam do município para serem sustentáveis. Mas há modalidades que são altamente dependentes... por exemplo modalidades como atletismo, como o boccia, como o basquetebol em cadeira de rodas, e muitas outras com menor peso de visibilidade, peso mediático... essas são muito dependentes quer a nível de instalações municipais, quer a nível dos apoios que vão sendo concedidos. Falando a nível daquilo que é o futebol... o futebol para mim é perfeitamente sustentável. Aquilo que tira a sustentabilidade do futebol são os preços que são praticados nos processos de filiações, e de organização de calendários competitivos das equipas dos escalões mais elevados. Isto seria de repensar não pelo município só em exclusivo, mas por exemplo, inscrever uma equipa de futebol sénior, num campeonato distrital, na última divisão estamos a falar em alguns milhares de euros para só no processo de filiação, depois mais as arbitragens, as exigências no que diz respeito ao policiamento ou contratação de segurança... Ou seja, quando o desporto começa a ter estas legislações ao nível da segurança pelo mau comportamento por aquelas que são as entidades envolvidas nessa parte, obviamente que deixa de ser sustentável. Mas se estivermos a falar em clubes que têm as suas escolas de futebol, em que os pais pagam as escolas que chega para a instalação mais a equipa técnica, se falarmos assim muito bem. muitas vezes é daqui que tiram o dinheiro para pagar as equipas seniores... e neste caso falei só na questão daquilo que é o processo de filiação e organização do quadro competitivo, nem falei sequer daquilo que são os valores pagos aos jogadores das equipas seniores para jogarem pelas equipas.

De que forma então é que o município consegue auxiliar o clube para não ter essa dependência?

Eu acho que aqui passa por capacitá-los em serem melhores gestores. Alguns infelizmente aprendem da pior maneira como é gerir mal as contas do clube. E temos alguns casos de clubes que acabam por ficar em insolvências, e com dividas avultadas ao Estado, e às empresas de prestação de serviços, de energia elétrica... Isto porque gerir um clube deve ser como gerir as contas de casa. Devemos avançar para aquilo enquanto temos poder económico para isso. Obviamente que no desporto, penso que ninguém está no desporto porque gosta de perder..., mas a vitória também não pode ser conquistada a qualquer custo, com promessas que não conseguem ser cumpridas. Obviamente que esta dificuldade na sociedade, nas empresas, também se repercute na falta de financiamento que chega aos clubes, mas os clubes também têm de repensar um pouco. Vou lhe dar um exemplo: há uns anos, esta parte... durante alguns anos fui treinador. Tive um atleta que era o 3º melhor atleta nacional da modalidade de atletismo. Ganhava 70€ por mês. Estamos a falar de um medalhado de bronze no campeonato nacional. 70€ deve ser quanto ganha o suplente de uma equipa de futebol de uma divisão distrital. Portanto, é isto que também os dirigentes devem ter um pouco noção de como gerir as contas do clube. Também estive ligado ao futebol e muitas vezes promete-se sabendo-se que não se vai cumprir.

E aí começam os problemas... Por exemplo, entrevistei clubes que assumiram que no total da receita anual, o apoio do município representava cerca de 80%. Representando tanto, no total da receita, sente que o município deveria estar "mais em cima" daquilo que acontece na gestão destes clubes ou se deve deixar a gestão do clube precisamente para quem está nas direções?

Não... Os clubes têm de ser autónomos na sua gestão. O município não se pode substituir àquilo que é a gestão dos clubes, e, portanto, à política que a direção pretende para o seu clube. Agora, é como digo, os clubes têm é que dimensionar a estrutura do clube e pensar bem. Sei lá, vou dar um exemplo, um dos fatores, falando nos clubes, e estando mais ligados ao futebol... quando os clubes por algum motivo acabam por ter, imaginemos, que um clube de futebol teve a felicidade passar por um clube grande, ser transferido e receber uma quantidade assinalável. Quantos desses pegam nesse dinheiro e investem por exemplo em substituir as luminárias dos holofotes do campo de futebol? Que lhes permite reduzir o custo mensal de energia elétrica em percentagens muito elevadas.

Nem sempre haverá essa visão...

Pois, o dinheiro é canalizado para jogadores, treinadores e afins.

Pensa-se muito no momento e não no futuro?

Sim, pensa-se no momento e não no longo prazo. Outro exemplo, na questão dos clubes... têm muita dificuldade em fazer contas, em que grande parte dos clubes... por exemplo as despesas energéticas são pagas pelas juntas de freguesia. Um dos apoios que é dado, por exemplo na eletricidade e água...são as juntas de freguesia que pagam... os clubes não têm uma despesa, não têm 1 euro de despesa na filiação de jogadores, exceto as equipas seniores. Mas os clubes raramente quantificam isso como um apoio do município. E o que é que acontece muitas vezes, isto é recorrente, os clubes quando vêm aqui reunir com a Sr^a Vice-Presidente, vereadora do desporto e dizem “A vereadora só nos deu 3000€”, ou seja, o valor que chegou em numerário à conta bancária, mas não quantificam quanto custou pagar as filiações todas desde as escolinhas até aos juniores, não quantificam quando levam o autocarro do município para as deslocações mais longas, não quantificam por exemplo quando fazem um torneio e o município isenta de licenças e ainda oferecem medalhas e troféus e etc, não quantificam quando vão fazer exames médicos e os meninos não pagam nada.

O apoio do município não passa só pelos subsídios...

Tudo o que é apoio não financeiro, no fundo é dinheiro que não se vê, mas que eles não o gastam, esquecem-se de quantificar esses valores. Isto é em Braga e nas outras câmaras todas.

Às associações desportivas, perguntei, quando estava a falar da carência de maior profissionalização nos clubes, porque há cada vez maiores exigências a nível de legislação e processos, se eles consideravam que o município poderia dar um maior apoio na profissionalização e se depois a sensibilização para a segurança, transportes, seguros, responsabilidade civil, exames médicos, eram questões negligenciadas pelas autarquias ou não.

E eles responderam que sim?

A maioria falou precisamente dos exames médicos e das inscrições, que estavam a cargo do município. Mas claro que da parte deles, pedem sempre mais apoio financeiro.

Uma pessoa estando... eu acho que se nós município assumir tudo o que é despesas de filiação, ajudar nos transportes com valores para aquisição de viaturas de 9 lugares, e ainda com o autocarro do município aos fins de semana estar só afeto ao associativismo desportivo, já colabora nas viagens. Além disso muitas vezes as despesas energéticas são assumidas pelas juntas de freguesia, portanto, a receita que lhes advém tem que ser para... ou seja, não nos sobra assim tanto quanto isso para assumir como despesa. Muitas vezes as empresas oferecem os equipamentos, só para sair com a publicidade do equipamento e tudo mais, agora, falando muito no futebol, quanto mais o dinheiro, implica melhores

equipas. Mas o objetivo no futebol de formação, e isto, minha opinião, devia ser formar as pessoas, a proximidade. A maior parte dos clubes, 90% dos clubes, não dão resposta à sua freguesia, porque até se as juntas de freguesia quisessem implicar com essa situação, tinham todos os argumentos para tal, porque a maior parte das equipas são constituídas tendo em conta a qualidade para reforçar as equipas. São poucos os clubes que dão uma resposta local às crianças e jovens da sua freguesia.

Isso é um ponto interessante, que falei com o presidente do GD Prado e com o do Terras de Bouro, que frisaram a parte da formação e de dar resposta às crianças da comunidade, mas a verdade é que também se olharmos do ponto de vista dos clubes, ter equipas melhores em divisões superiores, também dá outra notoriedade ao próprio clube, e se calhar trará mais patrocinadores... será uma questão fácil de se lidar?

Ou não... é que muitas vezes o patrocínio vem da localidade, por saber que a sua comunidade está envolvida. Quando os clubes passam a ser constituídos por crianças e jovens que vêm de outros locais, só porque foram contratados, ou só porque são bons jogadores nesta posição ou naquela, o vínculo àquela comunidade não é assim tanto. Por isso é que os clubes também se queixam mais que as receitas de bilheteira cada vez são menores. Pois são... porque a comunidade já não se sente representada pelo clube. Se a comunidade fosse representada pelo clube, os pais, avós, irmãos, sentiam-se na obrigação de acompanhar o clube porque estava ali um familiar direto, coisa que não acontece.

Sente então que estes clubes, ditos mais pequenos, não falando de clubes de primeira, segunda e terceira liga, sente que estão a perder esse caráter da formação...

E da resposta local. Até nas divisões mais baixas, já existe esta política de contratação do jogador. Se nós disséssemos às juntas de freguesia: quando vocês apoiarem os vossos clubes, perguntem quantas crianças ou jovens da freguesia é que jogam (no clube). Acho que muitos presidentes de junta iriam se assustar com a resposta.

É realmente uma boa questão e assunto a pensar. Estamos se calhar numa sociedade que pensa bastante na vitória e descarta esses valores ligados à resposta à comunidade.

É claro que todos os clubes querem ser... lá está ninguém anda no desporto para perder. Mas o objetivo na formação não é ganhar nem perder. E muitas vezes quase todo o envolvimento se esquece desta questão. A questão é formar a criança ou jovem para o desporto, mas também como ser-humano, e incentivando à prática de exercício físico... e isto é um pensamento que quase todos esquecem, porque

o objetivo é só ganhar. E vemos muitas vezes nas redes sociais os comportamentos dos jovens, dos pais que estão na bancada, que revelam que não tem havido formação desportiva neste âmbito.

E o município como é que consegue auxiliar nessa vertente? Dar resposta a esse problema? Também pode sensibilizar?

Cai muito na esfera pessoal daquilo que cada um vê na sua resposta. Por exemplo nós temos aqui um clube que salta o apelido de família... ou seja quem lá está são as crianças da freguesia, não se importam que... ou seja, o sucesso para eles é que as crianças e jovens apareçam a todos os treinos, que estejam motivados, que sejam amigos uns dos outros e que constituam um grupo de amigos na equipa. Não estão preocupados... ou seja, obviamente que estão com a parte de saber estar em campo, saber como jogar e também ter resultados. Mas esse não é o principal objetivo. O principal objetivo é formá-los e torná-los melhores pessoas, melhores crianças e melhores jovens. E muitas vezes tem sido isso... ou seja, o resultado tem aparecido como importância secundária e não primária. Se todos entendessem desta forma, não tínhamos algumas crianças e jovens das freguesias que não têm lugar nas equipas da freguesia e têm de ir procurar às freguesias vizinhas para poderem fazer desporto, não tínhamos titulares e suplentes... crianças que estão nas equipas e não jogam.

Só para terminar, quando fala nessa representatividade. Acha que deve ser discriminado o apoio que se dá à associação por haver representatividade da comunidade?

Acho que aqui a questão não deve ser de represália ou caráter negativo.

Mas sim de consciencialização?

Acho que o caminho aqui é mais de consciencialização. Quando estão a jogar na distrital não estão a lutar pelo título nacional. Mas penso que toda a gente tem de entender que de 30 ou 40 equipas de futebol, vai ter de haver algumas que estão nos nacionais e outras que estão nos distritais, e que se cada um souber o seu papel ou naquilo em que pode ser bom... Apesar de termos equipas que não andam nos primeiros lugares das mais diversas divisões, são vistas como escolas de formação a sério. Tudo depende dos objetivos que o clube quer levar no seu dia a dia.

Muito bem, está tudo da minha parte. Agradeço o seu contributo.

Município de Esposende- Rui Losa

1. Qual o número de atletas federados no total das associações desportivas do seu concelho?

Vou me referir a 2023, porque são os últimos dados que tenho e os mais concretos que tenho, fruto até agora da assinatura dos contratos programa. Em 2023 temos 1737 atletas, dos quais e salvaguardar aqui uma questão... nós à presente data temos a questão dos contratos programa que são efetuados à época desportiva 2022/2023, mas para modalidades coletivas. As modalidades individuais têm o ano civil. Por isso, à presente data estes são os dados, o que não quer dizer que não aumente, porque nós em julho voltamos a fazer uma nova análise dos atletas, nomeadamente dos individuais (modalidades individuais), como canoagem, atletismo, que podem subir. Claro que isto são dados dos contratos programa, da plataforma de gestão e, portanto, esses são os valores que à data de hoje são 1737 atletas.

Como sabemos o futebol tem um peso maior, por isso queria perguntar, desse número quais são os que estão a praticar a modalidade de futebol?

No concelho de Esposende, não há novidade, apesar de nós termos cerca de 20 modalidades, o futebol é o que tem mais expressão ao nível da prática desportiva... e estamos a falar ao nível da formação, e estes dados têm exclusivamente a ver com formação, nós temos 1159. Portanto, tendente principalmente para a formação, e do número que estamos aqui a falar, a referência é realmente muito significativa comparativamente às outras modalidades. A percentagem dos atletas que estão a praticar futebol tem 67% do valor total. É um volume imenso de praticantes do futebol, e como eu digo, é desde o nível dos petizes até aos juniores, porque nós só financiamos a parte desportiva da formação.

2. Quantas associações tem o concelho de Esposende?

Este ano... associações com os contratos programa, são 32 associações desportivas, num total de 20 modalidades.

Nesse número, e como há pouco falou, são apenas associações de modalidades coletivas ou também de modalidades individuais?

Há associações com modalidades coletivas e (associações com) modalidades individuais. Vou dar o caso do Esposende (Associação Desportiva de Esposende), que tem modalidades coletivas como o basquete, o futebol, o voleibol... e depois temos associações com modalidades individuais, como é o

caso do Clube Cultural e Recreativo de Gemeses, o Clube Náutico de Fão, o Hóquei Clube de Fão, que aí até consegue ter os dois, pelo hóquei e pela patinagem artística.

3. Mais ao nível do investimento no desporto, qual foi o peso percentual do investimento em desporto relativamente ao orçamento anual do Município, em 2023?

Em 2023, o município de Esposende aprovou um orçamento que ronda os 44 117 000 euros, o serviço de desporto foi aprovado nesse orçamento em 1 780 500 euros. Fazendo contas, ronda sensivelmente os 4% do valor total do plano e orçamento do município.

Como sabemos o desporto não são só as associações, mas é precisamente esse estudo que estou a fazer, por isso gostaria de saber desse valor qual é o alocado ao apoio das associações.

Para as associações, de referir que todo o apoio é através de contratos programa de desenvolvimento desportivo. Como disse, para este ano 2022/2023, serão assinados amanhã (os contratos programa) que integra o valor de 629 649 euros. Isto corresponde que 20% do valor do orçamento é exclusivamente para as associações. Dentro dos contratos programa de desenvolvimento desportivo logicamente que temos várias medidas de apoio. 11 medidas das quais cada associação/clube se candidata através da plataforma, não só para a prática de fomento ao desporto, que é o município atribui através de fórmula, e por isso é que é fácil fazer contas... nós atribuímos 100 euros por atleta.

la chegar precisamente a essa questão, que é como é que se aloca esse dinheiro às associações, quais são os critérios.

Os critérios têm a ver com medidas, 11 medidas.

Quais são?

Temos 11 medidas:

- 1) *Apoio à prática desportiva regular federada*, portanto, isto para quem está inscrito nas federações. Nós aí atribuímos 100 euros por atleta, que faz parte o pagamento das inscrições, dos seguros, e o valor remanescente tem a ver com a entrega aos clubes, para eles fazerem face à despesa da própria atividade desportiva;
- 2) A medida dois é o *Apoio à prática desportiva regular não federada*, portanto nós temos que o desporto não é só federado. Cada vez mais há uma prática informal, e financiamos ao nível da não federada, que é caminhadas, atividades de lazer.

- 3) Depois temos a medida três que é o *Apoio à organização de atividades desportivas e recreativas pontuais*. O que é que é isto? Todos os eventos que as associações realizam. Vou dar um exemplo, o Torneio Internacional do Futebol Clube de Marinhãs- Fernando Pilar Cunha. Esse clube, o Futebol Clube de Marinhãs, para além de se candidatar à medida um, também se candidata à medida três, para que o município o apoie nesse torneio. Portanto, todos os torneios são analisados mediante uma candidatura e é atribuído um valor mediante esse apoio que o município define.
- 6) Depois na medida 6 *Apoio a atividades desportivas regulares ou pontuais de inclusão*, que é o desporto inclusivo, desporto para todos, nomeadamente equitação terapêutica, boccia, natação adaptada, canoagem adaptada, portanto também há um apoio nesse sentido.
- 7) Depois há a o *Apoio à Formação de Agentes Desportivos*, nós temos um plano de formação de agentes desportivos, onde ao longo do ano temos varias ações de formação, em que também os clubes têm acesso a essa formação a nível gratuito, e o onde o município também suporta os gastos nessa formação.
- 8) Depois, que é uma medida diferenciadora de todos os outros municípios, penso eu, no *Apoio à realização de trabalhos de Investigação*, e penso eu que é uma mais valia. Mas essa candidatura tem de versar sobre projetos afetos ao concelho de Esposende. Nós financiamos projetos de investigação, ao nível das academias, alunos que estão em mestrado ou doutoramento, com projetos que vão ao encontro do que nós defendemos que é importante para a Estratégia Desportiva no concelho de Esposende, e portanto nós financiamos também uma parte desse projeto.
- 9) Depois, os *Transportes*, também não podia deixar de estar (referenciado)
- 10) O *Aluguer de instalações desportivas*, também nós financiamos o aluguer dos pavilhões, porque as modalidades, como o basquetebol e o voleibol utilizam os pavilhões, e portanto, nós suportamos uma parte no apoio para essas medidas
- 11) Por fim, o Apoio à gestão, manutenção e beneficiação de instalações desportivas.

Logicamente quando falei do valor dos 329 000 euros não está qualquer desse valor incluído nos contratos programa, por isso é que o valor de 1 700 000 euros não corresponde apenas e só ao apoio ao associativismo direto, mas também indireto. Através da cedência de materiais, apoio à manutenção de relvados, pavilhões, todo esse apoio não é contemplado nos contratos programa diretamente. Portanto, neste momento é assim.

4. Passamos então para a questão sobre o valor orçamentado em 2012 e 2022 para as associações, qual a percentagem de execução?

O valor de execução é muito fácil. Normalmente é 100%. O que é que acontece, e fiz contas para comparar entre este e o ano passado, houve uma diferença porque não foi executado, porque nós temos um clube, que através de um diferendo que está a acontecer, que é o Clube de Futebol de Fão, não podemos passar o valor que já está pré-definido para o contrato programa de desenvolvimento desportivo, por incumprimento de dívidas, portanto o que é que faz? Faz com que nós tivemos uma execução de 92%. Portanto, normalmente o valor que está alocado às associações resulta quase numa execução de 100%. Não há dúvida, foi criada uma plataforma, recentemente, há cerca de ano e meio, dois anos... nessa plataforma, todos os clubes têm de carregar o número de atletas, é validado pelas associações e federações que nós temos nos contratos programa, é enviado para os clubes, eles validam o número de atletas e, portanto, aqui não há fuga.

É então uma forma de não haver fuga e de garantir essa execução (dos contratos programa)?

Exatamente.

5. Na última década tem havido um aumento ou uma diminuição por parte do município do investimento em desporto? (concretize em números)

De dar nota que no passado, e estamos a falar numa década, de quase cerca de 3 mandatos. Sobre isto tenho números, desde 2012/2013, que são os dados que disponho, e realmente tem havido um crescente investimento não só nos contratos programa, mas em tudo o que é desporto. Obviamente que nós nos focamos mais nos contratos programa, porque é uma medida que chega diretamente aos clubes. Para ter uma noção, em 2013/2014, portanto os contratos programa à data, rondavam os 111 955 euros, neste momento, e à data de hoje são 329 674 euros, por isso estamos a falar de um aumento considerável. Houve apenas aqui um decréscimo que teve a ver com a pandemia, e foi uma no em que todos sabemos, 2020/2021, onde houve um interregno, que teve a ver com a falta de prática desportiva dos atletas em que esse valor ficou cativo, porque não houve cumprimento dos contratos programa. Nós demos medidas adicionais de apoio, mas que não foram diretamente através de contratos programa, porque não havendo o cumprimento desses contratos tivemos de abdicar. Muitos dos clubes pararam, não continuaram os treinos, e muitos dos contratos programa ficam em stand by, e por isso não havendo prática também não poderia haver transferência dos valores dessa medida. Portanto, dizer que o investimento é considerável no desporto, tem havido um aumento considerável, nomeadamente

ao tecido associativo, porque o município vê no associativismo, nos clubes a forma principal da prática e do desenvolvimento desportivo, não so as crianças e jovens.

Quais são os fatores para este valor (do investimento em desporto) aumentar de ano para ano? Temos mais atletas? Porque os clubes precisam mais? Porque há uma gestão que não é bem feita? Quais são os fatores?

É assim, logicamente que a nossa estratégia é que haja um crescimento de atletas. Isto nota-se, há um défice muito grande no desporto feminino, é uma aposta muito forte do município ao longo destes últimos anos. Mas o que é que tem se vindo a acontecer? É que nós no passado, quando falamos de uma década, nós não temos meios de comparação. O que é que acontece, neste momento, foi implementado há cerca de ano e meio, com esta plataforma que nós temos para a gestão desportiva, que eu defendo que tem de haver cada vez mais um conceito de gestão municipal desportiva, já é um novo conceito, um novo paradigma no desporto... isto porquê, porque nós temos de analisar, tem de haver um observatório do desporto. Nós para compararmos dados, enquanto responsáveis ou decisores políticos, isto não pode ser numa estratégia de “Eu acho que”, tem de haver uma fundamentação cada vez mais, dos dinheiros públicos, porque o dinheiro é de todos, o dinheiro não é do município. O município gere os dinheiros de todos, e tem de haver um plano, uma um plano de desenvolvimento desportivo. Ele existe, e é uma das mais valias ao longo desta década, a existência de um plano de desenvolvimento desportivo, houve uma linha orientadora, uma estratégia que foi bem definida, há cerca de 10 anos, entre 2008/2009 penso eu, e a partir daí toda essa estratégia foi muito bem alinhada e muito bem desenvolvida. Logicamente que por vezes há situações que não estão tao bem, tem de haver uma adaptação e isso são as revisões aos planos. Essa revisão foi feita conforme a adequação, porque isto de 4 em 4 anos há adequação, mas na sua base, no seu conceito fundamental, ele nunca foi alterado, porque ele está atual. Essa visão tem a ver com dois eixos estratégicos 1) promover o desporto como parte ativa no desenvolvimento sustentável do conselho e por outro 2) o desporto como produto turístico, porque vemos que cada vez mais ganha a sua força no concelho de Esposende e que nos posiciona diferentemente de outros concelhos que nós não conseguimos atingir, portanto, eu penso que a evolução foi muito favorável... houve uma evolução nesse sentido, e como estava a dizer, a medição desses investimentos é fundamental. E com a criação do novo observatório do desporto, nós vamos ter ferramentas para que daqui a um, dois, três anos possamos estar aqui a comparar e a definir porque é que estamos... porque eu defendo que não posso decidir num conceito de “acho”. É fundamental. Essa estratégia já foi inserida no tal plano de estratégia de desenvolvimento desportivo, que é o observatório

de desporto e a nova visão sobre o desporto no concelho de Esposende, através desta plataforma, e, portanto, acho que daqui a um dois anos, teremos aqui dados fundamentais para que os próximos decisores, ou para quem possa decidir sobre a matéria do desporto no concelho de Esposende, seja muito fundamentada e bem orientada.

6. Já tocou um pouco na próxima questão que é quais foram as políticas desportivas se mostraram preponderantes no passado para o desenvolvimento do desporto no concelho? Qual o caminho futuro a percorrer?

Como estava a dizer, logicamente que foi preponderante a existência de um plano de Estratégia e Desenvolvimento Desportivo, todo ele foi como disse, estruturado, validado e definidos eixos estratégicos, como a visão, a orientação, e isso levou a que nós possamos também chegar agora e fazer uma nova avaliação. Como disse, todos os planos estratégicos têm de ser verificados, analisados, reformulados se for necessário, para se adequar às necessidades atuais do concelho de Esposende. Neste momento isso está a ser feito, há uma nova visão sobre o desporto, nomeadamente a nível do fomento à prática desportiva, o que é que acontece... as instalações desportivas são preponderantes para o crescimento ou não da prática desportiva. Se dissermos que a canoagem está a crescer, o futebol está a crescer... mas há dados que por si só, há uma fuga que não nascem todos os dias crianças... apesar que no concelho de Esposende a nossa população está a crescer. Mas nós temos de crescer nalgumas matérias, nomeadamente na prática no feminino, que aí sim, representa apenas de 5/10% da prática desportiva, e por isso aí temos uma margem de crescimento muito grande e exponencial. Quanto ao masculino, acho que está estruturado, estabilizado, acho que vai haver crescimento, pode haver uma fuga entre várias modalidades, porque também para um concelho como o de Esposende que tem cerca de 35000 habitantes, ter 20 modalidades, também ser eclético em todas estas modalidades, logicamente que muitas das modalidades, como disse há bocadinho, o futebol que tem sessenta e tal por cento de praticantes, mas nota-se através deste observatório que foi criado, está a ser notado um crescimento na canoagem, em modalidades que não são tão (conhecidas), o badminton, o karaté, modalidades que às vezes as pessoas do concelho de Esposende nem têm a perceção que existe, mas o que é certo é que nós conseguimos ter, como eu costumo dizer, uma terra de campeões. E conseguimos ter objetivos muito concretos.

7. Olhando então agora para a comunidade intermunicipal do Cávado... O que é que distingue Esposende? Quais as forças e fraquezas do seu concelho comparativamente aos restantes municípios da CIM Cávado? Quais as principais oportunidades da oferta desportiva no seu concelho? E quais as principais ameaças?

Ao nível da CIM, e isto é uma discussão que às vezes é interessante ter com os meus colegas, porque nós criamos fóruns de discussão... porque eu sou um defensor acérrimo que tem de haver uma comissão de uma estratégia, tal como no Município de Esposende existe um plano estratégico de desenvolvimento desportivo, também a CIM, e na minha opinião já foi transmitido isso a quem de direito, que deve de haver uma estratégia supramunicipal que tem de ser orientada, tem de haver uma linha de orientação. E isto porquê? Porque quando se fala de uma CIM, nós não podemos criar aqui aquele mito da concorrência entre municípios. Não. Cada vez mais, os municípios todos devem ver a CIM, e esta área geográfica como um todo. Claro que cada um com a sua especificidade, de ter melhores condições para umas modalidades, ou para a prática de algumas modalidades, de receber alguns eventos desportivos, porque isso é como eu disse, o produto turismo desportivo, é fundamental para a região... e como estava a dizer, logicamente Vila Verde é diferente de Esposende, Braga é diferente de Barcelos, mas deveria de haver uma linha orientadora.

Até porque são municípios muito diferentes, com territórios muito diferentes, com populações diferentes...

Exatamente. Mas dar nota que ao nível do futebol, ao nível da Associação de Futebol de Braga, da Federação Portuguesa de Futebol, o concelho de Esposende foi o primeiro município foi o primeiro a fomentar um fórum de municípios de discussão entre vereadores do distrito de Braga, para que haja uma uniformização ao nível das políticas, investimento, estratégias, ao nível de prática do que tem a ver com a prática do futebol. Acho que deveria ser ao nível de um todo... os meus colegas também estão muito sensibilizados para isso, porque depois como disse há uma discrepância muito grande entre Braga, Barcelos e os restantes municípios, mas o que é certo é que possivelmente Esposende, pela localização, e agora entrando na pergunta que me estava a fazer... Esposende tem uma localização fundamental. Nós estamos próximos de tudo: do aeroporto, de Braga, de Barcelos, de Viana do Castelo. Nós estamos num ponto estratégico de passagem, apetecível para muitos ao nível de eventos desportivos, nós temos uma aposta muito forte no turismo equestre, no turismo de futebol, os estágios das seleções, os clubes que nos visitam, porque tem a ver com o nosso clima. Se formos a comparar a este nível com Braga, nós temos uma visibilidade muito maior, nós apesar de sermos mais pequenos, e não termos tantas

condições, os clubes preferem vir para Esposende, porque tem o clima. E depois a nível do desporto equestre, que é uma aposta muito forte do município, posicionar-se em termos nacionais e internacionais para trazer grandes eventos, que tragam impacto económico à região... porque em todos os nossos eventos desportivos o nosso objetivo é o retorno e o impacto que traz. Falando e voltando outra vez ao Torneio de referência nacional e internacional, que é o Torneio das Marinhas, que mais uma vez o município também vê como um evento estratégico fundamental para a promoção do concelho de Esposende no futebol infantil, e toda esta estratégia faz com que Esposende seja diferenciador de outros concelhos, porque eu vou dar um caso, porque me falam muitas vezes disso... Nós tínhamos um evento, que era o Esposende Cup, um megaevento, que tinha cerca de 100 equipas, mas neste momento todos os meus colegas da CIM, quase todos têm... tem o Barcelos CUP, o Braga CUP, e toda a gente tem. Eu acho que isso é o que vai matar os municípios. Nós não temos de fazer melhor, nós temos de fazer diferente dos outros municípios. E lá está se houvesse esta estratégia definida e alinhada entre todos, uns poderiam ser melhores numas áreas, mas complementando-se uns aos outros.

Voltando à pergunta. Esposende tira verdadeiramente proveito da sua localização, ou sente que poderia tirar mais?

É nisso que nós estamos a trabalhar. Neste momento já estamos bem cotados em termos de captação de investimento, e de trazer para cá eventos de grande dimensão, mas estamos a trabalhar no sentido de alicerçar cada vez mais o concelho sustentavelmente também, porque nós também não queremos que isto seja insustentado, mas como todos já sabem, Esposende tem uma visão estratégica bem definida ao nível da política desportiva. O que é que acontece... os esposendenses e não só, sabem que Esposende tem duas lacunas muito grandes que é infraestruturas desportivas e de alojamento. Nós não podemos querer crescer ao nível de eventos, trazer para Esposende eventos de massa, e o impacto económico não ser gerado no concelho de Esposende. Nós não podemos pagar o evento, ou investir num evento e depois não ter essa rentabilidade, e (ela) ir para municípios como Barcelos, Viana ou Póvoa porque não temos capacidade hoteleira. Neste momento, é uma preocupação imensa da minha parte, construir infraestruturas desportivas de qualidade, que consigam albergar todos os estágios, a estratégia não só local, porque nós também queremos dar as melhores condições aos clubes do concelho de Esposende. E como sabe, a zona desportiva norte de Esposende, que será entre Esposende e Cepães, foi muito estudada, muito fundamentada como disse, porque será ali, porque também havia outra zona... mas neste momento aquela zona é fundamental. As pessoas falam muito, mas aquela zona será não só para o futebol, muitas das pessoas pensam que será só para o futebol, mas aquilo é para a prática

desportiva, para complementar aquilo que o concelho de Esposende ainda não consegue ter, que é uma pista de atletismo por exemplo. É fundamental uma zona radica, com uns courts de ténis. Ao contrário do que muitos acham, o concelho de Esposende tem muitos praticantes também de outras modalidades, como o ténis. Mas não temos infraestruturas... Não havendo condições não pode haver crescimento. Tudo isto foi medido, estruturado... logicamente que também é fundamental para as modalidades de futebol, atletismo, ténis. Também temos um défice ao nível dos pavilhões, não obstante agora termos recebido 5 pavilhões das escolas, o que é certo é que vai ter de fazer um investimento em reformular, porque muitos deles não requerem as condições mínimas para a prática desportiva como todos sabemos. Estamos a fazer junto do governo e da DGES vários contactos para que eles possam investir, nomeadamente no pavilhão da Escola Secundária Henrique Medina, que é o centro da ADE, onde joga o voleibol e basquete, e ter um piso com 38 anos que nunca foi remodelado. Quer dizer, isto também não pode ser agora a camara a assumir todas as despesas inerentes à sua manutenção, porque isto deveria ter sido feito durante os anos. Mas nós pretendemos ter também um pavilhão gimnodesportivo. Nós estamos focadíssimos em construirmos uma zona desportiva em Vila Chã, onde houve um pavilhão a ser começado, houve uma análise muito forte do que poderíamos fazer daquele pavilhão. Obviamente já foi feito um investimento muito grande, tirou todas as dúvidas do que poderia ser retirado de Vila Chã e posto noutra sítio. Se me pergunta sobre a localização, logicamente que hoje, la está, por isso acho que deve haver um planeamento estratégico, porque é que se construirá lá um pavilhão ou noutra sítio... mas na minha opinião, e sendo que na altura não tinha conhecimento, não era eu o decisor, mas o que é certo é que aquilo foi um investimento por parte da junta e portanto acho que deveríamos repensar. Mas o que é certo é que nós temos de o terminar. Temos ali uma infraestrutura de qualidade, junto ao campo desportivo, uma zona de desporto e futebol, estamos focadíssimos na conclusão para tentarmos irmos agora com o 2030 e com os financiamentos para a área desportiva, que possa alavancar toda esta estratégia de construção da zona desportiva norte, que pensamos centralizar os clubes e o apoio não só ao FC Marinhas, porque nós sabemos a dificuldade do clube pelo numero de atletas, da ADE também na dificuldade e de descentralizar deste campo que está completamente ultrapassado, e no centro urbano onde não tem capacidade de crescimento, e também de dar apoio ao Gandra e ao Palmeira. Cada vez mais, isto já vem desde 1972 de Inglaterra, de uma estratégia que foi analisada, foi pensada, que consiste em centralizar as infraestruturas desportivas numa zona, para que seja muito mais rentável, mais próximo das escolas, para que a dificuldade de transporte de alunos, que a ligação escola-desporto, seja mais fácil, mais transparente e mais calara porque também defendo, como disse inicialmente, que o desporto não tem de ser só federado, qualquer utente, qualquer esposendense, que venha para

Esposende também poderá praticar desporto de uma forma consciente e também ter as condições para isso. O que acontece? Nós neste momento temos estádios que estão só apenas a ser utilizados... nós estamos a fazer uma análise do número de horas em que estes estádios são utilizados, os estádios e os pavilhões, ou as infraestruturas no seu todo e isto é assustador, pormos o peso de quanto custa um estádio, e o número de horas que realmente ele é utilizado. Isto é uma política nacional que tem de ser revista. A título de exemplo, eu sou muito defensor que o desporto escolar deveria ser integrado no próprio associativismo desportivo, e ter aqui uma ligação entre escola-clubes e clubes-escola, e defendo por isso cada vez mais a junção de espaços junto das escolas para que a deslocação seja mais fácil, os treinos possam cada vez mais ser próximos do horário das escolas, ao final do dia, para que os pais e alunos, não estejam a treinar até às 23h, porque isso também não me parece ser uma política, mas também quem sou eu para definir, sou apenas um dos responsáveis do concelho, mas tenho transmitido essa preocupação, que é a utilização de uma infraestrutura que custa milhares de euros estarem ao abandono. E já nem falo dos monstros que foram criados em 2004, ou seja, para o Europeu, que agora transformou os municípios em monstros de sobredouro de dinheiro. Os municípios cada vez mais e aí também ao encontro... isto vai transformar uma dependência muito grande das infraestruturas, apesar que eu defendo a obrigação, e devem ajudar não só os clubes, mas também as infraestruturas para que tenham a melhor qualidade possível. O que é certo, e isto foi uma não valia do que aconteceu nos últimos anos. Durante 10 anos investiu-se muito na prática federada, e bem, mas não se investiu em infraestruturas para acompanhar esta evolução no desporto. E agora estamos a sofrer do problema que é não termos instalações desportivas para albergar tanta prática desportiva, ao contrário de outros municípios que se calhar têm infraestruturas, mas não têm praticantes.

Isso leva-nos ao ponto que nos falta, que é relativo às ameaças que há aqui no concelho de Esposende... está no próprio crescimento dos atletas, que se vê simultaneamente como uma força?

Não. Eu acho... e por isso é que eu falo numa política municipal sustentada, logicamente que nós não podemos querer, por exemplo, que acabem os clubes satélites ou os clubes mais pequenos. Nós queremos que todos eles funcionem, e uma das medidas para isso é o Campeonato Concelhio de Futebol Infantil, que nós implementamos para que clubes mais pequenos possam manter a atividade, para que depois possam alimentar a base de uma pirâmide desportiva do concelho de Esposende. O melhor exemplo é no futebol, no campeonato concelhio, que gera 650 meninos ao longo das várias etapas. O que é que acontece... clubes mais pequenos, se não tivessem essa atividade desportiva, logicamente que os seniores é o topo da pirâmide, mas se não houver formação...

Agora, temos os melhores atletas, Esposende é uma terra de campeões, e aí sou um defensor acérrimo, e isso é o que nos faz diferenciar de outros municípios. Nós, comparativamente a outros dos municípios ao lado, nós somos campeões, e isto deve ter a ver qualquer coisa a ver com o nosso gene, com a nossa forma de estar no desporto, que nos faz diferentes deles e dos restantes. E também para o futuro, o que é que eu vejo, que tem de ser um crescimento sustentado, em função do que nós temos... nós não podemos querer criar mais do que o que temos, vou dar um exemplo: o surf. Esposende é uma terra de atividades náuticas, mas não adianta quereremos ter mais atividades náuticas, sem criar as infraestruturas que estão por trás. Hoje em dia o surf já não é um rapaz que vai, enrola a toalha e vai embora, não. Temos uma prática regular de surf, kitesurf, vela, que é um dos meninos que nós criamos, que é a vela, que não existia. Mas tem de haver condições para que os meninos possam tomar banho e ir para casa, tal como no futebol, como no basquetebol, como no andebol. Portanto, todas estas infraestruturas, eu acho que... não é uma ameaça, mas sim um desafio para o futuro. Criar instalações desportivas de qualidade, bem geridas, porque defendo que tem de haver uma gestão muito controlada e muito efetiva das instalações desportivas, porque cada vez mais os custos de iluminação, eletricidade, manutenção, estão crescentes, e os clubes também têm de se ajustar à nova realidade e gestão estratégica daquilo que é um clube e de que forma é gerido um clube.

8. Qual considera ser então o retorno deste apoio prestado às associações para o próprio Município e os seus munícipes?

Como disse, as associações são fundamentais, e a Câmara atribui ao movimento associativo uma extrema importância. Considera pilares no acesso à prática desportiva regular, se não fossem eles, não existia. E sobretudo nas crianças e jovens. A Câmara suporta a parte financeira, mas se não fossem as associações, não havia desporto. Nós pretendemos com as associações que haja um crescimento efetivo e com o desenvolvimento desportivo, de forma sustentada, sempre de forma sustentada, para que se criem as melhores condições para a prática desportiva. Se não tiverem as melhores condições também não adianta quererem mais atletas, mais número, porque isso não vai dar qualidade. E o concelho de Esposende, na minha perspetiva está num bom caminho para o desenvolvimento desportivo, tem como disse, muitas associações, nomeadamente 32 associações desportivas e que fazem todos os dias um trabalho para que os 1737 atletas pratiquem desporto, mas temos de pensar que para além do desporto formal, há o desporto informal, e esse são consideravelmente, exponencialmente, 10, 20 mais do que os mil e setecentos, porque nós temos todos os dias a passar, a correr, a caminhar e dar nota

só de um aspeto fundamental, porque isso revela, que as pessoas fazem a sua caminhada, têm o seu desporto informal, não só o de ginásio, mas também a própria caminhada diária... nós temos um contador no âmbito do observatório de desporto na marginal, que o ano passado passaram 1 300 000 pessoas pela marginal, só na parte do passeio. Isso corresponde muito, logicamente que muita gente vem a Esposende, muita gente ao fim de semana gosta de passear em Esposende, mas por si só o ato de caminhar e estar na nossa marginal já nos diz muito, que é Esposende tem uma qualidade de vida que nos diferencia de muitos outros municípios, que faz com que venham para cá praticar desporto de uma maneira formal, mas também de uma maneira informal, cada vez mais informal, porque é a fruição de vida, é o desporto, é o lazer, é o companheirismo, nomeadamente através dos nossos eventos, os *trails*, a meia maratona, tudo o que faça vir a Esposende para promover a nossa terra e fomentar a prática desportiva, que é nesse sentido que nós estamos cá a trabalhar.

Falou-se bastante de desporto informal, mas voltando às associações. Considera que estas acabam por ser bandeiras para o concelho, quando corre bem e quando corre mal? E também como é que o município responde às adversidades que possam surgir nas associações, sendo que o município é um grande financiador dos clubes, quando as coisas correm mal, de que modo é que o município pode intervir, fiscalizar? Porque quando as coisas correm bem, é o município que apoia, o clube é uma bandeira..., mas quando não corre assim, como é que o município pode intervir?

Logicamente, e como eu disse, hoje é muito mais difícil que isso aconteça. Como disse, com esta plataforma, hoje todos os apoios são criteriosamente fundamentados e analisados. O que é que acontece... logicamente quando corre bem nós somos Esposende Terra de Campões, isso são sempre, independentemente de as coisas correrem bem ou menos bem. Logicamente quando está a questionar da parte financeira, da dependência de um clube ou associação, cada vez mais a forma de gerir um clube, hoje em dia aposta-se cada vez mais na formação dos dirigentes associativos, porque a formação aos treinadores... isso continua. Mas eu acho que devemos dar o salto. O município está sempre a apoiar as associações, quando as coisas correm bem e quando estão menos bem, nós temos ainda uma preocupação a dobrar. O fundamental para que esta fórmula funcione bem é que haja uma ligação diária ou semanal com os clubes. Nós temos sempre a porta aberta. Sempre que um clube tem dificuldades, sejam financeiras, seja de outra índole, nós estamos disponíveis para colaborar e chegar aqui a um consenso e a verificar uma solução para que isso aconteça. O melhor caso que eu posso dar aqui, e que infelizmente não é um bom é o Clube de Futebol de Fão, erros do passado, que levou a excessos de má gestão, e isso levou a que o clube... até porque o município não tem controlo nem uma influência

direta na gestão do clube. Logicamente que tem influência sobre o valor que concede ao clube e pede relatórios sobre o que eles fazem com o dinheiro e ao clube. Sobre a sua gestão interna, logicamente que aí é difícil para nós. E por isso é que nós estamos a pedir, e estamos a implementar, é difícil, parece que é um caminho em que estamos a exigir tudo e mais alguma coisa ao dirigente associativo, mas cada vez mais o dirigente associativo tem de pensar que tem implicações diretas e indiretas, e em última análise, penal, porque respondem criminalmente pelos atos que tomam, tal como o município. Eu dou sempre este exemplo, o Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo não é único exclusivamente do município, tem duas partes, o município e tem o clube. Ambos têm funções e têm de cumprir o que está definido. Os clubes não podem exigir só à Câmara que atribuam o favor e depois não cumpram, ou não paguem às federações, ou não paguem despesas que estão diretamente ligadas aos contratos programa, isso foi uma das coisas, uma das medidas, que felizmente foi aplicada por muitos dos meus colegas vereadores também do distrito de Braga, que foi haver a formalização dos contratos programa diretamente com as Associações e as Federações, porque no passado houve problemas gravíssimos porque lá está através dos contratos programa, passava-se o dinheiro aos clubes e o que acontecia? Os clubes não pagavam diretamente as inscrições às federações, e isso criou-se bolas imensas e problemas financeiros a alguns clubes. Neste momento isso não acontece, porque é fiscalizado, o pagamento é feito diretamente às associações (e federações) e o valor remanescente é entregue aos clubes, e nessa área ficamos tranquilos, não há como falhar e é uma ajuda fundamental para que também os próprios clubes mantenham os estatutos, os relatórios de contas atualizados. Como sabe muitos clubes, não é fácil o dirigismo, e tenho de tirar o chapéu, um dirigente associativo, uma equipa que está à frente de um clube ou associação e que recebe zero, e as implicações que pode ter direta ou indiretamente... eu tenho de dizer que eles são uns heróis. Eles se realmente pelo trabalho que fazem, é um trabalho fundamental e precioso para o concelho de Esposende neste caso, e também de entreajuda com o município.

Tocou numa questão que eu fiz aos dirigentes associativos, que é precisamente, hoje em dia os clubes carecem de uma maior profissionalização dados todos os processos, leis, para dar resposta aos atletas, e na conjuntura atual... o próprio clube carece de dirigentes mais formados. Como é que, sendo que se trata de voluntariado, como é que o município consegue auxiliar nesta vertente de formar os próprios dirigentes associativos para que possam fazer um melhor trabalho, para que não haja estes erros e esta má gestão?

Eu tenho uma opinião muito forte sobre uma situação. O governo tem de ser chamado e as políticas desportivas nacionais têm de ser urgentemente discutidas e revistas, toda a lei de bases do

desporto. Desde o 25 de abril até agora houve algumas etapas, nomeadamente até da visão estratégica que os sucessivos governos têm vindo a ter, mas que na minha opinião está na hora de haver aqui uma reformulação da lei de bases. O secretário de estado já o disse, que tem de haver uma reformulação, e isto porquê... porque o desporto não é igual ao que era no 25 de abril ou em 2004, portanto, tem de haver uma atualização, uma nova forma de ver o desporto e a lei do associativismo, porque não chega só atirar para cima dos municípios, porque os municípios são a entidade financiadora dos clubes, porque se não fossem os municípios as coisas poderiam correr muito mal. Não haveria dinheiro para a prática desportiva. Porque quando se fala na Lei de Bases, a Lei de Bases diz que o Estado tem de financiar a prática desportiva, o lazer, mas depois há as federações, associações, porque isto por cadeia, por escala... e eu fiz uma pergunta muito simples a um presidente de uma federação, porque eu aqui tenho de defender 2 pessoas, tenho de defender o município e defender os clubes do concelho de Esposende. Eu quando tenho de financiar um clube que não seja futebol, por exemplo, canoagem. Nós estamos a falar na canoagem, o expoente máximo, ganhamos tudo o que pode ser ganho, com o Gemeses, o João Ribeiro, a Teresa Portela... nós falamos muito do Pimenta porque é o Pimenta, mas não falamos de uma Teresa Portela que ganhou também, e isto às vezes põe-se em cima do prato da balança, e é difícil entender porque é que acontece. Mas isto tem de ser de cima para baixo, e não de baixo para cima. Os municípios não podem ser sempre os financiadores de tudo, apesar que nós temos estratégias, como disse, ao nível do Plano de Formação de Agentes Desportivos que estamos a financiar, a pagar a formadores para formar os dirigentes associativos. Agora, o que eu acho é que deveria haver um estatuto que devia ser reformulado do dirigente associativo. Cada vez mais é impensável como na nossa vida profissional e ainda deixar o trabalho para ser profissional no desporto... Isto aconteceu, dou a título de exemplo com o que aconteceu com os treinadores. Eu lembro-me quando joguei futebol, e não foi assim há tantos anos, os treinadores eram pessoas que estavam disponíveis para dar treino. Hoje em dia, com a exigência que há, que os pais têm, que nós temos com a prática desportiva, é impensável um clube não ter um treinador certificado, com um grau 1, 2... já nem falo do grau 3..., mas isso é impensável. Se nós olharmos para a evolução do desporto, como disse desde o 25 de abril, isso foi muito rápido porque cada vez mais é uma exigência de quem? Que foi um novo item na equação... os pais. Hoje em dia os pais também são financiadores dos próprios clubes, e o que é que acontece? Ao serem financiadores, a exigência também passa a ser diferente, hoje em dia um menino, um atleta, os pais pagam, mas também têm uma exigência muito grande perante o clube. E isto também vai criar aqui alguns problemas, porque a exigência é tão grande, que o pai... é o pai treinador de bancada, é o treinador do menino, e isso... está a haver problemas em alguns casos gravíssimos, porque os pais não

conseguem destituir ou diferenciar do que é um treinador, deixar a formação. Porque depois cada vez mais o desporto está a “baixar”. Hoje os miúdos com 4 anos já começam a praticar futebol, ou outra modalidade, isto era impensável há alguns anos atrás. E como eu disse, hoje em dia um treinador também estar de graça num clube é impensável. E o que é que acontece... se não fossem os municípios... e se na equação não tivéssemos os pais a pagar, porque eu sou um defensor que os pais devem pagar a formação, porque eles também o exigem... as coisas não eram fáceis para o clube. Agora, isto já passou. Isto é uma etapa do desporto. Agora já estamos na segunda etapa, a dos dirigentes. Porque a exigência, e no caso do futebol e de algumas federações, já estão a certificar os clubes. O que é a certificação? Tão simples como a federação dizer que quer os clubes todos uniformes, e que tenham de cumprir aqueles patamares de exigência que eles têm. Agora, eles têm de medir e ter a consciência de uma coisa, que é os clubes de média e grande dimensão conseguem suportar. Aqueles que estão na base da pirâmide, os mais pequeninos, que não têm tanta influencia, das duas uma, ou vão se extinguir, ou vão ter de se juntar a um clube grande. E isto, no futuro do desporto, vai passar no concelho de Esposende possivelmente por ter 4 ou 5 clubes.

9. Vamos então pegar no que disse, caminham as associações desportivas para uma dependência do financiamento do município?

Não me parece. O município de Esposende tenta que isso não aconteça. Porque esta forma, este processo de atribuição por atleta, condicionou muito à estratégia que muitos clubes tinham, que era “quantos mais atletas...”, não, isso é uma ideia errada. Vou dar um exemplo, na fórmula dos contratos programa acerca de 2016, 2017, quando cá cheguei... a atribuição à modalidade de canoagem, atribuíam-se 7500 euros a cada um dos clubes, e eu perguntei, “mas qual é o critério?”. O clube náutico de fão tinha, na altura, vinte e qualquer coisa atletas, a Rio Neiva tinha 12 ou 14, e o Gemeses tinha oitenta e tal, e eu perguntei, “Mas então qual é o critério?”. E nós tivemos de pensar aqui, reformular isto tudo, que não foi fácil, de reformular toda uma estratégia, de pensar de que forma é que poderíamos, e o município, isto é um orgulho imenso dizer, Esposende foi dos primeiros concelhos do distrito de Braga e a nível nacional... porque nós estivemos no congresso nacional de municípios de desporto a apresentar a nossa plataforma, como um bom exemplo a nível nacional, porque nós criamos critérios, criamos conceito e criamos uma definição do que pretendíamos. E esta questão da dependência, os clubes não podem estar. Precisamente por nós, cada vez mais, não darmos dinheiro por dar. Nós damos dinheiro fundamentado, apenas para a prática desportiva. O que é que vai acontecer? É que quando os clubes

deixarem de ter os financiadores, os pais e os patrocinadores, os clubes... não vai ser fácil se manterem. Mas isto é um problema da Lei de Bases do Desporto, que não pode ser só os municípios a financiarem, mas tem de haver um pacto através do Governo, do IPDJ, através das federações, e as federações começarem a financiarem a formação. Porque há uma pergunta que eu faço sempre: porque é que têm de ser os municípios a pagar, através do dinheiro que é disponibilizado ao clube, a pagarem as inscrições dos atletas, para estes praticarem desporto? Se o Governo dá às federações, por cada atleta que está lá inscrito, um x, a Câmara também está a dar por cada atleta... então eu pergunto... estamos a duplicar? Onde é que está o dinheiro? Isto tem de haver uma discussão, uma análise conjunta, entre clubes, federações, associações, e por isso eu defendo mais uma vez que era importante todos os municípios, vereadores, a política estratégica da CIM ser concertada para que todos possamos fazer força junto do governo para discutir estas matérias, porque senão os clubes logicamente que só com patrocinadores, não vão lá.

Tenho aqui mais algumas questões. Nas diferentes associações do concelho, há muitas assimetrias? E como é que o município responde para que haja associações mais homogéneas e ao mesmo nível?

Como disse, nós fizemos uma análise ao concelho de Esposende, e logicamente que nós sabemos quais são as associações que conseguem absorver um maior número de atletas para a prática desportiva e isso é fácil, estamos a falar de 5, 6 clubes... por exemplo, se me falar do futebol, que à volta deles conseguem juntar 100, 200 atletas, mas isso também vai bater na própria sustentabilidade e qualidade da prática desportiva que isso acarreta, que é por um lado, os clubes querem ser grandes, mas por outro tem de haver sustentabilidade das infraestruturas desportivas para a qualidade da prática desportiva. Enquanto no futebol, eu dou sempre este exemplo quando reúno com os meus colegas vereadores digo sempre uma coisa... o futebol, a prática desportiva do futebol é fácil porque é uma bola mas claro que é preciso um espaço considerável... a canoagem é diferente, para cada atleta que vai para o rio, tem de ter uma canoa, uma pagaia e um colete. O investimento de um clube náutico perante os 100 euros, e isto está a ser medido para depois ser apresentado numa revista anual, que é para haver a diferenciação do investimento per capita do atleta face ao investimento municipal. Se me disser assim, uma bola dá para dez... quanto é que custa uma bola? Certo? Canoagem... quanto é que custa pôr cada atleta na água? Porque cada um tem de ter uma canoa. Estamos a falar que no mínimo custa 600, 700, 800, depende. E portanto, isto também tem de ser medido, e por isso é que nós com estas medidas estamos a tentar chegar aqui a uma uniformização do desporto. E depois estes 100 euros, logicamente

que isto é por atleta, mas depois temos de ver os custos indiretos que a prática desportiva de cada modalidade tem. E isso é que vai fazer a diferenciação. Porque a diferenciação entre os clubes tem a ver com as instalações, claro que hoje ter as melhores instalações... vou dar o exemplo do futebol que é o mais fácil. Hoje ter um filho a jogar no pelado, ninguém quer. E isto é complicado para um clube, e no caso de Esposende, temos o Gandra que tem 60, 70 atletas a jogar no pelado e tem resultados. Mas se não houver uma manutenção efetiva do relvado sintético, do campo dos grandes como eu costumo dizer, o benefício e o não benefício do atleta é ponderado. E o pai que percebe minimamente do que está a falar... é o meu filho que não vai ter problemas no joelho, até se pode esfarrapar todo... enquanto se estiver num campo relvado sintético, mas que não tenha manutenção, a descompactação, esse todo investimento, possivelmente o filho no futuro vai ter problemas. E é por isso que nós temos o fórum de Desporto e Saúde em que tivemos a Clínica Esteves Pereira Pinto, uma das melhores, também para debater dessas medidas para mostrar essa importância em haver um planeamento na gestão, não só dos elementos da direção, mas também para que haja uma mentalidade de que tem de haver um plano de manutenção efetivo das infraestruturas desportivas, que é um dos grandes problemas que o município tem e que no passado não existia, que é o Plano da Manutenção das Infraestruturas Desportivas, que neste momento foi criado, vai ser implementado nomeadamente ao nível da manutenção das relvas, dos ancoradouros na canoagem, dos pisos dos pavilhões.

Pegando nessa questão das infraestruturas e da própria então saúde... nós temos aqui em Esposende alguns casos em que a entidade proprietária é o município e depois a entidade gestora é o próprio clube. Por acaso em casos fora o de Esposende, perguntei sobre este caso em que é o município o proprietário e o clube a entidade gestora, a dirigentes associativos, e alguns disseram que preferiam que a propriedade fosse do clube também. Como é que este caso em que é o município o proprietário, e o clube o gestor... como funcional, quais são as vantagens e desvantagens que traz para o município e para o clube?

Esse é o melhor exemplo das estratégias que os municípios têm, vou dar aqui na CIM... eu acho que aqui em Esposende, caso o município saia da gestão, ou do investimento na manutenção das infraestruturas, isso ainda vai tornar os clubes mais dependentes de apoio financeiro para sustentar, como costumo dizer, um elefante daqueles. Aqui em Esposende, os campos e todas as infraestruturas desportivas, sendo direta ou indiretamente, são apoiadas pelo município. Por isso é que eu digo que os 329 000 euros é apoio direto à prática... mas se formos a falar em todo o investimento por trás da manutenção das infraestruturas, dos relvados, dos ancoradouros, da substituição de lâmpadas, das

manutenções de infiltrações de água... eu posso dizer que é tanto ou mais do que o investimento direto que nós fazemos. Mas eu questiono, se a Câmara desligar a tomada, como é que os clubes se vão sustentar. Se mesmo assim já estão numa dependência para a manutenção, muitos dos clubes... e eu costumo dizer, alguns clubes de Esposende, deveriam ir fora e aplicar as medidas da Política Desportiva de outros municípios e depois de certeza que queriam voltar para Esposende. E só para alguém como a Catarina que está a começar a ter este conhecimento, pela opinião de outros municípios, que não é fácil. E o apoio de Esposende é mais do que um simples contrato programa. O município não tem de mostrar o que dá, mas o que é certo é que vai apresentar uma fatura zero preparada pelo programa para mostrar e sensibilizar os clubes, de quanto é o investimento real no desporto no clube. Lá está, fala-se só nos 100 euros, mas não. Por exemplo, o apoio para um torneio, é direto em termos financeiros, mas a parte logística isso há um centro de custos na câmara... o camião sai, os homens saem, é um custo indireto. E o que estamos a tentar fazer é contabilizar todos estes custos, porque isto é dinheiro que sai do município, e sai dos bolsos de todos, e, portanto, os clubes vão ter de começar a perceber qual é o valor real investido nos clubes. E quando tiverem essa noção, quando forem apresentados esses dados, muitas pessoas vão ficar muito surpreendidas, porque, se me disserem... e eu gosto de comparar com Barcelos. A estratégia definida ao nível do futebol foi “eu dou 50 000 euros e todos os campos fazem relvados sintéticos”, se calhar que possivelmente ficava mais barato dar estes 50 000 euros e deixava de ter a manutenção, de ter qualquer investimento nos campos, mas aqui pergunto: os clubes conseguiam fazer isso?

É a tal sustentabilidade de que falava?

Por isso é que eu defendo uma *sustentabilização* e há uma coisa que é passar faseadamente as responsabilidades aos clubes. Logicamente que nós temos aqui 3 estádios municipais, que eu tenho um orgulho imenso, à exceção do do Esposende, que como disse é muito antigo e já não tem muitas condições, mas que agora com a nova zona desportiva, vai ter. Agora, nós temos instalações de luxo, agora o que eu acho é que nós somos um concelho muito pequeno para termos 15 campos de futebol e isto torna o bairrismo cada vez mais difícil de gerir, por isso é que nós temos uma estratégia de onde queremos chegar e de que forma é que queremos chegar. Porque uma zona desportiva daquelas, eu não podia fazer em qualquer lado. Eu tinha de fazer mediante uma justificação da necessidade. O Marinhães tem necessidade, o Esposende tem necessidade, o Estrelas de Faro tem necessidade e porque nós não vamos andar a investir campo a campo. E porque como disse nós não pretendemos que as infraestruturas sejam só para a prática desportiva dos clubes daqui do concelho, nem só para os clubes,

mas para todos os esposendenses e todos os que queiram fazer estágios aqui, para que possam deixar dinheiro e nós termos uma rentabilidade para gerir o complexo, porque senão é mais outro elefante para nós gerirmos.

Falou-se da plataforma, mas e uma Carta Desportiva Municipal? Sei que Braga fez há cerca de 10 anos, Barcelos fez em 2021, e Esposende?

Nós temos Carta Desportiva Municipal, não está atualizada, porque eu enquanto responsável pelo desporto, reuni com vários colegas meus, nomeadamente com alguns municípios amigos do desporto, e a visão que se tem de uma carta desportiva municipal, tem de ser muito mais que aquilo que é. Há o SNID- Sistema Nacional de Infraestruturas Desportivas, em que tem de estar lá carregado (os dados). Eu próprio já reuni com o Dr. Vítor Dias, coordenador da zona norte, em que lhe expressei profunda preocupação por aquilo não poder ser entregue com as plataformas dos municípios. Isto tem de haver uma integração, porque senão estamos a duplicar o carregamento das plataformas. Uma Carta Desportiva Municipal antigamente era em papel, hoje em dia, nós temos... se for à plataforma do desporto, nós temos lá a nossa carta desportiva. Ela está georreferenciada, está ao milímetro. Nós temos lá a informação toda, mas aquilo para mim não chega. Não é uma carta desportiva municipal. E porquê? Através da medida que falei há pouco dos contratos programa, de apoio a projetos de investigação, nós formalizamos recentemente com um aluno de Guimarães, que é arquiteto, repare... e aqui foi uma surpresa imensa. Mas é o pensar fora da caixa, e eu tenho esta forma de estar. Para mim, tudo o que é o base, não me faz sentido, então gosto de pensar fora da caixa. Na reunião que tive com essa candidatura, com esse aluno, que me foi apresentado, ele queria fazer a atualização da carta desportiva municipal. Mas o que é que é a carta desportiva municipal? Uma carta desportiva municipal tem de ser, para além da referência a todas as instalações desportivas, tem de haver uma caracterização da própria, e isso por si só toda a gente já tem. E eu quero mais. O que é que é mais? Queremos ter o histórico dessa infraestrutura, da evolução socioeconómica que gerou à volta, todo o impacto que aquilo criou para a sociedade, e no futuro, nós no próprio PDM-Plano Diretor Municipal, que é uma lacuna a nível nacional, e a nível dos municípios, que é a falta de visão no PDM de zonas desportivas, de zonas onde vamos ter infraestruturas desportivas, e conciliar com todo o PDM. E então o projeto já começou a ser feito, até ao final do ano tem de estar pronto. E para além do que já disponibilizamos a cada municípe através do site do desporto, nós vamos também disponibilizamos a história, o impacto social e depois o que nós pretendemos para o futuro de Esposende. Este projeto tem de ser discutido, vai ser apresentado às várias entidades, aos vários clubes, porque o futuro de Esposende e ao nível da Política desportiva

municipal, uma das medidas que pretendo antes de terminar o meu mandato, é criar um conselho municipal do desporto. Acho que é fundamental reunir e discutir sobre o desporto. Logicamente que nós não vamos conseguir reunir os desportos todos numa só sala, porque cada um vai pedir uma coisa, é misturar... eu acho que terá de ser por temáticas, tal como já aconteceu. E de referir que sempre que há um problema também dar nota disso, o município sabe lidar com o problema. Aconteceu isso quando se deu aquele episódio de falta de ética desportiva no jogo entre a AD Esposende e o Forjães SC, e o município foi logo o primeiro a tomar medidas, que eu até chamo de radicais. Porque não deveria ser o município, mas o município enquanto responsável pela política do desporto do concelho, e sendo dois clubes do concelho.

Voltamos então ao tema das bandeiras que os clubes são para o concelho...

Ora... naquela situação foi o nome de Esposende que ficou manchado. E o município de Esposende, ou tomava uma atitude, que foi transmitida, que foi ou cumprem as regras da ética desportiva, ou se acaba o financiamento para os clubes. Eu não gosto de tomar estas medidas, nem eu nem o senhor presidente, mas o que é certo é que aquilo teve de merecer... Nós chamamos a GNR, chamamos a AF Braga, chamamos todas as entidades que andam à volta dos clubes aqui, e eles chegaram a um entendimento, e para a partir daí não voltar. Porque isto depois... é o nome de Esposende que anda lá fora, e isto não pode acontecer. Logicamente que se fosse o Esposende com um clube fora do concelho, nós alertávamos para a situação, mas não tínhamos diretamente a ver porque era um assunto do Conselho de Disciplina da AF Braga. Naquele caso, e sendo concelho de Esposende, a própria AF Braga e o conselho de disciplina ficaram surpreendidos quando o município tomou a iniciativa de chamar aqui os clubes todos e alertar para as condições e para pôr condições para a prática desportiva, independentemente de ser ao nível da formação ou nos seniores, porque independentemente de ser numa área ou na outra, nós estamos a financiar, direta ou indiretamente. E é a imagem de Esposende, e nós não podemos deixar que o nome de Esposende seja manchado por uma rivalidade, ou pela questão das capelinhas como costume dizer.

Só para terminar, lançar aqui uma questão que faço do lado das associações desportivas que é acerca das Sociedades Anónimas Desportivas. Pergunto-lhes se é esse o futuro das associações e como é que passa a apoiar o município, e como é que o município dá resposta. Deixa de dar resposta havendo uma SAD?

Sobre esse assunto, eu tenho uma opinião pessoal que já transmiti a muitos dos clubes. Hoje em dia, eu vou usar aqui uma expressão que pode parecer um bocadinho forte, já a utilizei na Federação

Portuguesa de Futebol, com o Doutor Pinto Dias, numa reunião que tive com ele, que é, está a haver uma substituição do futebol. Por um lado, das SAD's, e dos agentes desportivos. Hoje em dia fala-se muito sobre ser agente desportivo, porque acham que vão ganhar dinheiro com tudo o que seja jogadores. Cada vez mais há problemas gravíssimos com o que é trazerem atletas, jogadores, ainda crianças, porque muitos deles ainda nem 18 anos têm, e porque acham que vão fazer ali o negócio da vida deles. O concelho de Esposende é, por vezes, muito aliciados pelas SAD's. Muitos clubes vêm à Câmara, logicamente que primeiro, nós não podemos financiar uma SAD. Uma SAD, eu sou da opinião que um clube é muito mais forte para o concelho do que uma SAD. Aquilo são investidores que muitas vezes querem lavar dinheiro. Eu dou sempre o mesmo exemplo, que é o do Vilaverdense. Vieram, vendiam, eu faço... e de repente têm ordenados em atraso, e depois vamos a ver e tudo o que é terrenos, património do clube... passa para a SAD. E a pergunta que eu fiz a alguns diretores que vieram cá foi: numa SAD, vocês clube têm 49%, deixam de mandar, de ter qualquer interferência..., mas se a SAD der falência quem é que vai perder? É o clube. Porque os 49% que eram do clube, vai para a SAD, vai para a falência. E eu pergunto, vocês antes de irem, têm de ter consciência jurídica do que é que é uma SAD, e por isso é que também é importante a formação dos diretores... nós cada vez mais não podemos comparar com uma Primeira Liga de um regional/distrital. É um orgulho para mim dizer que tenho clubes 4 estrelas da FPF, mas por outro lado, está a criar-se monstros à volta dos clubes, porque cada vez mais tem a necessidade de haver injeção de dinheiro, de pessoas a fazer daquele clube porque o precisam como clube satélite, e o que é que é certo é que aquilo esfuma-se. Vou dar um exemplo, o Esposende “ah temos uma SAD”, e eu pergunto, “mas o campo não é do clube, o que é que vocês me vão dar em troca? nada”, “ah então não queremos, a SAD não quer”. Lógico. As SAD's que então construam complexos desportivos... eu ainda não vi nenhuma a fazer isso. Eu sou da opinião que o associativismo tem de perdurar, isto é que é nosso, o nosso bairrismo. Apesar que às vezes é complicado gerir, mas isto é a nossa identidade. E enquanto os municípios estiverem ao lado dos clubes, as coisas ainda vão andando. Quando o município deixar de estar ao lado do clube, eu penso que os clubes tendem a desaparecer, ou passam a ser profissionais, e aí é para porem jogadores a circular, e depois há um mundo que gere o futebol e essa envolvimento, que eu acho que a própria federação tem de por a mão na forma em que isso acontece, nomeadamente deixar que isso aconteça a clubes de pequena dimensão, porque são aliciados com relvados, segundo campo, dar condições que eu não acredito e que pode criar a médio e longo prazo para a prática do desporto, porque eles só vêm e só pensam no alto rendimento que é seniores. E por isso, a estratégia que Esposende tem, que é de apoio à formação, e isso é uma mais-valia, que é um dos nossos embaixadores, como é o Torneio Internacional do Marinhãs, e por ali

passarem grandes atletas, saírem do concelho de Esposende grandes atletas, nós temos gente a jogar a primeira liga, grandes nomes a jogarem futebol e quando deixar de ter a base da pirâmide, o futebol vai acabar. E, portanto, há muitos exemplos de SAD, mas o pior que eu dou sempre é o Belenenses. Eu acho que os clubes devem sempre aconselhar-se e terem consultas com quem percebe muito do assunto. E eu sei, que há um clube, o Forjães, que chegaram ali mesmo a reuniões, e a serem acompanhadas por advogados, mas a verdade é que quando chegou ao final, as pessoas ponderam sempre, e alienar o património da nossa terra... isso é o pior que acho que pode acontecer, porque automaticamente não é só a Câmara que fica de fora, mas também a própria população daquela freguesia, daquele lugar, que vai deixar de estar ao lado de um clube, que vai deixar de estar ao lado do clube...

Porque em muitas das associações, são essas pessoas que trabalham...

São as pessoas, é o melhor exemplo que dou sempre... e não posso ser tendencioso, mas tenho de dizer a verdade. As Marinhas é uma máquina em termos associativos, Forjães é uma máquina em termos associativos, Esposende está a tentar criar esse hábito, e porquê? Porque é cidade, as pessoas já não se revêm tanto como nas freguesias, onde são muito associadas ao clube, muito defensoras. Na cidade não, porque acham que na cidade já não é preciso, já acabou aquela geração que estava ligada à freguesia e que agora passou a ser moderna, a elite. Não... as freguesias é o que funciona, Vila Chã, Palmeira, Gandra, as pessoas ainda se unem muito, quando vão fazer aqueles peditórios, para contribuírem para o associativismo... e o próprio Gemeses ou São Bartolomeu do Mar com o andebol e o feminino. É fundamental que isso aconteça. Gemeses optou pela canoagem? Muito bem. É uma estratégia, e tem os campeões que tem. Agora, quando se vive só na ilusão de ser um clube da primeira liga, eu costumo dizer que Esposende dificilmente terá um clube na primeira liga, porque não tem condições para isso. E mais uma vez digo, temos de ser sustentáveis e perceber que não nos podemos comparar a um Gil Vicente, a um Braga... mas nós temos coisas que eles não têm que é uma formação de luxo, eventos diferenciadores, que fazem de Esposende nuns aspetos melhores, e noutros aspetos piores porque nós também não temos a capacidade financeira que eles têm e as instalações e a moldura humana que eles têm.

Da minha parte está tudo, muito obrigada.

Anexo 2- Respostas Escritas ao Guião

FC Amares- Paulo Maia

1. Qual o número de atletas efetivos/federados atualmente na associação e o número de associados?

O número de atletas federados por parte do Futebol clube de Amares, com a inclusão da equipa sénior anda a rondar os 165 atletas.

Os associados esses andam perto dos 203 sócios.

2. Como classifica o apoio do município para a manutenção da atividade desportiva dentro da sua associação? Acha suficiente e adequado?

Classifico esse apoio por parte do município de muito importante é uma grande mais-valia, sem esse apoio para nós e para outros clubes seja do Concelho ou fora dele e num panorama mais nacional que não tenham investidores, ou SAD, seria impossível sobreviver, ou manter alguma atividade desportiva, porque muitas das vezes as ajudas não são só financeiras e todas elas fazem falta. É difícil falar se esses apoios são suficientes, depende sempre das pessoas que estão a gerir o clube e dos projetos que possam ter em mente para o mesmo. Temos de aceitar os valores atribuídos, reconhecendo que há muito mais a fazer na Câmara do que ajudar exclusivamente o clube. Mas tal situação na minha ideia é generalizada a todo o país. Porque depois compete aos clubes serem pró-ativos e tentarem arranjar outras formas de receitas.

3. Muitos destas associações são geridas por voluntários sem qualquer tipo de formação na área. Hoje, os clubes carecem cada vez mais de uma maior profissionalização, na medida em que são cada vez mais as exigências a nível de legalização, processos e condições. Considera que o município poderia dar um maior apoio nesta profissionalização ou deve ser inteira responsabilidade da associação?

Sim é verdade que a grande maioria dos clubes são geridos por voluntários e é muito importante a sociedade saber reconhecer o mérito das pessoas que representem essas instituições desportivas, mas sou defensor que o clube em si deve de ser cada vez mais profissional mesmo sendo amador, porque uma coisa não invalida a outra bem pelo contrário. Só profissionalizando é que poderemos ambicionar atingir outros voos e obter porque não mais apoio de todos. O mundo atual exige de todos nós que sejamos mais qualificados por isso nos clubes deve de ser igual, defendo também que tem de haver

mais formação para os dirigentes de forma que os clubes e as estruturas possam ser mais capacitados. Tudo isto sem que os municípios não deixem de assumir as suas responsabilidades.

4. Considera que a sensibilização para a segurança e bem-estar nos transportes e nas instalações, os seguros, a responsabilidade civil, os exames médicos, e outros tipos de pasta são questões negligenciadas pelas autarquias?

Não de todo bem pelo contrário nos dias de hoje os municípios tem uma grande preocupação e são muito sensíveis a estes todos esses temas. Pelo menos e falo como conhecedor de causa o Município de Amares é muito dedicado e todos estes assuntos e temos um vereador do desporto sempre muito presente e disposto a colaborar.

5. Qual a percentagem do apoio do município no total da receita do exercício dos últimos cinco anos da associação?

A percentagem do apoio do município no total das receitas dos exercícios dos últimos anos anda á voltas dos 60%.

6. Caminham as associações desportivas para uma dependência dos auxílios financeiros do município para a sua sobrevivência?

Às vezes sim infelizmente, porque quando os clubes são mal geridos os municípios para não deixar os clubes fecharem ou entrar em processo de insolvência são obrigados a intervir injetando algum dinheiro. Tudo isto fruto dos clubes serem geridos por pessoas que não percebem, que não olham para o futuro. Ou simplesmente usam dinheiro dos clubes para os seus próprios fins.

7. Nos últimos 10 anos, quais foram os maiores desafios na gestão desta associação? De que forma o município auxiliou na sua resposta/resolução?

Os maiores desafios do Futebol clube de Amares foi tentar sobreviver fruto de mas gestões anteriores que em nada ajudaram este clube que já é um histórico da Associação de Futebol de Braga, porque o Amares foi criado em 1945 portanto não é recente e já passou pela antiga 2 Divisão Nacional Zona Norte. Tudo isto prova que já temos uma história no futebol. Sim até aos dias de hoje o município sempre ajudou na resposta e na resolução nas mais diversas formas seja financeira ou não nunca deixou de olhar para nós. Porque as ajudas não sendo financeiras também são muito importantes. Devemos de saber agradecer.

8. Quais as forças e fraquezas da sua associação relativamente às restantes do concelho? Quais as potencialidades, mas também ameaças que esta enfrenta atualmente?

As principais forças deste clube são:

- O maior clube do Concelho de Amares;
- Possuir as melhores estruturas;
- Ser um clube eclético porque também temos modalidades amadoras;
- Somos um clube certificado,
- Temos formação em todos os escalões desde os petizes até aos juniores e depois a equipa sénior;
- Somos ambiciosos;
- Pretendemos estabelecer uma articulação com algum clube da Primeira Liga onde possamos ceder o nosso relvado para jogos dos mesmos nos escalões de Sub 23 ou formação isso fruto das boas condições que temos para oferecer,
- Somos um clube ambicioso, com história e apetecível para vários atletas.

As principais fraquezas são:

- Sermos ainda bastantes dependentes de ajuda do município;
- Corrigir erros de más gestões anteriores;
- Um tecido empresarial limitado a nível de ajudas;
- Falta de pessoas que queiram mesmo que voluntárias ajudar este clube;
- Falta de mais um campo sintético para podermos dar outras condições á nossa formação e para criar uma equipa de futebol feminino;
- Iluminação não ser de LED, poderíamos desta forma poupar no valor da fatura energética;

MARCA- Rui Miranda

1. Qual o número de atletas?

Atualmente contamos 218 atletas.

2. Como classifica o apoio do Município para a manutenção da atividade desportiva dentro da sua associação? Acha suficiente e adequado?

Numa escala de 0 a 10 considerámos o apoio do município em 7. Apesar de o apoio não ser o que desejámos, este tem sido suficiente e adequado para a manutenção das nossas atividades.

3. Muitas destas associações são geridas por voluntários sem qualquer tipo de formação na área.

Hoje os clubes carecem cada vez mais de uma maior profissionalização, na medida em que são cada vez mais as exigências a nível de legalização, processos e condições. Considera que o município poderia dar um maior apoio nesta profissionalização ou deve ser inteira responsabilidade da associação? Considerámos que o Município deveria dar mais apoio nesta área, pois os recursos da nossa associação são limitados e só com a ajuda do município poderemos melhorar a referida profissionalização.

4. Considera que a sensibilização para a segurança e bem-estar nos transportes e nas instalações, os seguros, a responsabilidade civil, os exames médicos, e outros tipos de pasta são questões negligenciadas pelas autarquias?

Em certa parte sim, porque apesar de o Pelouro do Desporto se esforçar, considerámos os meios alocados insuficientes para abranger todas as exigências que se colocam no dia-a-dia da nossa associação.

5. Qual a percentagem do apoio do município no total da receita do exercício dos últimos cinco anos da associação?

A percentagem de apoio é de 10% na área da atividade desportiva e 60% na área das instalações.

6. Caminham as associações desportivas para uma dependência dos auxílios financeiros do município para a sua sobrevivência?

Sim. As exigências na certificação e formação no desporto/educação são cada vez mais elevadas, o que obriga à necessidade de a associação renumerar parte dos intervenientes e com isto aumentar a dependência do auxílio financeiro do município.

7. Nos últimos 10 anos quais foram os maiores desafios na gestão desta associação? De que forma o município auxiliou na sua resposta/resolução?

Os maiores desafios são manter e até conseguir responder à procura do elevado número de participantes nas atividades da associação com um orçamento limitado. O município nem sempre ajudou na medida do necessário à nossa atividade, contudo desde a entrada deste último executivo camarário a ajuda à associação teve melhoras significativas.

8. Quais as forças e fraquezas da sua associação relativamente às restantes do concelho? Quais as potencialidades, mas também ameaças que esta enfrenta atualmente?

As forças da nossa associação são a resiliência da nossa direção e as fraquezas são a falta de meios materiais e por vezes humanos. A nossa potencialidade é a escola de formação das camadas jovens e a dimensão da nossa freguesia, que é das mais populosas do Concelhos e com uma considerável extensão de território. Como ameaças à associação considerámos uma eventual falta de motivação dos dirigentes e voluntários, pois sem esta motivação e “amor à camisola” não conseguiremos manter a trajetória que temos vindo a desenvolver nos últimos anos.

FC Marinhãs- João Temporão

1. Qual o número de atletas efetivos/federados atualmente na associação e o número de associados?

Neste momento o Futebol Clube de Marinhãs conta com cerca de 300 atletas federados nos mais variados escalões, desde petizes (sub 6), com cerca de 4/5 anos, até veteranos, com mais de 35 anos. O clube conta com mais de 1400 associados.

2. Como classifica o apoio do município para a manutenção da atividade desportiva dentro da sua associação? Acha suficiente e adequado?

O apoio prestado pela autarquia às associações desportivas encontra-se bem definido e considera não só o número de atletas inscritos (federados) como o teor da competição em que participam, estando o FC Marinhãs a competir em competições distritais e nacionais. Na minha opinião, que pode não ser partilhada pelos restantes colegas de direção ou antigos dirigentes, o apoio prestado é adequado e considero-o equitativo, sendo o município o grande “patrocinador” de todos os clubes do concelho. No entanto, todos os clubes têm de procurar outras fontes de financiamento, não sendo esta uma fonte exclusiva ou que corresponda à maioria da receita angariada.

3. Muitos destas associações são geridas por voluntários sem qualquer tipo de formação na área. Hoje, os clubes carecem cada vez mais de uma maior profissionalização, na medida em que são cada vez mais as exigências a nível de legalização, processos e condições. Considera que o município poderia dar um maior apoio nesta profissionalização ou deve ser inteira responsabilidade da associação?

Considero que este é um dos grandes problemas das associações desportivas ao nosso nível, o excesso de vontade para fazer, mas a falta de formação para tal. Os clubes são geridos por voluntários, muitas vezes pais de atletas ou pessoas que entram em direções pela proximidade familiar com algum elemento, que por terem mais ou menos condições financeiras aceitam o desafio de liderar uma direção. Isto faz com que nem sempre essa pessoa tenha formação para gerir uma associação com organização, não apresentando planos de atividades e orçamentos ou relatórios de atividades e contas, estando a gestão do clube centrada em alguns elementos da direção que assumem várias responsabilidades. No meu entender, todos os elementos da direção devem participar da definição dos objetivos estratégicos para o clube, assim como devem ser enquadrados num determinado departamento com funções e responsabilidade bem definidas, preferencialmente com um manual de procedimentos interno. O

município de Esposende apresentou aos clubes um plano de formação que incluía a formação para os dirigentes desportivos, de cariz gratuito, aberto a todos os interessados.

4. Considera que a sensibilização para a segurança e bem-estar nos transportes e nas instalações, os seguros, a responsabilidade civil, os exames médicos, e outros tipos de pasta são questões negligenciadas pelas autarquias?

Não considero que sejam negligenciadas pela autarquia que conheço, Esposende, visto que os apoios concedidos pela Câmara Municipal de Esposende consideram essas mesmas necessidades dos clubes, logo as verbas são destinadas a compartilhar essas e outras despesas, devendo os comprovativos da aplicabilidade das verbas ser apresentados em local próprio. Para que um clube se candidate aos apoios municipais deve apresentar todos esses comprovativos no portal web criado pelo município para esse efeito. A CM de Esposende apoia ainda as associações desportivas com o transporte de algumas equipas e concede apoios extraordinários para a manutenção das instalações. Obviamente que em todos os processos é necessário o bom senso das partes, que devem assegurar o cumprimento das normas estabelecidas.

5. Qual a percentagem do apoio do município no total da receita do exercício dos últimos cinco anos da associação?

O município participou cerca de 20% do total da receita do Futebol Clube de Marinhãs nos últimos 5 anos.

6. Caminham as associações desportivas para uma dependência dos auxílios financeiros do município para a sua sobrevivência?

No meu entender não, até porque os clubes que ficam com grande dependência dos apoios municipais, mais tarde ou mais cedo acabam por suspender a sua atividade ou no limite restringem aos escalões de formação.

7. Nos últimos 10 anos, quais foram os maiores desafios na gestão desta associação? De que forma o município auxiliou na sua resposta/resolução?

Talvez o maior desafio tenha sido a pandemia, que obrigou a muitos esforços financeiros e organizacionais de associações com extremas limitações. Todas as associações ficaram sem as receitas

habituais e houve uma necessidade de recorrer a outras formas de financiamento. O município apoiou dentro das suas capacidades, atribuindo a todas as associações um apoio financeiro extraordinário de cerca de €2500,00 acrescido da cedência de material sanitário e apoio na construção e aplicação dos planos de contingência e devidos aditamentos.

8. Quais as forças e fraquezas da sua associação relativamente às restantes do concelho? Quais as potencialidades, mas também ameaças que esta enfrenta atualmente?

Realizando uma análise SWOT ao FC Marinhas no contexto concelhio, considero que as nossas forças são a massa adepta consistente e participativa, assim como as direções mobilizadoras e ativas; as fraquezas serão o baixo orçamento para pessoal e a dificuldade em manter os quadros por muitos anos. As oportunidades serão a capacidade para manter escalões do departamento juvenil em campeonatos nacionais e a grande aposta e valorização da nossa formação nos seniores, e as ameaças serão a falta de espaço de treino e a falta de transporte para treinos de jogadores mais deslocados.

Município de Vila Verde- Adelino Machado

1. Qual o número de atletas federados no total das associações desportivas do seu concelho?
Cerca de 1300 atletas federados.
2. Qual a percentagem dos atletas a praticar futebol, no total dos atletas do concelho?
Cerca de 80%
3. Quantas associações tem o seu concelho?
Considerando todas as que se encontram legalmente constituídas, de índole não apenas desportiva, mas também cultural e recreativa, são cerca de 120.
4. Qual o peso percentual do investimento em desporto relativamente ao orçamento anual do Município, em 2023?
(Sugere-se a consulta dos documentos do Relatório e Contas e Grandes Opções do Plano, publicados na página oficial do Município)
5. Do orçamentado para o desporto em 2023, qual a percentagem alocada ao apoio direto à atividade das associações desportivas?
(Sugere-se a consulta dos documentos do Relatório e Contas e Grandes Opções do Plano, publicados na página oficial do Município)
6. Do valor orçamentado em 2012 e 2022 para as associações, qual a percentagem de execução?
(Sugere-se a consulta dos documentos do Relatório e Contas e Grandes Opções do Plano, publicados na página oficial do Município)
7. Na última década tem havido um aumento ou uma diminuição por parte do município do investimento em desporto? (concretize em números)
(Sugere-se a consulta dos documentos do Relatório e Contas e Grandes Opções do Plano, publicados na página oficial do Município)
8. Que políticas desportivas se mostraram preponderantes no passado para o desenvolvimento do desporto no concelho?

A aposta na dinamização do desporto não apenas do ponto de vista da competição mas, sobretudo, como fator de promoção da saúde e bem-estar e de desenvolvimento integral da pessoa, a (re)qualificação das infraestruturas desportivas e de lazer e o apoio à formação desportiva, entre outras. Qual o caminho futuro a percorrer? Manter a relação de proximidade com os clubes, associações e sociedade civil no que toca ao apoio aos seus anseios e preocupações, no sentido de valorizar o desporto como uma dimensão essencial da felicidade e do desenvolvimento humano.

9. Quais as forças e fraquezas do seu concelho comparativamente aos restantes municípios da CIM Cávado?

Podemos referir como principais forças, a diversidade e o dinamismo das nossas associações desportivas e a qualidade das instalações e infraestruturas desportivas.

10. Quais as principais oportunidades da oferta desportiva no seu concelho?

Dos aspetos referidos no ponto anterior resulta uma qualidade assinalável em termos de resultados no desenvolvimento desportivo de competição e um índice elevado da prática desportiva.

11. E quais as principais ameaças?

Podemos identificar como uma ameaça, generalizada na sociedade portuguesa, a que se refere à capacidade de regeneração futura das coletividades ao nível das lideranças, uma vez que, na sua maioria, dependem da boa-vontade, da disponibilidade e do esforço individual de um grupo de pessoas para levar a cabo a sua missão.

12. Qual considera ser o retorno deste apoio prestado às associações para o Município e os seus municípios?

O retorno mais importante é o que se reflete a nível social, ao nível dos benefícios para as pessoas de todos os grupos etários que praticam desporto e que se repercutem na sociedade, ao nível do bem-estar, da saúde, da coesão e da solidariedade e da própria conservação e dinamização dos espaços e recintos desportivos.

13. As associações caminham para uma dependência dos auxílios financeiros do município para a sua sobrevivência?

O apoio dos municípios e do próprio Estado é necessário e nunca poderá ser descurado, até pela responsabilidade que os poderes públicos devem ter nesta matéria. No entanto, a sobrevivência das associações também depende da forma como estas se organizam e existem, por vezes, bons exemplos desta sua capacidade de gerar receitas próprias, diminuindo essa dependência.

14. Com a criação das SAD's, irá o município responder da mesma forma às associações desportivas que recorram a tal, na medida de apoios logístico e financeiro?

A criação das SAD traz consigo novos desafios e novas respostas e os municípios devem ir acompanhando, dentro das suas competências, essa evolução. De qualquer forma há que distinguir o que é o apoio a uma associação, sem fins lucrativos e gerida por voluntários, de um apoio a uma sociedade com capitais que é gerida de forma profissional e, neste caso, as limitações legais são para ter em consideração.

15. Com a maior profissionalização do desporto, acredita que deveria haver uma maior formação dos voluntários que fazem parte das direções das associações desportivas? De que forma pode o município auxiliar nessa vertente?

Certamente que há necessidade de uma maior formação dos voluntários, mas também o imperativo de profissionalizar a vertente gestionária dessas organizações. Os municípios podem e devem apoiar nessa vertente a vários níveis, desde o financeiro e logístico ao estabelecimento de parcerias com outras entidades, designadamente na área da formação.

Município de Terras de Bouro- António Soares

1. Qual o número de atletas federados no total das associações desportivas do seu concelho?

Associações desportivas federadas: 2

Número total de atletas federados (época 2022/2023): 135

(atletas seniores: 50 e atletas da formação: 85)

2. Qual a percentagem dos atletas a praticar futebol, no total dos atletas do concelho?

Dado que não temos conhecimento de atletas federados noutras modalidades, temos a informar que o número de atletas que praticam futebol federado é de 105.

3. Quantas associações tem o seu concelho?

Trinta e uma (31) associações.

4. Qual o peso percentual do investimento em desporto relativamente ao orçamento anual do Município, em 2023?

1,18%

5. Do orçamentado para o desporto em 2023, qual a percentagem alocada ao apoio direto à atividade das associações desportivas?

0,35%

6. Do valor orçamentado em 2012 e 2022 para as associações, qual a percentagem de execução?

Ano 2021 – 99,39%

Ano 2022 – 90,91%

7. Na última década tem havido um aumento ou uma diminuição por parte do município do investimento em desporto? (concretize em números)

Não tem existido alterações.

8. Que políticas desportivas se mostraram preponderantes no passado para o desenvolvimento do desporto no concelho? Qual o caminho futuro a percorrer?

(não respondeu)

9. Quais as forças e fraquezas do seu concelho comparativamente aos restantes municípios da CIM Cávado? Quais as principais oportunidades da oferta desportiva no seu concelho? E quais as principais ameaças?

(não respondeu)

10. Qual considera ser o retorno deste apoio prestado às associações para o Município e os seus municípios?

(não respondeu)

11. As associações caminham para uma dependência dos auxílios financeiros do município para a sua sobrevivência?

(não respondeu)

Anexo 3- Caracterização Detalhada da Amostra

Comunidade Intermunicipal do Cávado

A Comunidade Intermunicipal do Cávado⁴⁶ foi constituída a 30 de outubro de 2008 e engloba os municípios de Amares, Braga, Barcelos, Esposende, Terras de Bouro e Vila Verde.

A área geográfica da CIM Cávado é delimitada pela bacia do Rio Cávado, desenvolvendo-se de Sudoeste para Nordeste, desde o Oceano Atlântico até Espanha. Localizada na NUT II Norte, no distrito de Braga, alberga uma área total de 1246 Km² num total de 170 freguesias no total dos seis concelhos que a constituem e é ainda residência, segundo os Censos 2021, para 416 605 pessoas.



Figura 1- Mapa da Comunidade Intermunicipal do Cávado (FONTE: cimcavado.pt)

Consultando o website da CIM Cávado podemos constatar que os principais objetivos desta NUT são conjugar, promover e articular interesses comuns (dos municípios que a integram), em matéria de serviços coletivos de proximidade e investimentos municipais ao nível de:

- a) Promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido;
- b) Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal;
- c) Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional – QREN;
- d) Planeamento das atuações de entidades públicas, de carácter supramunicipal.

Relativamente ao funcionamento, a CIM Cávado rege-se pelo seguinte organograma:

⁴⁶ É resultante da Lei 45/2008 de 27 de agosto, e pela Lei 75/2013 de 12 de setembro, que aprova um novo enquadramento legal, atribuindo às comunidades intermunicipais novas competências.

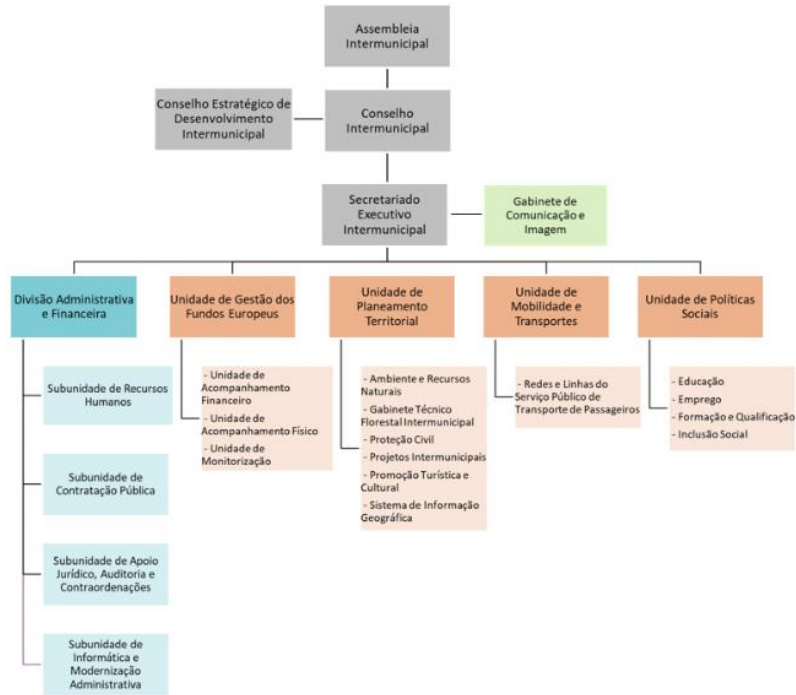


Figura 2- Organograma da CIM Cávado (FONTE: cimcavado.pt)

Concelhos

Amares



Figura 3- Brasão da Vila de Amares

População Residente (n.º)	18 595
Densidade Populacional (n.º de habitantes por Km²)	226.77 hab/ Km²
Estrutura Etária	0-14 anos: 2 406 15-24 anos: 2 183 25-64 anos: 10 008 65 e mais anos: 3998
Área	82 Km²
Limites Territoriais	A norte: Vila Verde e Terras de Bouro A nascente: (Terras de Bouro) A poente: (Vila Verde) A sul: Braga e Póvoa de Lanhoso
Freguesias	Amares e Figueiredo; Barreiros; Bico; Bouro (Santa Maria); Caires; Caldelas, Sequeiros e Paranhos; Carrazedo; Dornelas; Ferreiros, Prozelo e Besteiros; Fiscal; Goães; Lago; Rendufe; Torre e Portela; Vilela, Seramil e Paredes Secas. Total: 16 freguesias

Quadro 14- Caracterização do Concelho de Amares

Barcelos



Figura 4- Brasão da Cidade de Barcelos

População Residente (n.º)	116 752
Densidade Populacional (n.º de habitantes por Km²)	308.05 hab./km²
Estrutura Etária	0-14 anos: 14 715 15-24 anos: 14 057 25-64 anos: 64 965 65 e mais anos: 23 015
Área	379 Km²
Limites Territoriais	A norte: Viana do Castelo e Ponte de Lima A nascente: Braga e Vila Verde A poente: Esposende A sul: Póvoa de Varzim e Vila Nova de Famalicão
Freguesias	Abade de Neiva; Aborim; Adães; Airó; Aldreu; Alheira e Igreja Nova; Avelos; Alvito (São Pedro e São Martinho) e Couto; Arcozelo; Areias; Areias de Vilar e Encourados; Balugães; Barcelinhos; Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha (São Martinho e São Pedro); Barqueiros; Cambeses; Campo e Tamel (São Pedro Fins); Carapeços; Carreira e Fonte Coberta; Carvalhal; Carvalhas; Chorrente, Góios, Courel, Pedra Furada e Gual; Cossourado; Creixomil e Mariz; Cristelo; Durrães e Tregosa; Fornelos; Fragoso; Galegos (Santa Maria); Galegos (São Martinho); Gamil e Midões; Gilmonde; Lama; Lijó; Macieira de Rates; Manhente; Martim; Milhazes, Vilar de Figos e Faria; Moure; Negreiros e Chavão; Oliveira; Palme; Panque; Paradela; Pereira; Perelhal; Pousa; Quintiães e Aguiar; Remelhe; Roriz; Santa Eugénia de Rio Covo; Sequeade e Bastuço (São João e Santo Estêvão); Silva; Silveiros e Rio Covo (Santa Eulália); Tamel (Santa Leocádia) e Vilar do Monte; Tamel (São Veríssimo); Ucha; Várzea; Viatodos,

	Grimancelos, Minhotães e Monte de Fralães; Vila Cova e Feitos; Vila Seca. Total: 61 freguesias
--	---

Quadro 15- Caracterização do Concelho de Barcelos

Braga



Figura 5- Brasão da Cidade de Braga

População Residente (n.º)	193 324
Densidade Populacional (n.º de habitantes por Km²)	1056.42 hab./km²
Estrutura Etária	0-14 anos: 26 753 15-24 anos: 21 976 25-64 anos: 109 422 65 e mais anos: 35 173
Área	183 Km²
Limites Territoriais	A norte: Amares e Vila Verde A nascente: Póvoa de Lanhoso A poente: Barcelos A sul: Vila Nova de Famalicão A sudeste: Guimarães
Freguesias	Adaúfe, Arentim e Cunha; Maximinos, Sé e Cividade; São José de São Lázaro e São Joao Souto; São Vicente; São Vitor; São Julião; Celeirós, Aveleda e Vimieiro; Cresos e Pousada; Escudeiros e Penso; Espinho; Esporões; São Pedro e São Mamede; Ferreiros e Fondizalves; Figueiredo; Gualtar; São Pedro; Lamas; Lomar e Arcos; Merelim São Paio, Panóias e Parada de Tibães; Merelim São Pedro e Frossos; Mire de Tibães; Morreira e Trandearas; Nogueira, Fraião e Lamações; Nogueiró e Tenões; Podim da Graça; Palmeira; Pedralva; Priscos; Real, Dume e Semelhe; Ruilhe; Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra; Sequeira; Sobreposta; Tadim; Tebosa; Vilaça e Fradelos. Total: 37 freguesias

Quadro 16- Caracterização do Concelho de Braga

Esposende



Figura 6- Brasão da Cidade de Esposende

População Residente (n.º)	35 132
Densidade Populacional (n.º de habitantes por Km²)	369.81 hab./km²
Estrutura Etária	0-14 anos: 4 776 15-24 anos: 3 896 25-64 anos: 19 419 65 e mais anos: 19 4919
Área	95 Km²
Limites Territoriais	A norte: Viana do Castelo A nascente: Barcelos A poente: Oceano Atlântico A sul: Póvoa de Varzim
Freguesias	Antas; Apúlia e Fão; Belinho e Mar; Esposende, Marinhas e Gandra; Fonte Boa e Rio Tinto; Forjães; Gemeses; Palmeira de Faro e Curvos; Vila Chã. Total: 9 freguesias

Quadro 17- Caracterização do Concelho de Barcelos

Terras de Bouro



Figura 7- Brasão da Vila de Terras de Bouro

População Residente (n.º)	6 358
Densidade Populacional (n.º de habitantes por Km²)	22.95 hab./km2
Estrutura Etária	0-14 anos: 645 15-24 anos: 641 25-64 anos: 3 223 65 e mais anos: 3 223
Área	277 Km²
Limites Territoriais	A norte: Ponte da Barca e região da Galiza (Espanha) A nascente: Montalegre A poente: Vila Verde A sul: Vieira do Minho A sudoeste: Amares
Freguesias	Balança; Campo do Gerês; Carvalheira; Chamoim e Vilar; Choreense e Monte; Cibões e Brufe; Covide; Gondoriz; Moimenta (sede); Ribeira; Rio Caldo; Souto; Valdosende; Vilar da Veiga. Total: 14 freguesias

Quadro 18- Caracterização do Concelho de Terras de Bouro

Vila Verde



Figura 8- Brasão da Cidade de Vila Verde

População Residente (n.º)	46 444
Densidade Populacional (n.º de habitantes por Km²)	202.81 hab./km²
Estrutura Etária	0-14 anos: 6 128 15-24 anos: 5 369 25-64 anos: 24 809 65 e mais anos: 10 138
Área	229 km²
Limites Territoriais	A norte: Ponte da Barca A nascente: Terras de Bouro e Amares A poente: Ponte de Lima e Barcelos A sul: Braga
Freguesias	Aboim da Nóbrega e Gondomar; Atiães; Cabanelas; Carreiras (São Miguel) e Carreiras (Santiago); Cervães; Coucieiro; Dossãos; Escariz (São Mamede) e Escariz (São Martinho); Esqueiros, Nevogilde e Travassós; Freiriz; Gême; Lage; Lanhas; Loureira; Marrancos e Arcozelo; Moure; Oleiros; Oriz (Santa Marinha) e Oriz (São Miguel); Parada de Gatim; Pico (São Cristóvão); Pico de Regalados, Gondiaães e Mós; Ponte (São Vicente); Sabariz; Sande, Vilarinho, Barros e Gomide; São Miguel do Prado; Soutelo; Turiz; Ribeira do Neiva; Vade; Valbom (São Pedro), Passô e Valbom (São Martinho); Valdreu; Vila de Prado; Vila Verde e Barbudo. Total: 33 freguesias

Quadro 19- Caracterização do Concelho de Vila Verde

Associações Desportivas

Futebol Clube de Amares



Figura 9- Símbolo do Futebol Clube de Amares

Data de fundação	15 de abril de 1945
Sede (freguesia)	União de Freguesias de Amares e Figueiredo
Nº de atletas	165 (futebol)
Principais feitos	2 Taças AF Braga (2004/05; 2014/15) 1 Campeonato Divisão de Honra AF Braga (2004/05) 1 Campeonato 1ª Divisão AF Braga (1988/89) 1 Campeonato 2ª Divisão AF Braga (1978/79)
Modalidades	Futebol e Voleibol
Certificação Entidade Formadora FPF	-
Nível de competição da equipa sénior ou de outra equipa relevante	Campeonato Pró-Nacional da AF Braga

MARCA Futebol Clube de Vila Cova



Figura 10- Símbolo do MARCA Futebol Clube de Vila Cova

Data de fundação	1 de março de 1977
Sede (freguesia)	Vila Cova
Nº de atletas	União de Freguesias de Vila Cova e Feitos
Principais feitos	Campeonato 2ª Divisão AF Braga (2013/14)
Modalidades	Futebol
Certificação Entidade Formadora FPF	-
Nível de competição da equipa sénior ou de outra equipa relevante	Campeonato Divisão de Honra da AF Braga

Dumiense/Colégio João Paulo II



Figura 11- Símbolo do Dumiense/Colégio João Paulo II

Data de fundação	5 de abril de 1962
Sede (freguesia)	União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe
Nº de atletas	600 (300 das quais da modalidade de futebol)
Principais feitos	1 Supertaça AF Braga (2022) 1 Campeonato Pro-Nacional AF Braga (2021/22) 1 Taça dos Campeões do Minho Braga /Viana do Castelo (2021/22)
Modalidades	Futebol, rope skipping, karaté e voleibol
Certificação Entidade Formadora FPF	3 estrelas
Nível de competição da equipa sénior ou de outra equipa relevante	Campeonato de Portugal

Futebol Clube de Marinhãs



Figura 12- Símbolo do Futebol Clube de Marinhãs

Data de fundação	6 de agosto de 1967
Sede (freguesia)	União de Freguesias de Esposende, Marinhãs e Gandra
Nº de atletas	300
Principais feitos	-
Modalidades	Futebol e ciclismo
Certificação Entidade Formadora FPF	4 estrelas
Nível de competição da equipa sénior ou de outra equipa relevante	Campeonato Pro-Nacional da AF Braga (seniores) Campeonato Nacional SUB-19 II Divisão (juniores)

Associação Desportiva, Recreativa e Cultural de Terras de Bouro



Figura 13- Símbolo da Associação Desportiva, Recreativa e Cultural de Terras de Bouro

Data de fundação	1 de março de 1973
Sede (freguesia)	Moimenta
Nº de atletas	76
Principais feitos	1 Campeonato 1ª Divisão AF Braga (1998/99) 1 Campeonato 2ª Divisão AF Braga (1983/84) 1 Campeonato 3ª Divisão AF Braga (1980/81)
Modalidades	Futebol
Certificação Entidade Formadora FPF e outros selos	-
Nível de competição da equipa sénior ou de outra equipa relevante	Campeonato 1ª Divisão AF Braga

Grupo Desportivo de Prado



Figura 14- Símbolo do Grupo Desportivo de Prado

Data de fundação	18 de setembro de 1926
Sede (freguesia)	Vila de Prado
Nº de atletas	240
Principais feitos	Taça AF Braga (1976/77) Campeonato 1ª Divisão AF Braga (1976/77; 1987/88; 2004/05) Campeonato 2ª Divisão AF Braga (1986/87)
Modalidades	Futebol e Taekwondo
Certificação Entidade Formadora FPF e outros selos	3 estrelas
Nível de competição da equipa sénior ou de outra equipa relevante	Campeonato Pro-Nacional AF Braga

Anexo 5- Documentos de interesse

amares
MUN. LINDO

MAPA DOS SUBSÍDIOS PARA AS ASSOCIAÇÕES/INSTITUIÇÕES CONCELHIAS -2023

Associações Concelhias	
Área Desportiva	
GRUPO DESPORTIVO DE CALDELAS	12 000,00 €
C.D.I.L.C. AMARENSE	2 500,00 €
C.D.I.L.C. RENDUFE F.C	9 500,00 €
CLUBE DESPORTIVO DE LAGO	7 500,00 €
ASSOCIAÇÃO DE KARATÉ DO WADO PORTUGAL	750,00 €
ASSOCIAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS DO PLAMARES	2 500,00 €
ACRÓS UNIDOS DE FISCAL	750,00 €
C.D.I.L.C. AMARENSE (GESTÃO PISCINA DE CALDELAS E AMARES)	62 000,00 €
ASSOCIAÇÃO PESCA DESPORTIVA AMARPESCA	200,00 €
ABOJA - ABOJA	750,00 €
FUTEBOL CLUBE DE AMARES	35 000,00 €
AMARSA	750,00 €
ASSOCIAÇÃO TREINADORES - GESTÃO DA PISCINA MUNICIPAL	2 500,00 €
Sub Total	136 700,00 €
Área Cultural	
ACRÍD "CEIFERAS DE BOURO (STA MARTA) "	750,00 €
ADRC "OS BARBISTAS DA TORRE"	750,00 €
ADRC DE DORNELAS	750,00 €
ARC CAIRENSE	750,00 €
ARC VILELENSE	750,00 €
ASSOCIAÇÃO PATUÇOS DE AMARES	250,00 €
ASSOCIAÇÃO JUVENTUDE DE BESTEROS	750,00 €
ASSOCIAÇÃO SÁ DE MIRANDA CARBAZEDO	250,00 €
ARDC " OS CAMPESES DE GOËS"	750,00 €
FNA - NÚCLEO S. MARTINHO DE LAGO	250,00 €
AGRUPAMENTO DE ESCUTEIROS N. 560 - LAGO	750,00 €
AGRUPAMENTO SANTO ANDRÉ DE RENDUFE	500,00 €
ASSOCIAÇÃO DE FOMENTO AMARENSE	24 000,00 €
BANDA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE AMARES	32 300,00 €
ASS. EDUCAÇÃO CULTURA E ARTE	4 500,00 €
ESCOLA SECUNDÁRIA - GRUPO BOMBAR	750,00 €
ASSOCIAÇÃO DE MONTANHISMO IDAS E VOLTAS POR AÍ	250,00 €
ASSOCIAÇÃO MOVIPAR	250,00 €
ASSOCIAÇÃO AMIGOS MOSTEIRO DE RENDUFE	300,00 €
ALAREC - ASSOCIAÇÃO LAGO RECREATIVO E CULTURAL	500,00 €
RANCHO FOLCLÓRICO DE FIGUEIREDO	750,00 €
SFAS LAVRADEIRAS DA CASA DO POVO DE AMARES	1 000,00 €
BANDA DE MÚSICA BOURO STA MARÍA	12 500,00 €
ASSOCIAÇÃO C.B.L.S. AS LAVRADEIRAS SANTIAGO DE GOËS	750,00 €
ASSOCIAÇÃO DE PAIS	300,00 €
ASSOCIAÇÃO FLOR DA GANCHÁ	750,00 €
Sub Total	86 150,00 €
Área Humanitária/ Social	
ASS. HUMANITÁRIA BOMB. VOLUNT. DE AMARES (1)	47 500,00 €
CENTRO DE A. IDOSOS DE BOURO STA. MARIA	5 000,00 €
CASA DO POVO VALE DO CÁVADO (GOËS)	3 500,00 €
VALORIZA - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	3 500,00 €
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE LAGO	3 500,00 €
LAR DAS TERMAS	15 000,00 €
CRUZ VERMELHA PORTUGUESA	20 000,00 €
ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL AMARES	3 500,00 €
SANTA CASA DA MISERICORDIA DE AMARES	3 500,00 €
ASSOCIAÇÃO SOCIAL DE FIGUEIREDO	3 500,00 €
Sub Total	108 500,00 €
Eventos	
UNIÃO DE FREGUESIAS CALDELAS - FESTIVAL VIRA POP	10 000,00 €
CARNAVAL DE AMARES (CDRC AMARENSE)	2 500,00 €
FESTA DA FRANCESINHA - JUNTA DE FREGUESIA	6 000,00 €
EVENTO ENCONTRARTE EM AMARES	10 000,00 €
FEIRA FRANCA DE AMARES - JUNTA DE FREGUESIA	10 000,00 €
PROVA DE CICLISMO DE RENDUFE	1 500,00 €
ASSOCIAÇÃO DAS FESTAS CONCELHIAS DE AMARES	40 000,00 €
EVENTOS ESPORÁDICOS	10 000,00 €
Sub Total	110 000,00 €
TOTAL GERAL	441 350,00 €

(1) inclui 7500€ para transporte água potável

Figura 15- Mapa dos Subsídios para as Associações/Instituições Concelhias-2023-Município de Amares (FONTE: amares.pt)